



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Mensagem do Governador PPA – 2012-2015

Palmas – TO,

Novembro de 2011

PPA 2012-2015, UM CONJUNTO DE INOVAÇÕES E PERSPECTIVAS

A construção do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015 foi baseada na metodologia adotada pelo Governo Federal, sendo que este documento constitui-se de um instrumento de planejamento que estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, incluindo as relativas aos programas de duração continuada (artigo 165, Constituição Federal de 1988).

O PPA declara as escolhas que se materializarão em políticas públicas para o atendimento às demandas da sociedade. Este novo formato de elaboração do PPA visa expressar um caráter mais estratégico, a fim de criar condições efetivas para uma formulação mais condizente com a atual realidade, como proporcionar também melhores instrumentos de implementação, monitoramento e aperfeiçoamento.

Dentre as diretrizes orientadoras está a mudança de foco da gestão pública, visando proporcionar resultados com mais efetividade, ou seja, transformadores o suficiente para viabilizar mudanças na vida do cidadão, alcançando melhores índices nos principais indicadores sociais e econômicos. O documento também pretende ser um instrumento mais acessível na linguagem e na qualificação dos resultados, permitindo um melhor monitoramento e avaliação pela sociedade. Desta forma, consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada para o planejamento governamental. Dentre suas principais características, estão: a construção de uma visão de futuro para o Estado; a orientação por macrodesafios; uma base regida por valores que guiam o comportamento para o conjunto da administração pública estadual; a participação ativa da sociedade; e a condição de proporcionar mudanças transformadoras e positivas de curto, médio e longo prazos.

O PPA 2012 – 2015 do Governo do Estado do Tocantins apresenta diversas mudanças em sua metodologia, a qual está em consonância com a nova metodologia desenvolvida pelo Governo Federal. A nova metodologia busca um caráter mais estratégico para o PPA, criando as condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas.

A nova estrutura organiza os programas em temas, com objetivos e iniciativas, o que incorpora ao planejamento a lógica intersetorial e transversal das políticas públicas.

Os Temas (políticas públicas) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de estado e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante.

O Governo do Estado assumiu o desafio de incorporar as mudanças propostas pela União, buscando a solução para as seguintes situações do modelo de planejamento anterior:

- i. Pouco diálogo dos programas com a dimensão estratégica;
- ii. O papel operacional sem cumprir a dimensão tática;

- iii. Pouca aderência à racionalidade política;
- iv. Dificuldade de compreensão da política pública;
- v. O programa não é unidade de gestão das políticas e sim um mero classificador de gastos;
- vi. Dificuldade da gestão e mensuração dos resultados alcançados;
- vii. Concepção a partir da prioridade no acompanhamento do custo de fazer, perseguindo os limites fiscais;
- viii. Programas organizados em função de problemas e não de temas de políticas públicas;
- ix. Não esclarece os desafios para a implementação das políticas de forma articulada com os resultados.

Os principais desafios que motivaram a nova metodologia foram: resgatar a função Planejamento; incorporar ao PPA os objetivos de Governo tais como declarados; permitir o efetivo monitoramento dos objetivos de Governo; induzir arranjos de gestão dos objetivos de Governo com os 3 eixos estruturantes no PPA; criar espaço para tratar, no PPA, políticas transversais e multissetoriais; criar espaço para tratar a regionalização das políticas; reorganizar gradualmente o orçamento na lógica da execução e; usar linguagem capaz de comunicar dentro e fora do Governo. As principais mudanças do modelo atual e o proposto estão apresentadas na Tabela 1.

MODELO ANTERIOR	NOVO MODELO
Elaboração a partir de procedimentos formais de classificação do gasto.	Elaborado a partir do conhecimento.
Binômio Programa – Ação	Programas Temáticos
Programas Finalísticos Programas de Gestão de Políticas Públicas Programas de Serviços ao Estado Programas de Apoio Administrativo	Programas Temáticos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Programas estruturados em função de problemas.	Programas estruturados em função de temas (Política Pública).
O Programa pertence a uma unidade	O Programa é de Governo
O PPA é composto de programas e ações.	A ação se torna uma categoria exclusiva dos orçamentos.
Monitoramento e avaliação baseados na execução.	Visa o monitoramento e a avaliação das dimensões tática e estratégica do plano.

Tabela 1_ Comparações entre o novo modelo do PPA e o modelo anterior.

Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Com base em suas competências os órgãos lançam nos programas temáticos seus objetivos e metas a serem cumpridos no quadriênio do Plano, relacionando as iniciativas a serem desenvolvidas, que declaram as entregas à sociedade de bens e serviços um elo de ligação do Plano com o Orçamento.

As iniciativas são resultantes da coordenação de ações orçamentárias e não orçamentárias e de outras iniciativas de âmbito institucional e normativo.

O PPA trabalha sob a égide de três dimensões: a dimensão estratégica que tem por base os macrodesafios e a visão de longo prazo do governo; a dimensão tática que define os caminhos exeqüíveis para o alcance dos objetivos assumidos, através de um conjunto de iniciativas transformadoras; e a dimensão operacional que trabalha no nível executivo das ações, tratando do orçamento e do arranjo eficiente dos meios para a consecução dos produtos ou serviços públicos.

Para tanto o Governo do Estado definiu três eixos estratégicos de atuação: 1) Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura; 2) Declaração de Direitos e Desenvolvimento Social; 3) Gestão Pública e Estado.

Cabe esclarecer que os macrodesafios são as diretrizes elaboradas com base no programa de governo e na visão estratégica que serve de orientação e formulação das propostas do PPA 2012-2015. Os programas temáticos retratam no PPA a agenda de governo, organizada pelos temas das políticas públicas e serve para orientar as ações do governo. Os programas temáticos se desdobram em objetivos e iniciativas. Também estão incluídos no PPA os programas de gestão, manutenção e serviços referentes ao custeio do Estado, que são instrumentos que classificam um conjunto de ações necessárias ao apoio, manutenção e gestão da atuação governamental.

A Tabela 2 relaciona os eixos estruturantes, as áreas de resultados, os macrodesafios e os programas temáticos.

EIXOS ESTRUTURANTES	ÁREA DE RESULTADO	MACRODESAFIOS	PROPOSTA DE PROGRAMAS TEMÁTICOS
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA	Produção	Produção: Fortalecer atividades econômicas, as vocações regionais com ênfase na agregação de valor e desconcentração da produção.	Agropecuária sustentável, abastecimento e comercialização
			Aquicultura e pesca
			Agroindústria
			Agricultura Familiar
			Infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos
			Defesa agropecuária
			Regularização Fundiária
			Indústria, Comércio e Mineração
			Turismo
	Meio ambiente	Desenvolvimento Sustentável: Garantir o desenvolvimento econômico, social, urbano e rural ambientalmente sustentável.	Meio Ambiente
			Recursos Hídricos
			Ativo Ambiental
	Urbano e Rural	Infraestrutura: Expandir a infraestrutura econômica produtiva, urbana, rural e social, garantida a integração do território.	Desenvolvimento Urbano
			Habitação

			Saneamento
			Transporte e Logística
			Infraestrutura Pública
			Infraestrutura de Comunicação
			Energia
DECLARAÇÃO DE DIREITOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Pessoas	Segurança Pública: Tornar o Tocantins um Estado seguro para se viver e produzir, com redução da taxa de criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição.	Segurança e Proteção ao Cidadão
		Saúde: Reestruturar e modernizar a saúde pública no Tocantins, garantindo ao cidadão o acesso às ações e serviços com qualidade, para assegurar a promoção, proteção, recuperação e reabilitação.	Saúde Direito do Cidadão
		Inclusão social: Promover a inclusão social das pessoas no mercado de trabalho, nas oportunidades de ocupação produtiva e aos direitos à assistência social.	Mercado, Crédito e Trabalho
			Assistência Social
			Esporte e Lazer
			Criança, Adolescente e Juventude
		Conhecimento: Garantir à população o acesso à educação, cultura, conhecimento científico e tecnológico.	Educação Básica
			Educação profissional, Tecnológico e Superior
			Cultura
			Ciência, Tecnologia e Inovação
		Cidadania: Fortalecer a cidadania e assegurar os direitos de todos à justiça.	Justiça
			Direitos Humanos
			Enfretamento ao Alcool e outras Drogas
GESTÃO PÚBLICA E ESTADO	Governo	Gestão pública: promover a modernização da gestão, a implantação da cultura orientada para resultado, a integração, transversalidade, desconcentração das ações de governo e a qualificação dos serviços prestados.	Planejamento e Gestão Pública
			Governo e Cidadão

Tabela 2_ Estrutura organizacional de referência para a elaboração do PPA 2012-2015.
Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PPA 2012-2015

O projeto Agenda Tocantins teve como principal objetivo ser um instrumento de participação da sociedade na elaboração do PPA 2012-2015 do Estado do Tocantins, contribuindo para a definição dos rumos de sua região. No Agenda Tocantins estão elencadas as propostas dos representantes que participaram dos fóruns de discussão. Essas propostas foram traduzidas nos Cadernos, que serviram de registro dos diagnósticos e das sugestões apresentadas.

O projeto foi realizado pelo Governo do Estado e Jornal do Tocantins, com apoio científico da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) e institucional do Grupo JBS. Os fóruns contaram com a presença do Governador do Estado em 8 dos 9 fóruns realizados. Os Secretários e Presidentes de órgãos da administração indireta apoiaram e participaram das discussões.

A mobilização, distribuição e organização dos servidores que participaram dos trabalhos nos grupos contou com a coordenação técnica da Diretoria de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, com o apoio da Diretoria de Acompanhamento de Resultados, que integram a Superintendência de Planejamento. Contou também, com o apoio da Superintendência de Pesquisas e Zoneamento Ecológico Econômico, na preparação das informações das regiões para os encontros do projeto Agenda Tocantins.

Os técnicos da SEPLAM que atuavam nas sete salas do Agenda Tocantins, eram responsáveis pelos contatos diretos com os técnicos dos demais órgãos, para que a presença do governo ocorresse de forma qualitativa nos encontros.

Os representantes da área de planejamento das demais unidades do governo se responsabilizaram pela preparação e apresentação das palestras, presença aos encontros, e identificação de outros servidores que pudessem contribuir com as discussões nos grupos.

Estiveram trabalhando nos fóruns regionais do projeto Agenda Tocantins 172 pessoas entre técnicos e gestores. Além desses, mais de uma dezena de técnicos que não foram aos encontros, contribuíram nos levantamentos e prospecção de informações, na confecção das apresentações, dos mapas para que os representantes pudessem levar informações atualizadas em cada um dos 9 fóruns regionais do projeto Agenda Tocantins.

Em cada fórum regional, no período da tarde, foram discutidos temas de recortes de política públicas dos macrodesafios do Estado, em sete salas de discussão, a saber: Produção, Infraestrutura, Segurança e Cidadania, Meio Ambiente, Inclusão social, Conhecimento e Gestão Pública. Estiveram presentes aproximadamente 4.000 pessoas que ouviram as estratégias e diretrizes do governo e levantaram as propostas de enfrentamento dos problemas regionais e locais.

O fórum foi lançado no dia 04 de agosto de 2011, na capital Palmas-TO. Desde então, totalizaram-se 48 dias de intenso trabalho de campo, visitando as 9 macrorregiões de planejamento para a realização das oficinas.

A Tabela 3 abaixo mostra o cronograma dos Fóruns Regionais.

Data	Região	Local
04/08	Lançamento	Palmas
19/08	Centro-Norte	Guaraí
25/08	Região Sul	Gurupi
01/09	Bico do Papagaio	Araguatins
06/09	Sudeste I	Dianópolis
12/09	Centro-Oeste	Paraíso do Tocantins
16/09	Sudeste II	Arraias
21/09	Noroeste	Colinas
27/09	Norte	Araguaína
04/10	Centro-Leste/Jalapão	Palmas

Tabela 3_ Cronograma das audiências Públicas do Agenda Tocantins.

Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

O projeto Agenda Tocantins foi coberto por uma equipe de jornalismo da TV Anhanguera, durante 61 dias, 12.500 quilômetros e 86 municípios para mostrar a realidade das regiões do Agenda Tocantins. Esse esforço gerou 30 horas de gravação de imagens e entrevistas, editados em dez vídeos de 16 a 21 minutos.

Os trabalhos do período da manhã, que se iniciaram com a apresentação do projeto Agenda, contou com palestras de especialistas, de representantes do Governo do Estado e com a abertura do Governador do Estado. Nesse período esteve presente um total de 6.000 pessoas, somente no período da manhã.

No período da tarde, os representantes dos municípios apresentaram suas demandas e propostas. Estiveram presentes 2.845 pessoas nos nove fóruns do projeto. As equipes do projeto foram formadas por técnicos do governo estadual, professores da Unitins, jornalistas e funcionários do Jornal do Tocantins e da TV Anhanguera.

Para cada um dos nove fóruns do Agenda Tocantins foi realizada uma pesquisa, que serviu de subsídios para as discussões dos grupos de discussão e na elaboração do Plano Plurianual 2012-2015. Segundo a Pesquisa 15,1% dos entrevistados apontaram a tranquilidade como o melhor aspecto da região, seguido pela infraestrutura pública 9% e os recursos hídricos 8,6%.

Por outro lado, a saúde pública, com 39,1% foi o principal gargalo apontado, enquanto o desemprego com 24,1% o maior problema. No âmbito da infraestrutura pública, a pavimentação de estradas vem em primeiro lugar com 29,3%, seguido por saneamento básico com 18,9%, e a infraestrutura hospitalar em terceiro com 6,5%.

Com relação à segurança pública, a pesquisa revelou que as principais percepções de ocorrências policiais estão relacionadas a drogas com 89,9%, consumo de bebida alcoólica por menores com 84,8%, tráfico de drogas com 81%, roubo de carros com 63,5%, briga em bares com 54,5%, e acidentes de trânsito com 51,2%.

As informações oriundas do projeto Agenda Tocantins, mediante as contribuições e propostas da participação popular, serão analisadas, avaliadas e priorizadas pelos servidores e gestores responsáveis pelo planejamento dos órgãos.

As contribuições da população servirão de subsídios para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, dentro das iniciativas da proposta do Governo. As iniciativas são declarações de entregas à sociedade de bens e serviços e incorporam as ações orçamentárias e não orçamentárias, e nelas estarão incluídas as propostas que foram apresentadas nos fóruns do Agenda Tocantins.

Como o plano tem um período de 4 anos, e há limites orçamentários e legais, caberá ao gestor da pasta a tarefa de priorização, definição das propostas que serão incluídas no Plano e o ano de sua execução. Quando da inclusão da proposta na iniciativa do Plano, o órgão irá definir as metas e sua regionalização.

A PARTICIPAÇÃO PELA INTERNET

A participação social também ocorreu no ambiente da internet. O governo lançou um *hotsite* para obter as contribuições das pessoas que não puderam estar presentes nas reuniões do Agenda Tocantins. Os participantes puderam encaminhar suas propostas pelo *hotsite* do PPA 2012-2015, que aparecia em todos os sites oficiais e, também, em empresas privadas. A participação pela *internet* permitiu ao governo identificar 216 propostas, que os cidadãos consideram mais relevantes na construção do PPA. Assim, o estado consolidou o processo iniciado no Agenda Tocantins, ampliando o processo de acolhimento de sugestões e propostas.

As principais propostas concentraram-se na área da infraestrutura pública, com 11,62%. As propostas foram sistematizadas, agrupadas e

encaminhadas para os representantes dos órgãos da administração pública direta e indireta como subsídios na elaboração das iniciativas e ações que compõem o PPA 2012-2015.

ESTADO EM REDE

A elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 contou com um momento de abertura para que fossem incluídos possíveis parceiros no Plano. Assim, foi realizado o I Workshop Governança para Resultados. Foi um momento de reunião da equipe de Governo, incluindo Secretários de Estado, Dirigentes da administração indireta e técnicos, com representantes do governo federal, de organizações não governamentais e também do setor privado. Nesse momento foi lançado o desafio de construir um Estado em Rede, ou seja, o início de um diálogo entre Governo do Estado e demais instituições para união de esforços na execução dos programas previstos no PPA 2012-2015. Esse diálogo tem o propósito de ampliar a participação dos investimentos do setor público, com foco nas iniciativas do Plano, convergindo esforços na constituição e fortalecimento de parcerias com a sociedade, uma tendência na administração pública contemporânea.

Estiveram presentes no workshop representantes de governo estadual, de organizações não governamentais, do governo federal e da iniciativa privada. Foram realizadas reuniões nos temas de Segurança Pública, Assistência Social, Mercado e Saúde, Produção e Infraestrutura.

GESTÃO PARA RESULTADOS

O Governo do Estado através da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) – associação civil sem fins lucrativos que opera na coordenação e promoção de ações estruturantes de conteúdo inovador nas áreas de qualidade, produtividade e gestão, visando prover soluções, ancoradas em *benchmarking* para administrações privadas e públicas – para a implementação do Programa Modernização da Gestão Pública (PMGP), que atuará precipuamente na esfera da administração pública estadual.

O PMGP visa a obtenção de melhorias de gestão e de ganhos significativos em termos de competitividade e de eficiência, a ser executado em parceria com entidades e órgãos da administração pública, viabilizando a transferência de conhecimentos gerenciais e metodológicos, com o envolvimento direto de servidores públicos que, devidamente capacitados, passarão a atuar como agentes multiplicadores.

Dentro dos objetivos elencados na consultoria, estão:

- Construção de uma Agenda de Estado - a partir de uma visão de médio e longo prazos, estabelecer prioridades e identificar programas estruturantes a partir de dados coletados em planos anteriores, planos de governo e audiências públicas (Agenda Tocantins);
- Análise das Oportunidades de Otimização dos Recursos de Custeio - visa a identificação de oportunidades de reduções dos custos gerenciáveis do governo a fim de gerar melhorias na relação custo/benefício e custo/efetividade no uso dos recursos;
- Processo de Acompanhamento e Gestão - pressupõe uma sistemática que permita o acompanhamento ágil e confiável da execução das ações definidas, assim como prover um processo transparente e robusto de tomada de decisão.

A partir da análise de diversas informações coletadas junto ao governo, e em conjunto com as propostas do Plano de Governo, chegou-se à visão que o governo perseguirá em sua gestão: **SER UM ESTADO QUE BUSCA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL E O CUIDADO COM AS PESSOAS.**

O Mapa Estratégico do Governo está representado na Figura 1.

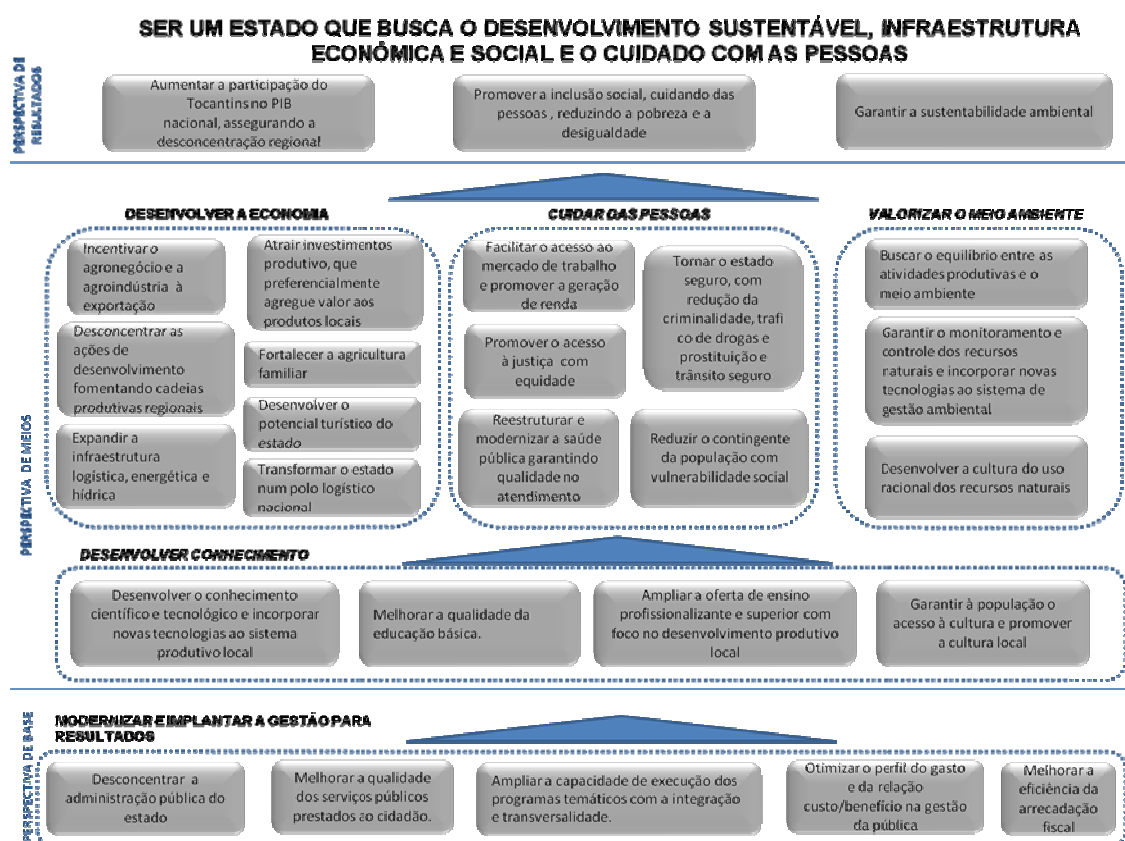


Figura 1_ Mapa Estratégico do Governo do Estado. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Fazendo uma leitura de baixo para cima, temos que as perspectivas de base dizem respeito à modernização e implantação da Gestão para Resultados, que por sua vez agrupa os seguintes objetivos: Desconcentrar a administração pública do estado; Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; Ampliar a capacidade de execução dos programas temáticos com a integração e transversalidade; Otimizar o perfil do gasto e da relação custo/benefício na gestão da pública; e Melhorar a eficiência da arrecadação fiscal.

As perspectivas de meio agrupam quatro grupos que concentram dezenove objetivos: Desenvolver o Conhecimento; Valorizar o Meio Ambiente; Cuidar das Pessoas; e Desenvolver a Economia.

Na metodologia do *Balanced Scorecard* que serviu de suporte à elaboração do Mapa Estratégico, em se atingindo estes objetivos de base e de meio, alcança-se os objetivos de gestão que retratam as perspectivas de resultados que o governo pretende alcançar: aumentar a participação do Estado do Tocantins no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, assegurando a desconcentração regional; promover a inclusão social, cuidando das pessoas, reduzindo a pobreza e a desigualdade; e garantir a sustentabilidade ambiental.

REGIONALIZAÇÃO

Um assunto central na discussão do desenvolvimento do Estado é a regionalização. Para tanto o governo irá realizar estudos para melhor estabelecer o arranjo localizacional e definir o conjunto de serviços que serão disponibilizados ao cidadão.

Ao longo do tempo, a regionalização adotada pelo Governo Estadual nos Planos Plurianuais teve como base aquela delineada pela Secretaria do Planejamento. No Plano Plurianual 2012-2015 será incorporada também a regionalização definida por outros órgãos do poder executivo estadual em decorrência daquela adotada pela SEPLAM estar em processo de revisão. Desse modo, serão consideradas no PPA 2012-2015 as regionalizações da SEPLAM, referente às Regiões Administrativas e Áreas Programas, da Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Fazenda, Instituto de Desenvolvimento Rural, Agência de Defesa Agropecuária e da Defensoria Pública.

A regionalização foi um assunto recorrente nas audiências públicas. Sua importância para o dia-a-dia do cidadão, assim como a condição estratégica que denota para o desenvolvimento local e regional são importantes fatores que fortalecem a necessidade de sua implantação, desconcentrando serviços que podem e devem estar mais próximos e acessíveis.

Sendo assim, considerando as regionalizações existentes, os mapas que seguem ilustram como estão organizados os escritórios regionais, diretorias e delegacias administrativas dos órgãos citados.

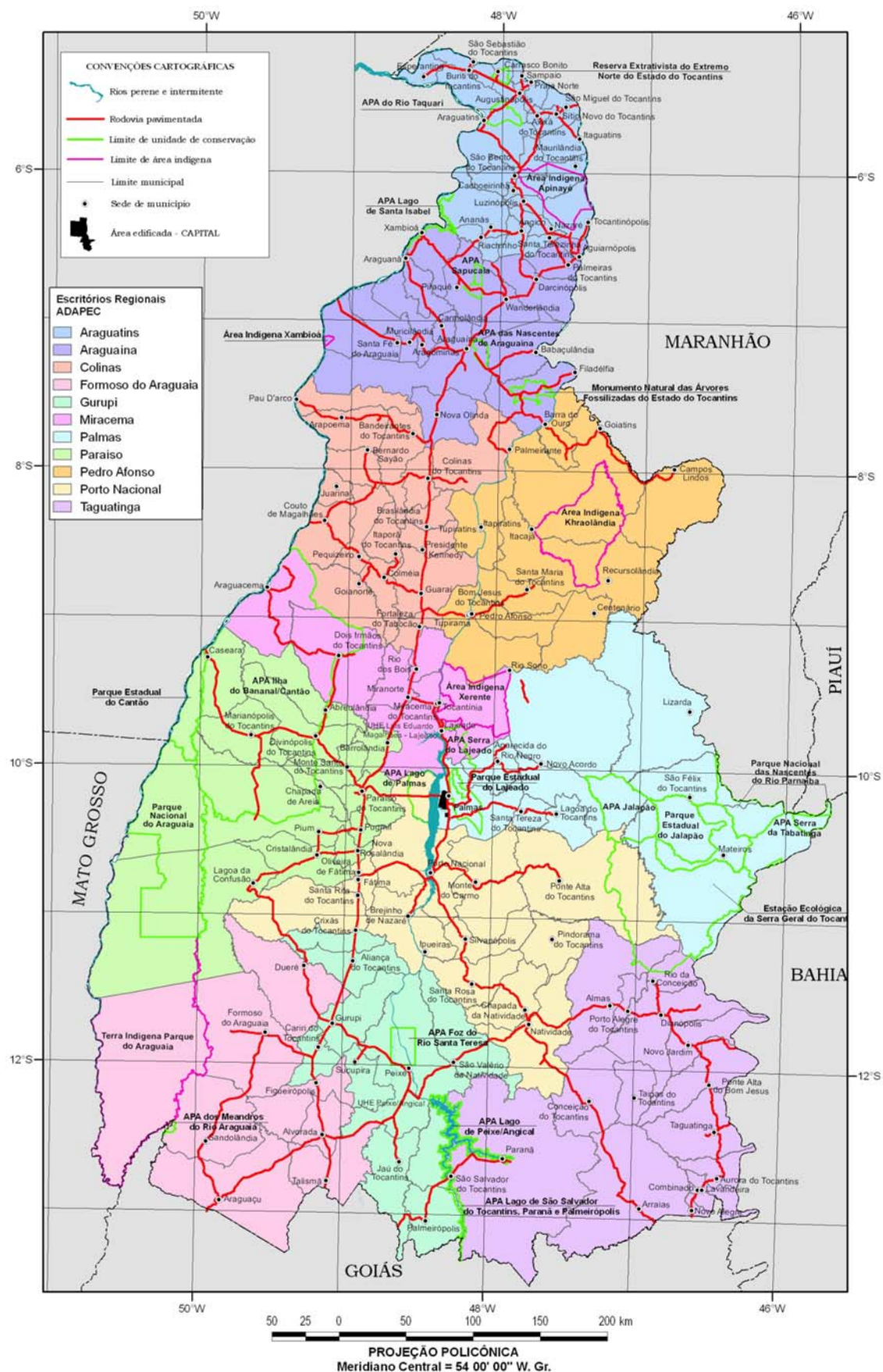


Figura 2_ Escritórios Regionais da ADAPEC. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
ESCRITÓRIO REGIONAL - ARAGUATINS					
Araguatins	2.627	22.558	26.010	25.973	1948
Ananias	1.587	9.694	10.512	9.358	1963
Angico	439	2.755	2.889	3.169	1993
Augustinópolis	414	13.924	12.964	14.800	1982
Assis do Tocantins	150	9.698	8.827	8.917	1963
Buriti do Tocantins	250	7.599	7.842	8.164	1988
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Carrasco Bonito	195	2.727	3.218	3.314	1993
Esperantina	504	5.963	7.623	8.134	1993
Itagratins	740	6.492	6.386	6.074	1945
Luzinópolis	280	—	2.021	2.784	1997
Mantrolândia do Tocantins	738	2.721	2.854	3.185	1993
Nazare	396	7.156	5.150	4.528	1958
Praia Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Rachão	611	3.502	3.670	3.691	1993
Sampaio	201	2.829	2.801	3.672	1988
Santa Terezinha do Tocantins	270	—	2.455	2.291	1997
São Bento do Tocantins	1.105	2.834	3.738	4.447	1993
São Miguel do Tocantins	399	8.304	8.486	10.221	1993
São Sebastião do Tocantins	287	3.516	3.669	4.244	1963
Sítio Novo do Tocantins	324	10.114	9.488	9.302	1963
Tocantópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858

ESCRITÓRIO REGIONAL - ARAGUAÍNA

Aguaíropolis	235	—	3.145	3.995	1997
Araguanas	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Araguaína	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Araguaçu	834	3.069	4.193	5.000	1993
Babaculândia	1.788	8.775	10.329	10.372	1953
Carmolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Darcinópolis	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Filadelfia	1.998	7.407	8.218	7.787	1948
Murcilândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Nova Olinda	1.566	8.724	9.385	10.518	1980
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Paraíso	922	1.785	2.360	3.014	1993
Santa Fé do Araguaia	1.677	4.336	5.507	5.610	1993
Wanderlândia	1.373	10.274	10.273	9.317	1980
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958

ESCRITÓRIO REGIONAL - COLINAS DO TOCANTINS

Aragoama	1.552	8.693	7.025	6.839	1963
Bandeirantes do Tocantins	1.672	—	2.608	2.711	1997
Bernardo Sayão	927	4.319	4.551	4.518	1987
Brasilândia do Tocantins	641	1.761	1.923	2.119	1993
Colinas do Tocantins	844	24.474	25.301	29.298	1963
Colmeia	991	9.141	9.352	8.759	1980
Conto de Magalhães	1.586	4.358	4.335	4.887	1963
Fortaleza do Taboão	622	2.315	2.242	2.101	1993
Germano	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Guara	2.268	20.404	20.018	21.669	1968
Itapora do Tocantins	919	3.214	2.522	2.989	1963
Jarua	481	2.376	2.333	2.141	1989
Palmeirante	2.641	3.769	3.610	4.689	1993
Pau D'Arco	1.311	4.875	4.335	4.767	1993
Pequizeiro	1.210	3.574	4.591	4.799	1987
Presidente Kennedy	770	4.146	3.759	3.680	1971

ESCRITÓRIO REGIONAL - FORMOSO DO ARAGUAIA

Alvorada	1.212	10.219	8.508	7.976	1963
Araguaçu	5.168	9.801	9.346	8.989	1958
Dueré	3.425	4.190	4.565	4.489	1958
Figueirópolis	1.930	6.084	5.562	4.820	1980
Formoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Sandolândia	3.529	3.495	3.332	3.443	1993
Tafumã	2.157	—	2.306	2.555	1997

ESCRITÓRIO REGIONAL - FORMOSO DO ARAGUAIA

Alta do Tocantins	1.580	7.201	6.177	5.701	1988
Carui do Tocantins	1.129	2.473	2.990	3.562	1993
Criças do Tocantins	987	—	1.384	1.264	1997
Gurupi	1.836	64.725	65.034	71.413	1958
Juá do Tocantins	2.173	3.437	3.121	3.789	1993
Palmeirópolis	1.704	7.395	7.068	8.120	1980
Peixe	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
São Salvador do Tocantins	1.422	2.229	2.740	3.012	1993
São Valério da Natividade	2.520	4.807	5.054	4.885	1988
Sucupira	1.026	1.303	1.476	1.667	1993

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
ESCRITÓRIO REGIONAL - MIRACEMA DO TOCANTINS					
Araguacema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Dois Irmãos do Tocantins	3.757	7.554	7.269	7.060	1963
Lajeado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Miracema do Tocantins	2.656	17.483	24.444	19.683	1948
Miranorte	1.032	10.774	11.802	11.858	1963
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Tocantina	2.602	5.169	5.788	6.663	1953

ESCRITÓRIO REGIONAL - PALMAS

Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Lizarda	5.723	4.085	3.787	3.634	1953
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Mateiros	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
Rio Sono	6.357	6.531	6.089	6.167	1982
Santa Tereza do Tocantins	540	2.155	2.114	2.297	1988
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993

ESCRITÓRIO REGIONAL - PARAÍSO DO TOCANTINS

Abreulândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Barrolândia	713	5.477	5.082	5.155	1988
Casera	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Chapada da Areia	659	—	1.270	1.239	1997
Cristalândia	1.848	8.670	7.318	6.520	1953
Dvinópolis do Tocantins	2.347	6.476	5.776	6.359	1987
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Marianópolis do Tocantins	2.091	2.605	3.332	4.473	1987
Monte Santo do Tocantins	1.092	—	1.869	1.858	1997
Nova Rosalândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Paraíso do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Pium	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
Pugmil	402	—	1.989	2.165	1997

ESCRITÓRIO REGIONAL - PEDRO AFOSSO

Barra do Ouro	1.106	—	3.579	3.581	1997
Bom Jesus do Tocantins	1.333	2.279	2.323	2.710	1993
Campos Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Centenário	1.958	2.189	2.163	2.386	1993
Goatins	6.400	14.207	11.036	11.639	1953
Itacaja	3.051	6.549	6.815	6.386	1953
Itapiratus	1.244	3.392	3.277	3.421	1993
Pedro Afonso	2.011	8.648	9.028	10.294	1903
Recursolândia	1.217	3.051	3.138	3.665	1993
Santa Maria do Tocantins	1.410	2.187	2.226	2.673	1993
Tapirama	712	—	1.179	1.405	1997
Tapiratus	895	1.313	1.365	2.007	1993

ESCRITÓRIO REGIONAL - PORTO NACIONAL

Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Chapada da Natividade	1.671	—	3.274	3.680	1997
Fátima	383	4.219	3.848	3.984	1983
Ipueiras	815	—	1.166	1.698	1997
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1734
Oliveira de Fátima	206	—	958	1.081	1997
Pondorama do Tocantins	1.559	4.716	4.685	4.397	1963
Ponte Alta do Tocantins	6.491	6.579	6.172	6.569	1958
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Santa Rita do Tocantins	3.275	—	1.852	2.260	1997
Santa Rosa do Tocantins	1.796	3.764	4.316	4.417	1988
Silvanópolis	1.259	4.974	4.725	5.098	1980

ESCRITÓRIO REGIONAL - TAGUATINGA

Almas	4.021	7.747	8.474	7.488	1958
Arraias	5.787	11.551	10.984	10.626	1914
Aurora do Tocantins	753	4.382	3.101	3.385	1963
Combinado	210	4.915	4.524	4.878	1987
Conceição do Tocantins	2.501	4.393	4.377	4.402	1963
Draqueópolis	3.217	14.882	15.428	18.584	1884
Lavandeira	520	—	1.209	1.590	1997
Novo Alegre	200	1.981	2.274	1.801	1993
Novo Jardim	1.310	2.010	2.151	2.419	1993
Paraná	11.260	9.270	10.416	10.491	1857
Ponte Alta do Bom Jesus	1.806	4.715	4.574	4.529	1958
Ponte Alegre do Tocantins	502	2.463	2.393	2.830	1988
Rio da Conceição	771	1.035	1.189	1.454	1993
Taguatinga	2.437	13.711	13.169	14.110	1868
Tapas do Tocantins	1.167	1.722	1.713	1.916	1993

Figura 3_ Distribuição dos Escritórios Regionais da ADAPEC. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

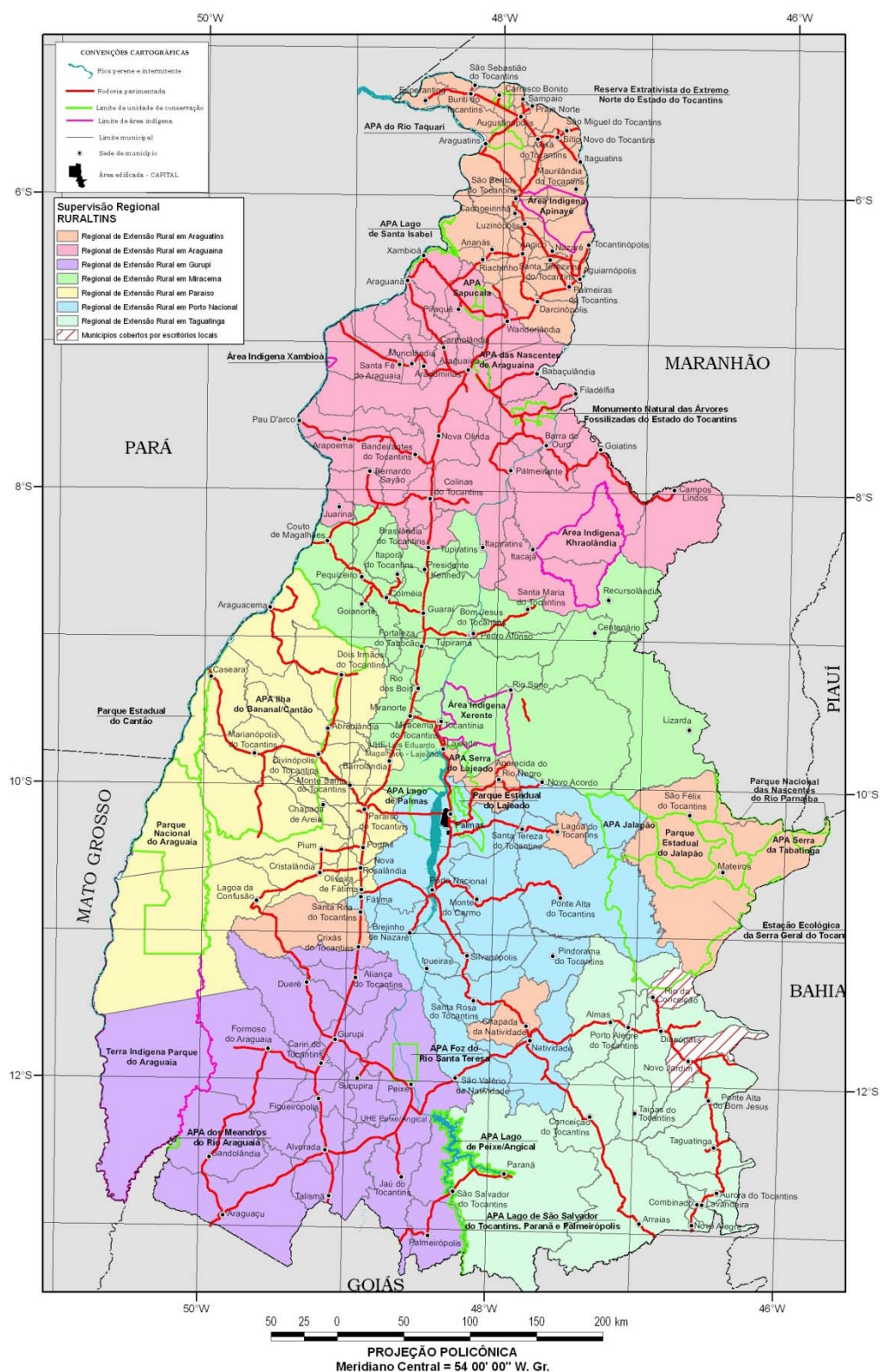


Figura 4_ Escritórios Regionais da RURALTINS. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
Regional de Extensão Rural em Araguaia					
Araguaína	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Araguanã	834	3.069	4.193	5.000	1993
Araguanas	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Araposena	1.552	8.693	7.025	6.839	1963
Balsasulândia	1.788	8.775	10.372	10.372	1953
Bandeirantes do Tocantins	1.672	—	2.608	2.711	1997
Barra do Ouro	1.106	—	3.579	3.581	1997
Bernard do Sayão	927	4.319	4.551	4.518	1987
Brasilândia do Tocantins	641	1.761	1.923	2.119	1993
Campos Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Carmolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Colinas do Tocantins	844	24.474	25.301	29.298	1963
Filadélfia	1.998	7.407	8.218	7.767	1948
Goiatins	6.409	14.207	11.036	11.639	1953
Itacaja	3.051	6.549	6.815	6.386	1953
Itapiratins	1.244	3.392	3.277	3.421	1993
Juruaia	481	2.376	2.333	2.141	1989
Muricilândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Nova Olinda	1.566	8.724	9.385	10.518	1980
Palmeirante	2.641	3.769	3.610	4.689	1993
Pau D'Arco	1.311	4.875	4.335	4.767	1993
Pirapetins	922	1.785	2.360	3.014	1993
Santa Fé do Araguaia	1.677	4.336	5.507	5.610	1993
Wanderlândia	1.373	10.274	10.273	9.317	1980
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958
Regional de Extensão Rural em Araguaínas					
Aguianópolis	235	—	3.145	3.995	1997
Ajauas	1.587	9.694	9.358	10.613	1963
Angico	439	2.755	2.889	3.169	1993
Araguanas	2.627	22.558	26.010	25.973	1948
Angatinsópolis	414	13.924	12.964	14.800	1982
Assis do Tocantins	150	9.698	8.827	8.917	1963
Buriti do Tocantins	250	7.599	7.842	8.164	1988
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Caracasso Bonito	195	2.727	3.218	3.314	1993
Draconópolis	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Esperantina	504	5.963	7.623	8.134	1993
Itapiratins	740	6.492	6.386	6.074	1945
Luizópolis	280	—	2.021	2.784	1997
Maurilândia do Tocantins	738	2.721	2.854	3.185	1993
Nazare	396	7.156	5.150	4.528	1958
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Praia Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Riachinho	611	3.502	3.670	3.691	1993
Sampaio	201	2.829	2.801	3.672	1988
Santa Terezinha do Tocantins	270	—	2.455	2.291	1997
São Bento do Tocantins	1.105	2.834	3.738	4.447	1993
São Miguel do Tocantins	399	8.304	8.486	10.221	1993
São Sebastião do Tocantins	287	3.516	3.669	4.244	1963
Sítio Novo do Tocantins	324	10.114	9.488	9.302	1963
Tocantópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858
Regional de Extensão Rural em Gurupi					
Altaíde do Tocantins	1.580	7.201	6.177	5.701	1988
Alvorada	1.212	10.219	8.508	7.976	1963
Araguacema	5.168	9.801	9.346	8.989	1958
Cariri do Tocantins	1.129	2.473	2.990	3.562	1993
Crixás do Tocantins	987	—	1.384	1.264	1997
Durce	3.425	4.190	4.565	4.489	1958
Figuerópolis	1.930	6.084	5.562	4.820	1980
Fomoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Gurupi	1.836	64.725	65.834	71.413	1958
Jari do Tocantins	2.173	3.437	3.121	3.789	1993
Palmeirópolis	1.704	7.395	7.068	8.120	1980
Perce	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
Sandolândia	3.529	3.495	3.332	3.443	1993
São Salvador do Tocantins	1.422	2.229	2.740	3.012	1993
Sucupira	1.026	1.363	1.476	1.667	1993
Taliá	2.157	—	2.306	2.555	1997
Regional de Extensão Rural em Miracema					
Bom Jesus do Tocantins	1.333	2.279	2.323	2.710	1993
Centenário	1.955	2.189	2.163	2.386	1993
Colmeia	991	9.141	9.352	8.759	1980
Conto de Magalhães	1.586	4.358	4.335	4.887	1963
Fortaleza do Taboão	622	2.315	2.242	2.101	1993
Goianorte	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Guaraí	2.268	20.404	20.018	21.669	1968
Lizarda	5.723	4.085	3.787	3.634	1953
Itapora do Tocantins	919	3.214	3.222	2.989	1963
Miracema do Tocantins	2.656	17.483	24.444	19.683	1948
Miranorte	1.032	10.774	11.802	11.858	1963
Pedro Afonso	2.011	8.648	9.028	10.294	1963
Peçizeiro	1.210	3.574	4.591	4.799	1987
Presidente Kennedy	770	41.46	3.759	3.680	1971
Recursolândia	1.217	3.051	3.138	3.665	1993
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Rio Sono	6.357	6.531	6.089	6.167	1982
Santa Maria do Tocantins	1.410	2.187	2.226	2.673	1993
Tocantins	2.602	5.169	5.788	6.663	1953
Tipirama	712	—	1.179	1.405	1997
Tipiratin	895	1.313	1.365	2.007	1993
Regional de Extensão Rural em Paraíso					
Abreulândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Araguacema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Barrolândia	713	5.477	5.082	5.155	1988
Casaera	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Chapada da Arica	659	—	1.270	1.239	1997
Cratolândia	1.848	8.670	7.318	6.520	1953
Davinópolis do Tocantins	2.347	6.476	5.776	6.359	1987
Dois Irmãos do Tocantins	3.757	7.554	7.269	7.060	1963
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Miracema do Tocantins	2.091	2.605	3.332	4.473	1987
Monte Santo do Tocantins	1.092	—	1.869	1.858	1997
Nova Rosalândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Olveira de Fátima	206	—	958	1.081	1997
Paraíso do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Pinau	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
Pugmil	402	—	1.989	2.165	1997
Regional de Extensão Rural em Porto Nacional					
Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Chapada da Natividade	1.671	—	3.274	3.680	1997
Fátima	383	4.219	3.848	3.984	1983
Ipocenas	815	—	1.166	1.698	1997
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Lajeado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Mateiros	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1734
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
Olveira de Fátima	206	—	958	1.081	1997
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Pindorama do Tocantins	1.559	4.716	4.685	4.397	1963
Ponte Alta do Tocantins	6.491	6.579	6.172	6.569	1958
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Santa Rosa do Tocantins	1.796	3.764	4.316	4.417	1988
Santa Tereza do Tocantins	540	2.155	2.114	2.297	1988
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993
São Valério da Natividade	2.520	4.807	5.054	4.885	1988
Silvanópolis	1.259	4.974	4.725	5.098	1980
Regional de Extensão Rural em Taguatinga					
Almas	4.021	7.747	8.474	7.488	1958
Araíras	5.787	11.551	10.984	10.626	1914
Aurora do Tocantins	753	4.382	3.101	3.385	1963
Combinado	210	4.915	4.524	4.878	1987
Conceição do Tocantins	2.501	4.393	4.377	4.402	1963
Draconópolis	3.217	14.882	15.428	18.584	1884
Lavandeira	520	—	1.209	1.590	1997
Novo Alegre	200	1.981	2.274	1.801	1993
Paraná	11.260	9.270	10.416	10.491	1857
Porto Alegre do Tocantins	502	2.463	2.393	2.830	1988
Ponte Alta do Bon Jesus	1.806	4.715	4.574	4.529	1958
Taguatinga	2.437	13.711	13.169	14.110	1868
Taipas do Tocantins	1.167	1.722	1.713	1.916	1993
MUNICÍPIOS COBERTOS POR ESCRITÓRIOS LOCAIS					
Abreulândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Aguianópolis	235	—	3.145	3.995	1997
Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Araguanas	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Bandeirantes do Tocantins	1.672	—	2.608	2.711	1997
Barra do Ouro	1.106	—	3.579	3.581	1997
Bom Jesus do Tocantins	1.333	2.279	2.323	2.710	1993
Brasilândia do Tocantins	641	1.761	1.923	2.119	1993
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Campos Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Caracasso Bonito	195	2.727	3.218	3.314	1993
Carmolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Chapada da Arica	659	—	1.270	1.239	1997
Chapada da Natividade	1.671	—	3.274	3.680	1997
Crixas do Tocantins	987	—	1.384	1.264	1997
Goianorte	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Itapiratins	1.244	3.392	3.277	3.421	1993
Itapora do Tocantins	919	3.214	3.222	2.989	1963
Juruaia	481	2.376	2.333	2.141	1989
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Lajeado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Lavandeira	520	—	1.209	1.590	1997
Maurilândia do Tocantins	738	2.721	2.854	3.185	1993
Monte Santo do Tocantins	1.092	—	1.869	1.858	1997
Muricilândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Nova Rosalândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Novo Alegre	200	1.981	2.274	1.801	1993
Novo Jardim	1.310	2.010	2.151	2.419	1993
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Praia Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Pugmil	402	—	1.989	2.165	1997
Recursolândia	1.217	3.051	3.138	3.665	1993
Riachinho	611	3.502	3.670	3.691	1993
Rio da Conceição	771	1.035	1.189	1.454	1993
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Sampaio	201	2.829			

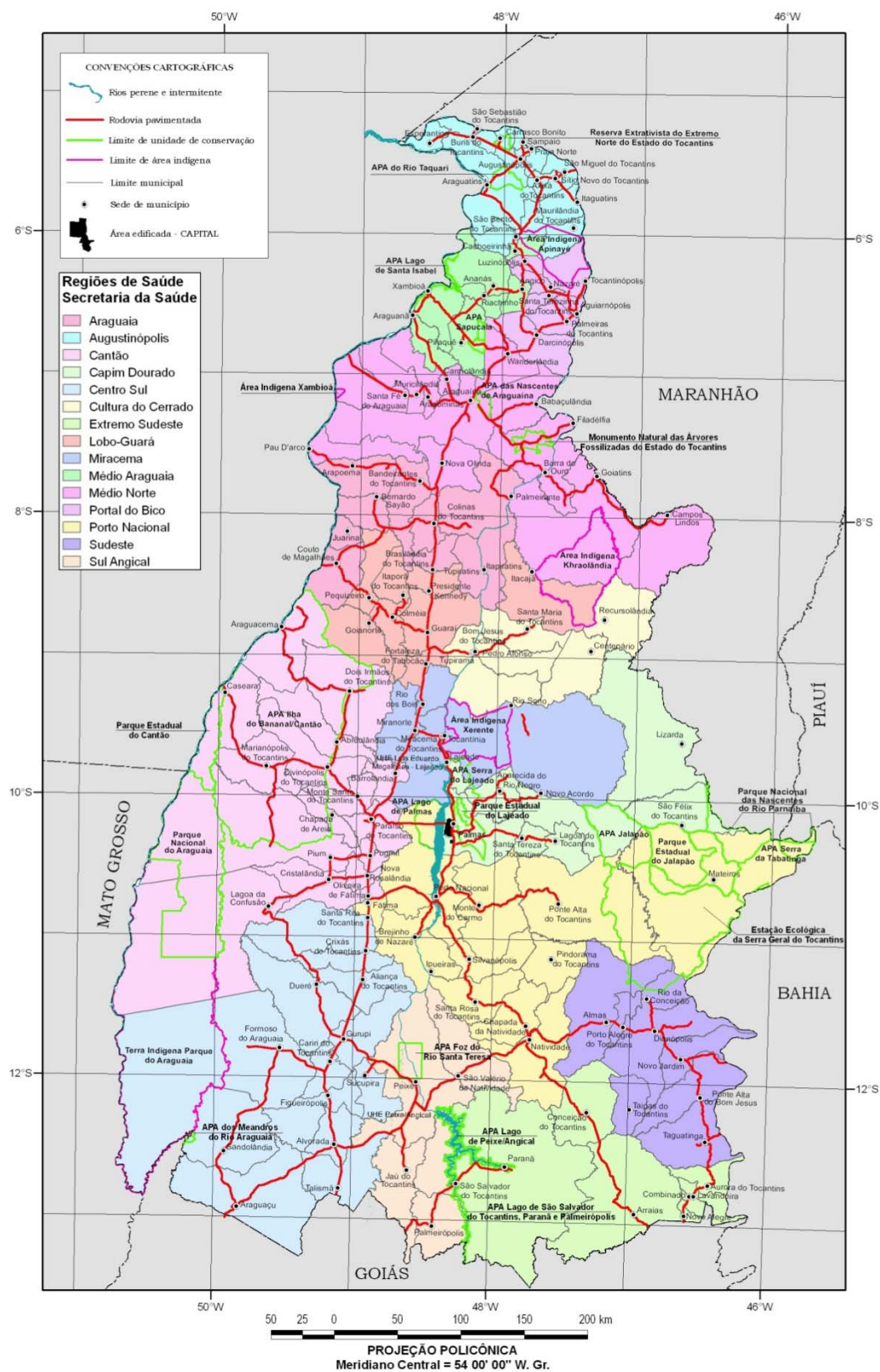


Figura 6_ Regionais de Saúde – Secretaria Estadual da Saúde. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
REGIÃO DE SAÚDE - MÉDIO NORTE					
Aragominas	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Araguaína	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Babaquiana	1.788	8.775	10.329	10.372	1953
Barra do Ouro	1.196	—	3.579	3.581	1997
Campus Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Camolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Filadélfia	1.998	7.407	8.218	7.787	1948
Goiatins	6.409	14.207	11.036	11.639	1953
Muriciândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Nova Olinda	1.566	8.724	9.385	10.518	1980
Pau D'Arco	1.311	4.875	4.335	4.767	1993
Santa Fé de Araguaia	1.677	4.336	5.507	5.610	1993
Wanderlândia	1.373	10.274	10.273	9.317	1980
REGIÃO DE SAÚDE - CENTRO-SUL					
Almeida do Tocantins	1.580	7.201	6.177	5.701	1988
Alvorada	1.212	10.219	8.508	7.976	1963
Araguaçu	5.168	9.801	9.346	8.989	1958
Carui do Tocantins	1.129	2.473	2.990	3.562	1993
Criças do Tocantins	987	—	1.384	1.264	1997
Dueré	3.425	4.190	4.565	4.489	1958
Figueirópolis	1.930	6.084	5.562	4.820	1980
Fomoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Gurupi	1.836	64.725	65.034	71.413	1958
Sandolândia	3.529	3.495	3.332	3.443	1993
Santa Rita do Tocantins	3.275	—	1.852	2.260	1997
Sucupira	1.026	1.303	1.476	1.667	1993
Talsamã	2.157	—	2.306	2.555	1997
REGIÃO DE SAÚDE - MÉDIO ARAGUAIA					
Ananias	1.587	9.694	10.512	9.358	1963
Anicuns	439	2.755	2.889	3.169	1993
Araguaçu	834	3.069	4.193	5.000	1993
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Piraquê	922	1.785	2.360	3.014	1993
Riachão	611	3.502	3.670	3.691	1993
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958
REGIÃO DE SAÚDE - MIRACEMA DO TOCANTINS					
Miracema do Tocantins	2.656	17.483	24.444	19.683	1948
Mirassol	1.032	10.774	11.802	11.858	1963
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Rio Sono	6.357	6.531	6.089	6.167	1982
Tocantina	2.602	5.169	5.788	6.663	1953
REGIÃO DE SAÚDE - CAPIM DOURADO					
Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Lizarda	5.723	4.085	3.787	3.634	1953
Lajedo	322	1.397	2.344	2.159	1993
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Santa Tereza do Tocantins	540	2.155	2.114	2.297	1988
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993
REGIÃO DE SAÚDE - CANTÃO					
Abreolândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Araguacema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Barrolândia	713	5.477	5.082	5.155	1988
Cacema	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Chapada da Arica	659	—	1.270	1.239	1997
Cristalândia	1.848	8.670	7.318	6.520	1953
Dois Irmãos do Tocantins	3.757	7.554	7.269	7.060	1963
Dvinópolis do Tocantins	2.347	6.476	5.776	6.359	1987
Lagoa do Confreio	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Maranhópolis do Tocantins	2.091	2.605	3.332	4.473	1987
Monte Santo do Tocantins	1.092	—	1.869	1.858	1997
Nova Rosalândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Oliveira de Fátima	206	—	958	1.081	1997
Paraisópolis do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Pium	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
Pugmil	402	—	1.989	2.165	1997
REGIÃO DE SAÚDE - PORTO NACIONAL					
Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Chapada da Natividade	1.671	—	3.274	3.680	1997
Fátima	383	4.219	3.848	3.984	1983
Ipeceiras	815	—	1.166	1.698	1997
Mateiros	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1744
Pandorama do Tocantins	1.559	4.716	4.685	4.397	1963
Porte Alta do Tocantins	6.491	6.579	6.172	6.569	1958
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Santa Rosa do Tocantins	1.796	3.764	4.316	4.417	1988
Silvanópolis	1.259	4.974	4.725	5.098	1980
REGIÃO DE SAÚDE - SUL ANGICAL					
Juri do Tocantins	2.173	3.437	3.121	3.789	1993
Palmerópolis	1.704	7.395	7.068	8.120	1980
Peixe	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
São Salvador do Tocantins	1.422	2.229	2.740	3.012	1993
São Valério da Natividade	2.520	4.807	5.054	4.885	1988
REGIÃO DE SAÚDE - PORTAL DO BICO					
Aguariópolis	235	—	3.145	3.995	1997
Darcinópolis	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Luzinópolis	280	—	2.021	2.784	1997
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Nazare	396	7.156	5.150	4.528	1958
Santa Terezinha do Tocantins	270	—	2.455	2.291	1997
Tocantópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858
REGIÃO DE SAÚDE - LOBO GUARÁ					
Cócora	991	9.141	9.352	8.759	1980
Fortaleza do Taboão	622	2.315	2.242	2.101	1993
Goiatorte	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Guaraí	2.268	20.404	20.018	21.669	1968
Itacajá	3.051	6.549	6.815	6.386	1953
Itaporã do Tocantins	919	3.214	2.522	2.989	1963
Pequizeiro	1.210	3.574	4.591	4.799	1987
Presidente Kennedy	770	4.146	3.759	3.680	1971

Figura 7_ Distribuição das Regionais de Saúde – Secretaria Estadual da Saúde. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

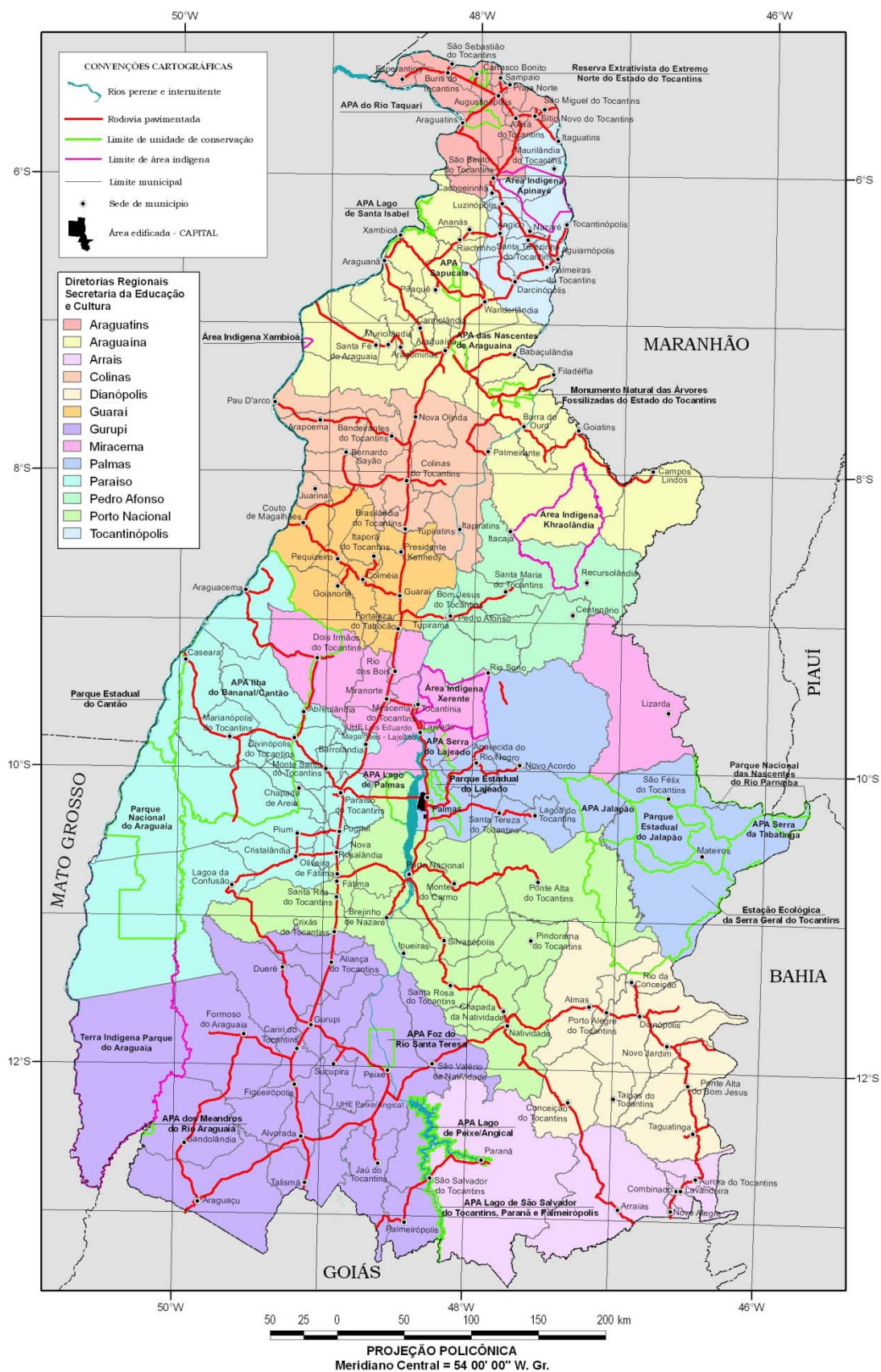


Figura 8_ Diretorias Regionais da Educação – Secretaria Estadual da Educação. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
DIRETORIA REGIONAL - ARAGUAÍNA					
Anaíma	1.587	9.694	10.512	9.358	1963
Araguanas	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Araguaína	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Araguanã	834	3.069	4.193	5.000	1993
Babaçulândia	1.788	8.775	10.329	10.372	1953
Barra do Ouro	1.106	—	3.579	3.581	1997
Campos Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Caracolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Filadélfia	1.998	7.407	8.218	7.787	1948
Goiatins	6.409	14.207	11.036	11.639	1953
Muriciândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Pirapirê	922	1.785	2.360	3.014	1993
Ranchinho	611	3.502	3.670	3.691	1993
Santa Fé do Araguaia	1.677	4.336	5.507	5.610	1993
Wanderlândia	1.373	10.274	10.273	9.317	1980
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958
ESCRITÓRIO REGIONAL - ARAGUATINS					
Araguatis	2.627	22.558	26.010	25.973	1948
Augustópolis	414	13.924	12.964	14.800	1982
Assaí do Tocantins	150	9.698	8.827	8.917	1963
Burití do Tocantins	250	7.599	7.842	8.164	1988
Carasão Bonito	195	2.727	3.218	3.314	1993
Espertina	504	5.963	7.623	8.134	1993
Fraia Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Sampaio	201	2.829	2.801	3.672	1988
São Bento do Tocantins	1.105	2.834	3.738	4.447	1993
São Miguel do Tocantins	399	8.304	8.486	10.221	1993
São Sebastião do Tocantins	287	3.516	3.669	4.244	1963
Sítio Novo do Tocantins	324	10.114	9.488	9.302	1963
DIRETORIA REGIONAL - ARRAIAS					
Arraias	5.787	11.551	10.984	10.626	1914
Aurora do Tocantins	753	4.382	3.101	3.385	1963
Combinação	210	4.915	4.524	4.878	1987
Lavandeira	520	—	1.209	1.590	1997
Novo Alegre	200	1.981	2.274	1.801	1993
Parauí	11.260	9.270	10.416	10.491	1857
DIRETORIA REGIONAL - COLINAS DO TOCANTINS					
Arapoama	1.552	8.693	7.025	6.839	1963
Bandeirantes do Tocantins	1.672	—	2.608	2.711	1997
Bernardo Sayão	927	4.319	4.551	4.518	1987
Brasília do Tocantins	641	1.761	1.923	2.119	1993
Colinas do Tocantins	844	24.474	25.301	29.298	1963
Itapiratus	1.244	3.392	3.277	3.421	1993
Juarina	481	2.376	2.333	2.141	1989
Nova Olinda	1.566	8.724	9.385	10.518	1980
Palmeirante	2.641	3.769	3.610	4.689	1993
Pau D'Arco	1.311	4.875	4.335	4.767	1993
Tipiratus	895	1.313	1.365	2.007	1993
DIRETORIA REGIONAL - DIANÓPOLIS					
Almas	4.021	7.747	8.474	7.488	1958
Conceição do Tocantins	2.501	4.393	4.377	4.402	1963
Dianópolis	3.217	14.882	15.428	18.584	1984
Novo Jardim	1.310	2.010	2.151	2.419	1993
Ponte Alta do Bom Jesus	1.806	4.715	4.574	4.529	1958
Porto Alegre do Tocantins	502	2.463	2.393	2.830	1988
Rio da Conceição	771	1.035	1.189	1.454	1993
Taguatinga	2.437	13.711	13.169	14.110	1868
Tapas do Tocantins	1.167	1.722	1.713	1.916	1993
DIRETORIA REGIONAL - GUARAI					
Colmeia	991	9.141	9.352	8.759	1980
Conto de Magalhães	1.586	4.358	4.335	4.887	1963
Fortaleza do Taboão	622	2.315	2.242	2.101	1993
Goiandira	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Guarai	2.268	20.404	20.018	21.669	1968
Itaporã do Tocantins	919	3.214	2.522	2.989	1963
Pequizeiro	1.210	3.574	4.591	4.799	1987
Presidente Kennedy	770	4.146	3.759	3.680	1971
DIRETORIA REGIONAL - GURUPI					
Alança do Tocantins	1.580	7.201	6.177	5.701	1988
Alvorada	1.212	10.219	8.508	7.976	1963
Araguaçu	5.168	9.801	9.346	8.989	1958
Carri do Tocantins	1.129	2.473	2.990	3.562	1993
Cristas do Tocantins	987	—	1.384	1.264	1997
Durê	3.425	4.190	4.565	4.489	1958
Figueirópolis	1.930	6.084	5.562	4.820	1980
Fornoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Gurupi	1.836	64.725	65.034	71.413	1958
Jão do Tocantins	2.173	3.437	3.121	3.789	1993
Palmerópolis	1.704	7.395	7.068	8.120	1980
Peixe	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
Sandolândia	3.529	3.495	3.332	3.443	1993
São Salvador do Tocantins	1.422	2.229	2.740	3.012	1993
São Valério da Natividade	2.520	4.807	5.054	4.885	1988
Sucupira	1.026	1.303	1.476	1.667	1993
Talsamã	2.157	—	2.306	2.555	1997
DIRETORIA REGIONAL - MIRACEMA DO TOCANTINS					
Dots Irmãos do Tocantins	3.757	7.554	7.269	7.060	1963
Lizarda	5.723	4.085	3.787	3.634	1953
Miracema do Tocantins	2.656	17.483	24.444	19.683	1948
Mirante	1.032	10.774	11.802	11.858	1963
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Tocantina	2.602	5.169	5.788	6.663	1953
DIRETORIA REGIONAL - PALMAS					
Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Lajado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Materos	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Rio Sono	6.357	6.531	6.089	6.167	1982
Santa Tereza do Tocantins	540	2.155	2.114	2.297	1988
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993
DIRETORIA REGIONAL - PARAÍSO DO TOCANTINS					
Abreulândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Araguanema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Barroilândia	713	5.477	5.082	5.155	1988
Caserna	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Chapada da Areia	659	—	1.270	1.239	1997
Cristalândia	1.848	8.670	7.318	6.520	1953
Drvinópolis do Tocantins	2.347	6.476	5.776	6.359	1987
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Marianópolis do Tocantins	2.091	2.605	3.332	4.473	1987
Monte Santo do Tocantins	1.092	—	1.869	1.858	1997
Nova Rosilândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Paraíso do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Pim	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
Pugmil	402	—	1.989	2.165	1997
DIRETORIA REGIONAL - PEDRO AFONSO					
Bom Jesus do Tocantins	1.333	2.279	2.323	2.710	1993
Centenário	1.855	2.189	2.163	2.386	1993
Itacajá	3.051	6.549	6.815	6.386	1963
Pedro Afonso	2.011	8.648	9.028	10.294	1963
Recursolândia	1.217	3.051	3.138	3.665	1993
Santa Maria do Tocantins	1.410	2.187	2.226	2.673	1993
Tipirama	712	—	1.179	1.405	1997
DIRETORIA REGIONAL - PORTO NACIONAL					
Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Chapada da Natividade	1.671	—	3.274	3.680	1997
Fátima	383	4.219	3.848	3.984	1983
Ipueiras	815	—	1.166	1.698	1997
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1734
Oliveira de Fátima	206	—	958	1.081	1997
Pandorana do Tocantins	1.559	4.716	4.685	4.397	1963
Ponte Alta do Tocantins	6.491	6.579	6.172	6.569	1958
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Santa Rita do Tocantins	3.275	—	1.852	2.260	1997
Santa Rosa do Tocantins	1.796	3.764	4.316	4.417	1988
Silvanópolis	1.259	4.974	4.725	5.098	1980
DIRETORIA REGIONAL - TOCANTINÓPOLIS					
Aguianópolis	235	—	3.145	3.995	1997
Angico	439	2.755	2.889	3.169	1993
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Itacurup	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Itaguari	740	6.492	6.386	6.074	1945
Lucinópolis	280	—	2.021	2.784	1997
Maurilândia do Tocantins	738	2.721	2.854	3.185	1993
Nazare	396	7.156	5.150	4.528	1958
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Santa Terezinha do Tocantins	270	—	2.455	2.291	1997
Tocantinópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858

Figura 9_ Distribuição das Diretorias Regionais da Educação – Secretaria Estadual da Educação. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

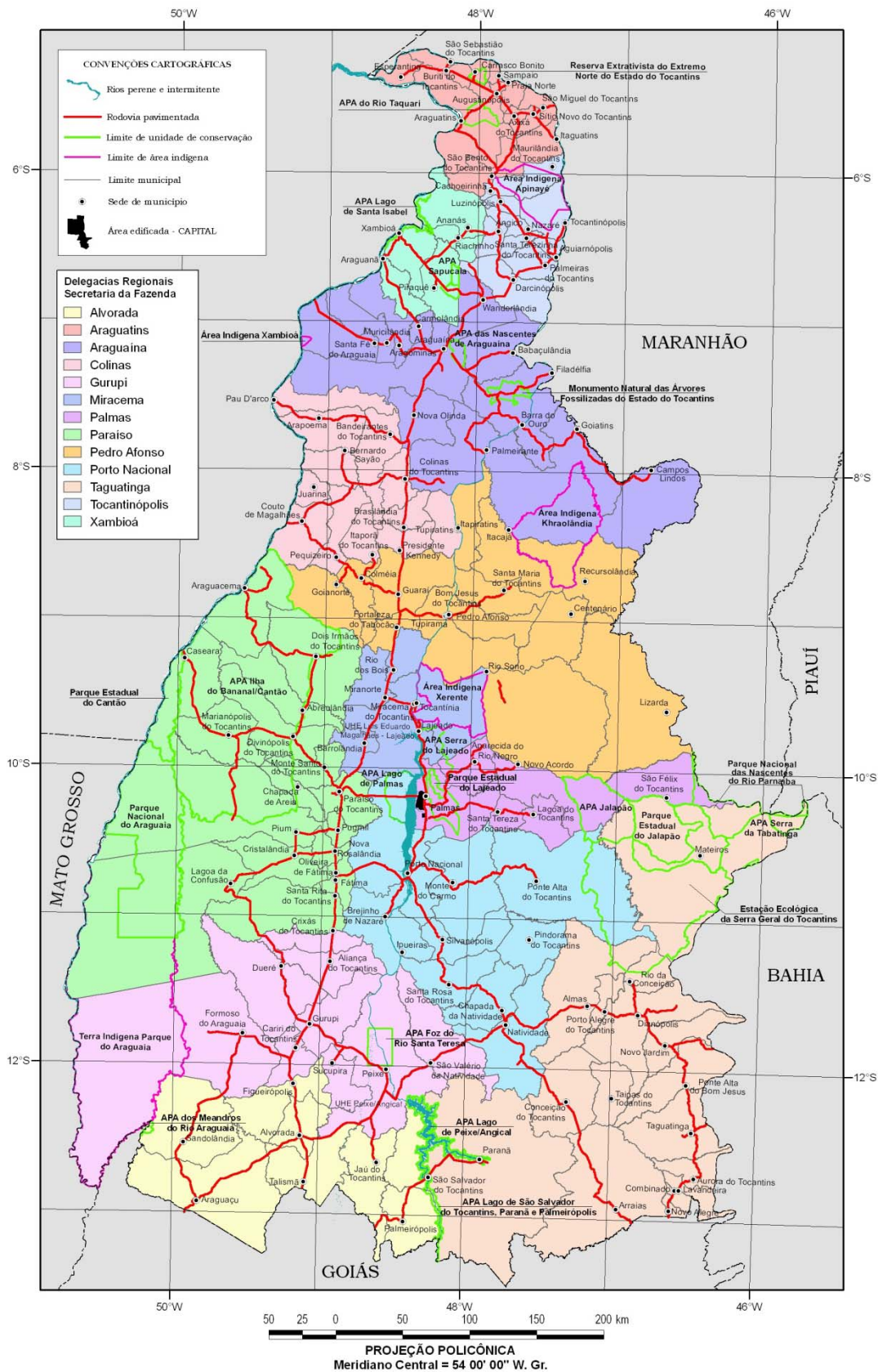


Figura 10_ Delegacias Regionais da Fazenda – Secretaria Estadual da Fazenda. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
DELEGACIA REGIONAL - ALVORADA					
Alvorada	1.212	10.219	8.508	7.976	1963
Araguaçu	5.168	9.801	9.346	8.989	1958
Figueirópolis	1.930	6.084	5.562	4.820	1980
Jati do Tocantins	2.173	3.437	3.121	3.789	1993
Palmerópolis	1.704	7.395	7.068	8.120	1980
Sandolândia	3.529	3.495	3.332	3.443	1993
São Salvador do Tocantins	1.422	2.229	2.740	3.012	1993
Talmaná	2.157	...	2.306	2.555	1997
DELEGACIA REGIONAL - ARAGUAÍNA					
Araguanã	1.173	3.486	6.180	5.469	1993
Araguaína	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Babaculândia	1.788	8.775	10.329	10.372	1953
Barra do Ouro	1.106	...	3.579	3.581	1997
Campos Lindos	3.240	5.102	5.638	7.615	1993
Camolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Filadelfia	1.998	7.407	8.218	7.787	1948
Goatins	6.409	14.207	11.036	11.639	1953
Muracilândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Nova Olinda	1.566	8.724	9.385	10.518	1980
Palmeirante	2.641	3.769	3.610	4.689	1993
Santa Fé do Araguaia	1.677	4.336	5.507	5.610	1993
Wanderlândia	1.373	10.274	10.273	9.317	1980
DELEGACIA REGIONAL - ARAGUATINS					
Araguatins	2.627	22.558	26.010	25.973	1948
Angatimópolis	414	13.924	12.964	14.800	1982
Assiz do Tocantins	150	9.698	8.827	8.917	1963
Buriti do Tocantins	250	7.599	7.842	8.164	1988
Carrasco Bonito	195	2.727	3.218	3.314	1993
Esperantina	504	5.963	7.623	8.134	1993
Itaguatins	740	6.492	6.386	6.074	1945
Prata Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Sampaio	201	2.829	2.801	3.672	1988
São Bento do Tocantins	1.105	2.834	3.738	4.447	1993
São Miguel do Tocantins	399	8.304	8.486	10.221	1993
São Sebastião do Tocantins	287	3.516	3.669	4.244	1963
Sítio Novo do Tocantins	324	10.114	9.488	9.302	1963
DELEGACIA REGIONAL - COLINAS DO TOCANTINS					
Arapoama	1.552	8.693	7.025	6.839	1963
Bandeirantes do Tocantins	1.672	...	2.608	2.711	1997
Bernardo Sayão	927	4.319	4.551	4.518	1987
Brasília do Tocantins	641	1.761	1.923	2.119	1993
Colinas do Tocantins	844	24.474	25.301	29.298	1963
Conto de Maralães	1.586	4.358	4.335	4.887	1963
Itaporã do Tocantins	919	3.214	2.522	2.989	1963
Juruna	481	2.376	2.333	2.141	1989
Pau D'Arco	1.311	4.875	4.335	4.767	1993
Pequizeiro	1.210	3.574	4.591	4.799	1987
Presidente Kennedy	770	4.146	3.759	3.680	1971
Tipirama	895	1.313	1.365	2.007	1993
DELEGACIA REGIONAL - GURUPI					
Altaíde do Tocantins	1.580	7.201	6.177	5.701	1988
Carri do Tocantins	1.129	2.473	2.990	3.562	1993
Criças do Tocantins	987	...	1.384	1.264	1997
Dueré	3.425	4.190	4.565	4.489	1958
Farmoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Gurupi	1.836	64.725	65.034	71.413	1958
Peixe	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
São Valério da Natividade	2.520	4.807	5.054	4.885	1988
Sucupira	1.026	1.303	1.476	1.667	1993
DELEGACIA REGIONAL - MIRACEMA DO TOCANTINS					
Barrolândia	713	5.477	5.082	5.155	1988
Lajeado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Miracema do Tocantins	2.656	17.483	24.444	19.683	1948
Miranorte	1.032	10.774	11.802	11.858	1963
Rio dos Bois	845	2.042	2.269	2.092	1993
Tocantina	2.602	5.169	5.788	6.663	1953
DELEGACIA REGIONAL - PALMAS					
Aparecida do Rio Negro	1.160	3.646	3.517	4.018	1987
Lagoa do Tocantins	911	2.618	2.530	3.179	1993
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Santa Tereza do Tocantins	540	2.155	2.114	2.297	1988
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993
DELEGACIA REGIONAL - PARAÍSO DO TOCANTINS					
Abreulândia	1.895	1.957	2.189	2.245	1993
Araguacema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Casaca	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Chapada da Areia	659	...	1.270	1.239	1997
Cristalândia	1.848	8.670	7.318	6.520	1953
Dois Irmãos do Tocantins	3.757	7.554	7.269	7.060	1963
Divinópolis do Tocantins	2.347	6.476	5.776	6.359	1987
Fátima	383	4.219	3.848	3.984	1983
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Marianópolis do Tocantins	2.091	2.605	3.332	4.473	1987
Monte Santo do Tocantins	1.092	...	1.869	1.858	1997
Nova Rosalândia	489	3.591	3.190	3.772	1988
Olivera de Fátima	206	...	958	1.081	1997
Paraíso do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Pium	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
Puzosil	402	...	1.989	2.165	1997
Santa Rita do Tocantins	3.275	...	1.852	2.260	1997
DELEGACIA REGIONAL - PEDRO AFONSO					
Bom Jesus do Tocantins	1.333	2.279	2.323	2.710	1993
Centenário	1.955	2.189	2.163	2.386	1993
Colmeia	991	9.141	9.352	8.759	1980
Fortaleza do Tabocão	622	2.315	2.242	2.101	1993
Goianorte	1.801	5.134	4.839	5.221	1988
Guarai	2.268	20.404	20.018	21.669	1968
Lizarda	5.723	4.085	3.787	3.634	1953
Itacajá	3.051	6.549	6.815	6.386	1953
Itapirama	1.244	3.392	3.277	3.421	1993
Pedro Afonso	2.011	8.648	9.028	10.294	1903
Recursolândia	1.217	3.051	3.138	3.665	1993
Rio Sono	6.357	6.531	6.089	6.167	1982
Santa Maria do Tocantins	1.410	2.187	2.226	2.673	1993
Tipirama	712	...	1.179	1.405	1997
DELEGACIA REGIONAL - NATIVIDADE					
Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Chapada da Natividade	1.671	...	3.274	3.680	1997
Ipeirinas	815	...	1.166	1.698	1997
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1734
Pindorama do Tocantins	1.559	4.716	4.685	4.397	1963
Ponte Alta do Tocantins	6.491	6.579	6.172	6.569	1958
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Santa Rosa do Tocantins	1.796	3.764	4.316	4.417	1988
Silvanópolis	1.259	4.974	4.725	5.098	1980
DELEGACIA REGIONAL - TAGUATINGA					
Almas	4.021	7.747	8.474	7.488	1958
Arraias	5.787	11.551	10.984	10.626	1914
Aurora do Tocantins	753	4.382	3.101	3.385	1963
Comunidade	210	4.915	4.524	4.878	1987
Conceição do Tocantins	2.501	4.393	4.377	4.402	1963
Dianópolis	3.217	14.882	15.428	18.584	1884
Lavandeira	520	...	1.209	1.590	1997
Mateiros	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Novo Alegre	200	1.981	2.274	1.801	1993
Novo Jardim	1.310	2.010	2.151	2.419	1993
Parauá	11.260	9.270	10.416	10.491	1857
Ponte Alta do Bom Jesus	1.806	4.715	4.574	4.529	1958
Porto Alegre do Tocantins	502	2.463	2.393	2.830	1988
Rio da Conceição	771	1.035	1.189	1.454	1993
Tapas do Tocantins	1.167	1.722	1.713	1.916	1993
Taguatinga	2.437	13.711	13.169	14.110	1868
DELEGACIA REGIONAL - TOCANTINÓPOLIS					
Aguianópolis	235	...	3.145	3.995	1997
Angico	439	2.755	2.889	3.169	1993
Cachoeirinha	352	2.039	2.023	2.171	1993
Durcinópolis	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Luzinópolis	280	...	2.021	2.784	1997
Maurilândia do Tocantins	738	2.721	2.854	3.185	1993
Nazare	396	7.156	5.150	4.528	1958
Palmeiras do Tocantins	748	3.533	4.622	4.542	1993
Santa Terezinha do Tocantins	270	...	2.455	2.291	1997
Tocantinópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858
DELEGACIA REGIONAL - ALVORADAXAMBIOÁ					
Ananias	1.587	9.694	10.512	9.358	1963
Araguanã	834	3.069	4.193	5.000	1993
Piraquê	922	1.785	2.360	3.014	1993
Raschinho	611	3.502	3.670	3.691	1993
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958

Figura 11_ Distribuição das Delegacias Regionais da Fazenda – Secretaria Estadual da Fazenda. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

Municípios	Área (km²)	População (hab.) (IBGE - 1996)	População (hab.) (IBGE - 2000)	População (hab.) (IBGE - 2007)	Ano de criação
REGIÃO TURÍSTICA - VALE DOS GRANDES RIOS					
Araguaina	4.000	105.019	113.143	115.759	1958
Araguanã	834	3.069	4.193	5.000	1993
Babaçulândia	1.788	8.775	10.329	10.372	1953
Carmolândia	339	1.610	2.008	2.313	1993
Darcinópolis	1.549	3.905	4.273	5.130	1993
Filadélfia	1.998	7.407	8.218	7.787	1948
Muricilândia	1.188	3.039	2.680	2.850	1993
Xambioá	1.634	11.183	12.137	10.856	1958
REGIÃO TURÍSTICA - BICO DO PAPAGAIO					
Araguatins	2.627	22.558	26.010	25.973	1948
Augustinópolis	414	13.924	12.964	14.800	1982
Angico	439	2.755	2.889	3.169	1993
Aguariópolis	235	...	3.145	3.995	1997
Esperantina	504	5.963	7.623	8.134	1993
Itaquatins	740	6.492	6.386	6.074	1945
Praia Norte	289	5.149	6.781	7.060	1988
Sampaio	201	2.829	2.801	3.672	1988
São Bento do Tocantins	1.105	2.834	3.738	4.447	1993
São Miguel do Tocantins	399	8.304	8.486	10.221	1993
São Sebastião do Tocantins	287	3.516	3.669	4.244	1963
Tocantinópolis	1.077	22.810	22.777	21.334	1858
REGIÃO TURÍSTICA - ILHA DO BANANAL					
Formoso do Araguaia	13.423	18.385	18.817	18.225	1963
Gurupi	1.836	64.725	65.034	71.413	1958
Lagoa da Confusão	10.565	4.956	6.168	8.220	1993
Peixe	5.291	8.740	8.763	8.750	1895
REGIÃO TURÍSTICA - SERRAS GERAIS					
Almas	4.021	7.747	8.474	7.488	1958
Arraias	5.787	11.551	10.984	10.626	1914
Aurora do Tocantins	753	4.382	3.101	3.385	1963
Dianópolis	3.217	14.882	15.428	18.584	1884
Natividade	3.216	11.623	8.867	9.090	1734
Paraná	11.260	9.270	10.416	10.491	1857
Rio da Conceição	771	1.035	1.189	1.454	1993
Taguatinga	2.437	13.711	13.169	14.110	1868
REGIÃO TURÍSTICA - LAGOS E PRAIAS DO CANTÃO					
Araguacema	2.778	4.712	5.414	5.423	1937
Casara	1.692	3.625	3.660	4.667	1987
Pium	10.013	6.733	5.540	6.403	1953
REGIÃO TURÍSTICA - SERRAS E LAGOS					
Paraíso do Tocantins	1.297	34.251	36.130	40.290	1963
Lajeado	322	1.397	2.344	2.159	1993
Porto Nacional	4.450	43.365	44.991	45.289	1861
Palmas	2.219	86.116	137.355	178.386	1989
Brejinho de Nazaré	1.724	5.932	4.877	5.295	1958
Ipueiras	815	...	1.166	1.698	1997
Monte do Carmo	3.617	5.979	5.193	6.387	1963
REGIÃO TURÍSTICA - ENCANTOS DO JALAPÃO					
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993
Mateiros	9.592	1.490	1.646	1.737	1993
Novo Acordo	2.675	2.963	3.057	3.754	1958
São Félix do Tocantins	1.909	1.155	1.269	1.409	1993

Figura 13_ Municípios integrantes das regiões turísticas. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

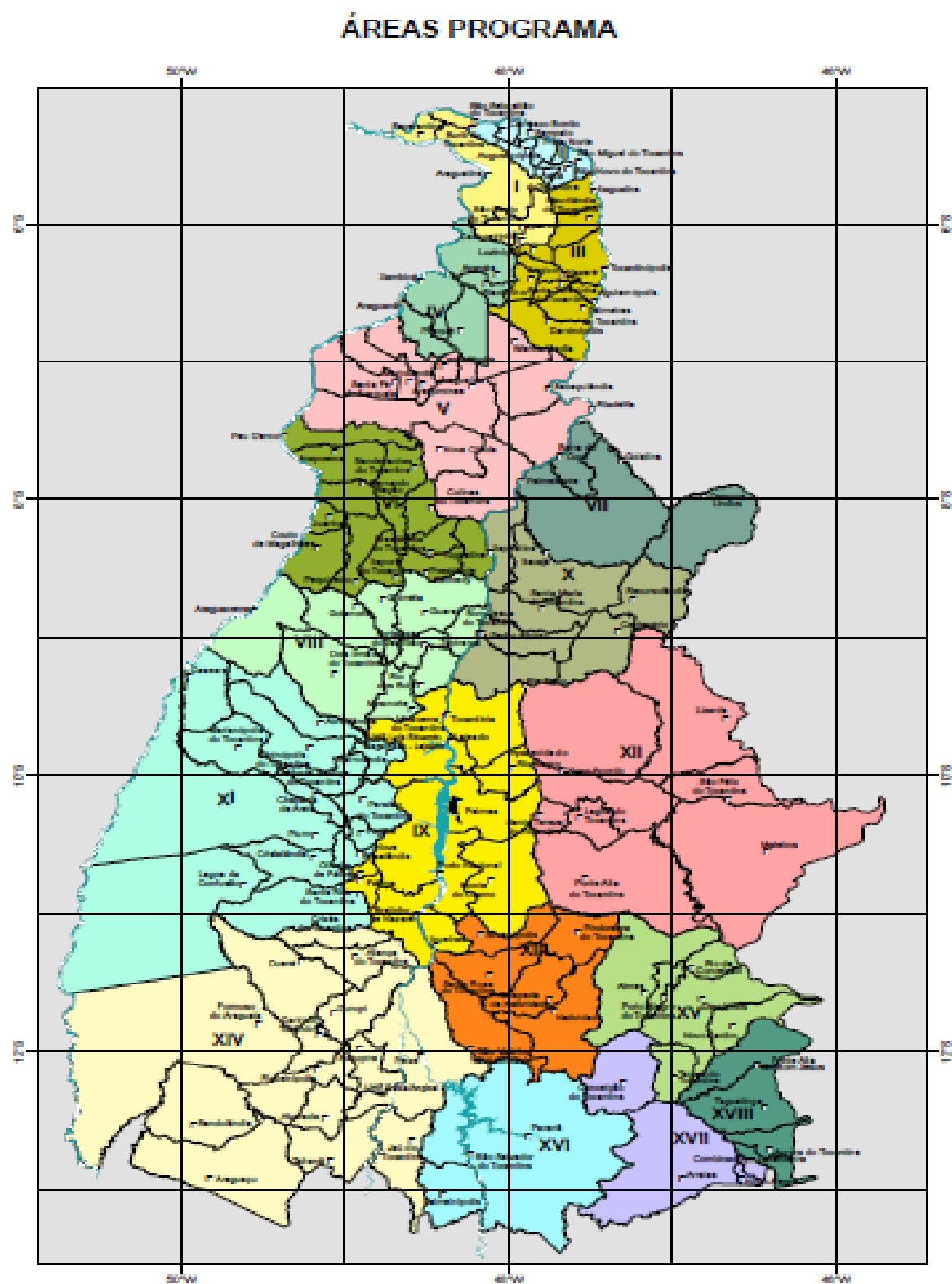


Figura 14_ Áreas Programa. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

ÁREAS PROGRAMA

Municípios		Municípios	
REGIÃO I - ARAGUATINS Araguatins Cachoeirinha Esperantina São Bento do Tocantins São Sebastião do Tocantins		REGIÃO X - PEDRO AFONSO Bom Jesus do Tocantins Ceutãnário Itacajá Inspiratins Pedro Afonso Recursolândia Santa Maria do Tocantins	
REGIÃO II - AUGUSTINÓPOLIS Augustinópolis Arixá do Tocantins Buriti do Tocantins Carrasco Bouito Praia Norte Sampaio São Miguel do Tocantins Sítio Novo do Tocantins		REGIÃO XI - PARAÍSO DO TOCANTINS Abreulândia Barrolândia Caseara Chapada da Areia Cristalândia Divinópolis do Tocantins Lagoa da Confusão Marianópolis do Tocantins Monte Santo do Tocantins Nova Rosalândia Paraisópolis do Tocantins Pium Pugmil Santa Rita do Tocantins	
REGIÃO III - TOCANTINÓPOLIS Aguarnópolis Angico Darcinópolis Itaguatins Luzinópolis Maurilândia do Tocantins Nazare Palmeiras do Tocantins Santa Tereza do Tocantins Tocantinópolis		REGIÃO XII - NOVO ACORDO Lagoa do Tocantins Lizarda Mateiros Novo Acordo Ponte Alta do Tocantins Rio Sono Santa Tereza do Tocantins São Félix do Tocantins	
REGIÃO IV - XAMBIOÁ Ananás Araguanã Piraquê Riachinho Xambioá		REGIÃO XIII - NATIVIDADE Chapada da Natividade Natividade Pindorama do Tocantins Santa Rosa do Tocantins São Valério da Natividade Silvanópolis	
REGIÃO V - ARAGUAÍNA Aragominas Araguaína Babaçulândia Carmolândia Filadélfia Muricilândia Nova Olinda Palmeirante Santa Fé do Araguaia Wanderlândia		REGIÃO XIV - GURUPI Aliança do Tocantins Alvorada Anganguçu Cari do Tocantins Crixás do Tocantins Dueré Figueirópolis Formoso do Araguaia Gurupi Jatã do Tocantins Peixe Santolândia Sucupira Talismã	
REGIÃO VI - COLINAS DO TOCANTINS Arapoema Bandeirantes do Tocantins Bernardo Sayão Brasilândia do Tocantins Colinas do Tocantins Conto de Magalhães Itaporã do Tocantins Juarina Pau D'Arco Pequizeiro Presidente Kennedy Tupiratins		REGIÃO XV - DIANÓPOLIS Almas Dianópolis Novo Jardim Porto Alegre do Tocantins Rio da Conceição Taipas do Tocantins	
REGIÃO VII - GOIATINS Barra do Ouro Campos Lindos Goiatins		REGIÃO XVI - PARANÁ Palmerópolis Paraná São Salvador do Tocantins	
REGIÃO VIII - GUARAI Araguacema Colméia Dois Irmãos do Tocantins Fortaleza do Tabocão Goiandinha Guarai Mirante Rio dos Bois Tupirama		REGIÃO XVII - ARRAIAS Arraias Combinado Conceição do Tocantins Novo Alegre	
REGIÃO IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS Aparecida do Rio Negro Brejinho de Nazaré Fátima Ipueiras Lajedo Miracema do Tocantins Monte do Carmo Oliveira de Fátima Palmas Porto Nacional Tocantinópolis		REGIÃO XVIII - TAGUATINGA Aurora do Tocantins Lavandeira Ponte Alta do Bom Jesus Taguatinga	

Fonte: Secretaria do Planejamento. Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Palmas, 2008.

Figura 15_ Distribuição das 18 Áreas Programa. Fonte: Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, 2011.

CONTEXTUALIZAÇÕES

EIXO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA

► **Macrodesafio da Produção:** Fortalecer atividades econômicas, as vocações regionais com ênfase na agregação de valor e desconcentração da produção.

Atualmente o Estado do Tocantins possui aproveitamentos hidroagrícolas nas fases de estudos, implantação e operação, que em sua grande maioria constituem Perímetros Públicos de Irrigação, embora existam também alguns pólos onde se concentra a irrigação privada, com maior ou menor apoio do setor público no que concerne à disponibilização de infraestrutura de uso comum.

Encontra-se em fase de estudos os projetos de expansão do Manuel Alves (2ª etapa), Pium/Riozinho (Programa de Desenvolvimento do Sudoeste do Tocantins - Prodoeste), Palmeiras, Chapada da Natividade e Rio Sobrado.

Estão em fase de implantação os projetos Sampaio, Gurita, Pedro Afonso (Santa Fé, Fortaleza e Paranaíba) e a barragem do Rio Arraias, enquanto que ainda em implantação. Porém, já tendo atingido parcialmente o início de operação, destacam-se os projetos Manuel Alves (área piloto) e São João.

O Projeto Rio Formoso e as Barragens construídas no rio Urubu (Eixos Ponte e Tartaruga) necessitam de revitalização, para garantir a segurança operacional das barragens, pois os mesmos foram construídos, o primeiro a mais de 30 (trinta) anos e o segundo a mais de 10 (dez), respectivamente.

Em operação encontram-se o Projeto Rio Formoso e os Pólos de irrigação privada nas imediações de Lagoa da Confusão, Pium, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Pedro Afonso, Miracema, Miranorte e Porto Nacional.

Estão em análise no Ministério da Integração Nacional, para celebração de Convênio, os Projetos Providência, Colinas, São Domingos, Santo Antonio, Pastagem irrigada – desenvolvimento da pecuária leiteira, Serra do Centro, Crixás/Santa Rita, Barreira da Cruz e Lagoão.

O Governo do Estado está implementando dois programas de desenvolvimento regional: o Programa de Desenvolvimento do Sudoeste do Tocantins - PRODOESTE e o Programa de Perenização das Águas do Tocantins - PROPERTINS. Estes programas têm como objetivo final o desenvolvimento econômico e social das regiões sudoeste e sudeste do Estado, respectivamente, tendo como base de sustentação a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada.

A 1ª Etapa do PRODOESTE envolve o aproveitamento hidroagrícola das bacias dos rios Pium e Riozinho e prevê a implantação de duas barragens de acumulação, e seis barragens autovertentes de elevação do nível de água, visando permitir sua captação pelos produtores.

O Projeto Manuel Alves e a barragem do rio Arraias, constituem ações efetivas do PROPERTINS, no âmbito do qual ainda se desenvolvem outros estudos.

O último censo agropecuário, realizado em 2006, registrou a existência de 1.599 estabelecimentos agropecuários irrigantes no Tocantins, com uma área irrigada de 41.340 hectares. O método de irrigação mais utilizado é a inundação, correspondendo a 17.047 hectares (42,1% da área) e concentrando-se na planície do Rio Araguaia, principalmente nos municípios de Formoso do Araguaia (Projeto Rio Formoso), Lagoa da Confusão, Pium, Cristalândia e Dueré.

Nessa região é cultivado o arroz irrigado no período chuvoso e, em função da disponibilidade de água de cada ano, a mesma área é também cultivada com soja, milho, feijão, melancia, melão, abóbora e tomate, dentre outras culturas, irrigadas pelo método de subirrigação.

Em face dessas características favoráveis, o sistema hidrográfico do Araguaia concentrava 67,6 % da área irrigada do Estado do Tocantins em 2006; e seis municípios (Pium, Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Dueré, Arraias e Porto Nacional) eram responsáveis por 25,2 mil hectares irrigados (61,1% da área total irrigada do Estado).

A irrigação é uma tecnologia que exige grande mobilização de capital público e privado em infraestrutura e equipamentos, daí a necessidade de ser colocada a serviço de atividades que tenham taxas de retorno econômico e social elevadas, isto é, que sejam rentáveis sob a ótica privada e que sejam capazes de gerar e distribuir renda para o maior número possível de pessoas.

A fruticultura é uma das poucas atividades da agropecuária que tem os dois atributos referidos. A capacidade de gerar emprego da fruticultura é 43 vezes maior do que o arroz, no caso das rosáceas e cítricas; e 26 vezes no caso da uva. Comparados com o cultivo de soja estes números sobem para 225 e 133, respectivamente. Adicione-se a isto que as escalas viabilizadoras da atividade são muito menores do que as requeridas pelos cultivos de grãos, e menores ainda quando comparadas com as escalas exigidas pela pecuária de corte.

A respeito do retorno econômico, destaca-se a elevada densidade de valor por hectare de frutos selecionados, variável determinante do potencial de geração de renda e de capacidade de pagamento. No cultivo de melancia o valor produzido por hectare, considerando a safra de 2008 do Tocantins, foi de cinco vezes o valor produzido na lavoura de arroz. No cultivo de abacaxi esta relação com o arroz é de nove, e de vinte e quatro no caso da uva.

É evidente a necessidade de diversificar a lavoura do Tocantins, pois os produtos de baixa densidade de valor (soja, arroz, milho, sorgo, mandioca, mamona e amendoim) concentram 94,4% da área, os de média densidade (feijão, algodão, cana-de-açúcar, frutas e melancia) 5,1% e os de alta densidade (abacaxi, tomate e uva) apenas 0,5%. Estes produzem R\$ 15.413 por hectare, enquanto que os primeiros somente R\$ 1.134 e R\$ 1.712.

Diversificar a pauta produtiva, portanto, em direção aos produtos de alta densidade de valor, é um objetivo estratégico a ser perseguido por um Plano

de Irrigação do Tocantins. A busca deste objetivo, no entanto, defronta-se com a limitação imposta pela escassa oferta de mão-de-obra, pois as atividades de alta densidade de valor são intensivas em trabalho por unidade de área. Este é um problema que tem pelo menos três facetas diferentes, mas relacionadas: a dinâmica populacional das regiões de fronteira agrícola; a sazonalidade da demanda (por mão-de-obra) e aspectos institucionais do mercado de trabalho.

Outro grande desafio do setor agropecuário é a promoção do desenvolvimento, num sentido amplo, para a agricultura familiar. Neste contexto a agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, por 80% da mão-de-obra empregada na agricultura, por 9% do PIB nacional. A agricultura familiar é fundamental para preservação da agrobiodiversidade, a manutenção das famílias na atividade agrícola, a democratização dos meios de produção, e a criação de novas oportunidades de sustento, reduzindo assim, o êxodo rural.

Segundo a lei 11.326/2006 considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No Tocantins foram identificados 42.899 estabelecimentos e 2.695.201 hectares de área da agricultura familiar, enquanto a não familiar possui 13.668 estabelecimentos para uma área de 11.597.721 hectares. Evidencia-se uma estrutura agrária concentrada, caracterizada pela existência de latifúndios improdutivos, e grandes áreas de lavouras mecanizadas. Essa estrutura tem prejudicado o desenvolvimento do meio rural, causando o desemprego no campo e diminuição de renda dos pequenos produtores, agravando com isso a situação econômica e social dessa população, obrigando-a a utilizar sistemas de produção com baixa tecnologia, muitas vezes inadequadas para agricultura familiar e sem qualquer relação com o mercado agrícola.

As políticas públicas de acesso a terra através dos programas do INCRA e do Crédito Fundiário beneficiaram em torno de 40 mil famílias num total de 500 assentamentos nas diversas regiões do Tocantins, no entanto, ainda há muitos problemas no que se refere à produção, assistência técnica, qualidade de vida, moradia, lazer, educação, saúde e transporte.

Um dos grandes desafios da agricultura familiar no Tocantins é a busca pelo acesso a insumos agrícolas como calcário, adubos e sementes, além disso, pelo acesso a tecnologias de produção, sendo que o crédito seria uma forma de acessar tais insumos, mas infelizmente, é uma minoria que acessa financiamento.

O desempenho produtivo dos agricultores familiares, quanto à participação na produção agropecuária do País (37,9% do Valor Bruto da Produção), refletia mais o esforço do uso do fator trabalho do que um processo de intensificação tecnológica. Metade dos estabelecimentos de tipo familiar

(49,8%) dependia exclusivamente, da força física dos seus integrantes para realizar as tarefas agrícolas necessárias à produção como arar, semear, capinar e colher. Todas essas atividades eram realizadas com o uso praticamente de apenas dois instrumentos: foice e enxada. Agricultura pré-histórica, acrescida do uso do fogo para queimar e limpar a floresta ou os pastos.

Diante desta realidade se faz necessário um trabalho de divulgação e informação, capacitando agricultores quanto ao acesso ao crédito e conseqüentemente, aos insumos voltados para produção, tecnologias adequadas e assistência técnica continuada.

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a herança cultural variada, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas.

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferenciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido, quanto à inserção ambiental e socioeconômica, que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis desde a localização até as características particulares do meio ambiente no qual estão inseridos. O universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças. O Tocantins no campo comporta uma diversidade de ecossistemas, raças, etnias, povos, culturas, segmentos econômicos e sociais, sistemas de produção, padrões tecnológicos, formas de organização social e política. Portanto se faz necessário consolidar uma percepção mais aprofundada sobre o meio rural, na qual apareça a diversidade de padrões de uso e apropriação dos recursos naturais de cada bioma (produtos da sociobiodiversidade); a riqueza das manifestações culturais; a importância das populações rurais e de suas diversas estratégias de reprodução econômica e social para o desenvolvimento regional.

Tanto a agropecuária mais intensiva de tecnologia, quanto aquela mais de subsistência, carecem de programas e ações que permitam seu prosperar. O agronegócio mais empresarial requer do Estado um conjunto de garantias institucionais que não inviabilize a competitividade dos produtos e, de forma parceira, possam promover o desenvolvimento do setor, agregando valor as matérias primas, difundindo novas técnicas e tecnologias, formando mão-de-obra qualificada para as demandas do mercado. Por sua vez, a agricultura familiar requer outros aportes de políticas públicas para o seu desenvolvimento,

buscando ir além das atividades de subsistência, ou seja, que promovam a inserção qualificada dos pequenos produtores rurais na economia do Estado.

Novos setores econômicos denotam boas perspectivas de desenvolvimento e oportunidades de investimentos. Dentre estes, se destacam a aqüicultura e a silvicultura que vêm crescendo de forma contínua, ocupando novos espaços que promovem a perspectiva de investimentos, principalmente na agroindústria – setor estratégico e prioritário para o desenvolvimento do Estado.

Para o setor agroindustrial florescer competitivo, para o mercado nacional e internacional é necessário que o sistema de assistência técnica, extensão rural e defesa sanitária do Estado estejam fortalecidos.

Nesta perspectiva os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, em sua estratégia de atuação nas comunidades rurais, contribui na elaboração, execução e gestão de uma série de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e solidário, sendo o difusor mais presente no meio rural, não apenas no contexto da produção, mas de muitas outras funções do Estado.

O setor rural tocantinense, considerando a soma de todos os núcleos acima citados, compreende um contingente de aproximadamente 50 mil famílias de agricultores familiares e 13.668 distribuídos entre médios e grandes produtores no Tocantins, conforme Censo IBGE/2006.

Os desafios da Assistência Técnica são de apoiar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e novos postos de trabalho, potencializando as atividades de produção agropecuárias que possa assegurar aos agricultores familiares melhores condições de vida.

A vocação para o agronegócio é predominante no Estado, que tracionado pela pecuária e agricultura, faz do Tocantins um dos destaques no cenário nacional, por se tratar de uma das últimas fronteiras agrícolas a ser explorada. O Estado conta com uma logística privilegiada para o escoamento dos produtos e possuir condições climáticas favoráveis, despontando como um importante celeiro agrícola nacional. Prova disso é a bovinocultura, que no Estado tem o que comemorar. São mais de oito milhões de animais com um índice vacinal recorde, ocupando, em 2010, o segundo lugar no ranking nacional de vacinação contra a febre aftosa.

Sem o foco da doença há 14 anos, o Tocantins vem preservando um status sanitário reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de livre da febre aftosa com vacinação. Este patamar tem chamado a atenção de novos mercados internacionais, como é o caso do mercado chileno, que passou a importar carne, produtos e subprodutos do Tocantins em 2009. Fato que também chamou a atenção do mercado europeu, que em maio deste ano trouxe a missão européia, para avaliar o Sistema de Defesa Sanitária com interesse em integrar os mais de 130 países que o Estado está habilitado a exportar produtos cárneos.

De olho em um futuro promissor, a Defesa Agropecuária viabilizou ferramentas para dar mais agilidade às ações direcionadas aos mais de 50 mil produtores rurais cadastrados. Uma delas é o *Produtor Online*, que possibilita o

produtor rural acompanhar o saldo do rebanho, vacinações, corrigir e alterar dados cadastrais, além de poder organizar administrativamente seus negócios. Outra novidade é a oportunidade do produtor emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA), em qualquer escritório do órgão, independente do local onde a ficha cadastral é movimentada. A projeção dessas ferramentas só foi possível pelo fato da Defesa Agropecuária do Estado contar com o Sistema Informatizado de Defesa Sanitária Animal para emissão de GTA online. Atualmente, 109 dos 139 municípios existentes no Estado, já estão interligados.

Para continuar obtendo resultados positivos é necessário contar com a participação direta dos produtores rurais, que precisam estar conscientes dos perigos que acometem a sua lavoura e/ou rebanho e notificar a Defesa Agropecuária. Para tanto, a Defesa Agropecuária deve contar com a educação sanitária, importante instrumento que visa capacitar servidores e levar a população, por meio de palestras, cursos e Dias de Campo, a conscientização, orientação e troca de experiências.

As atividades de Defesa Agropecuária buscam sempre a garantia da segurança e da qualidade alimentar da população tocantinense, assim como a produção para exportação, fortalecendo o setor produtivo estadual e favorecendo a inserção do Tocantins no mercado nacional e internacional, por meio do cumprimento de boas práticas de fabricação, da fiscalização oficial e da correta aplicação de normas e padrões técnicos estabelecidos.

Entre os desafios encontrados hoje pela Defesa Agropecuária estão: fazer com que o Tocantins alcance o status sanitário reconhecido pela OIE como livre da febre aftosa sem vacinação, a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI), a certificação de estabelecimentos rurais aprovados no Sistema de Identificação Individual de Bovinos (SISBOV), assim como a implantação de áreas livre de pragas, local livre de praga e/ou sistemas de mitigação de risco para pragas de importância econômica, a ampliação da rede de postos e centrais de devolução de embalagens vazias de agrotóxicos e o aperfeiçoamento do sistema de cadastramento de produtores de sementes, absorvendo procedimentos do Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM).

Para a consecução de boa parte dos objetivos de resultados do PPA o Governo dará uma forte atenção à questão da regularização fundiária, visando sustentar mais investimentos no setor do agronegócio. O Tocantins possui uma área de 27.762.091,4 ha, da qual, já foi regularizado um total de 18.208.276,8 ha, restando 9.553.814,5 ha a serem regularizados. Até o final do PPA 2012-2015 pretende-se promover, no mínimo, a regularização fundiária de, aproximadamente, 2.866.000 ha, o que representa cerca de 30% da área total a ser regularizada, para tanto, serão celebradas parcerias (convênios) com a União, através do INCRA e da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA).

O setor de indústria, comércio e serviços no Estado também requer um conjunto orquestrado de iniciativas e ações para a promoção do desenvolvimento econômico.

O Gráfico 1 mostra a composição do PIB tocantinense em 2008.

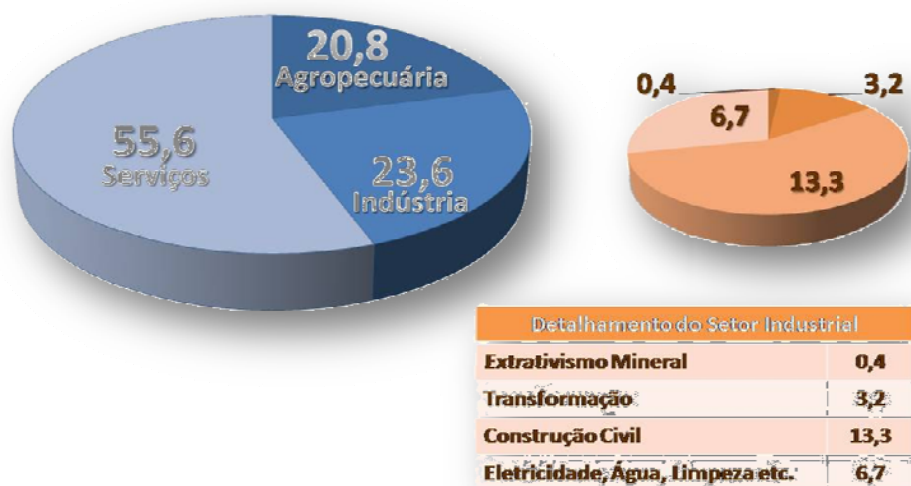


Gráfico 1_ Composição do PIB Tocantinense, base 2008. Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, 2011.

O Governo do Estado envidará todos os esforços para agir como indutor do desenvolvimento do setor produtivo, sendo o desenvolvimento industrial, por suas especificidades o nosso maior desafio. Apesar de nos últimos anos termos conseguido consolidar uma trajetória sustentável de crescimento, sobretudo no setor terciário (serviços), onde são encontrados os melhores resultados, ainda não possuímos um forte setor de transformação capaz de gerar riquezas e fortalecer de forma transformadora nossa economia. De toda sorte, é preciso observar as oportunidades decorrentes de tal cenário, reconhecendo a necessidade de um salto qualitativo no que diz respeito à matriz produtiva do Estado (valor agregado), visto sua capacidade de geração de riqueza e distribuição de renda, pela geração de empregos.

O setor de serviços, que hoje se destaca na composição do PIB tocantinense, contempla também em sua base as variáveis relativas ao comércio. É perceptível a evolução de tal segmento, na medida em que se consolidam grandes redes varejistas e a oferta de serviços em sua totalidade se amplia. Faz necessário, apesar de tal análise, que a importância relativa dos serviços públicos, e não o seu determinante papel seja reduzido, pois assim tem-se em perspectiva um cenário de indução de desenvolvimento mais sustentável.

O Tocantins tem sua base produtiva ainda fortemente apoiada no setor primário, com alto índice de informalidade, e economicamente dependente da administração pública, segmento que mais gera renda no Estado. Conforme o Anuário do Trabalho 2008, publicado pelo Sebrae/Dieese, o Tocantins tem

9.469 empresas formais cadastradas. Do total de empresas no Tocantins, apenas 143 são médias e grandes. As micro-empresas somam 8.119, enquanto as pequenas são 1.207.

Ao separar as informações por ramo de atuação, pode-se ter um quadro mais concreto de como funciona a economia do Estado. Do total de micro-empresas, 4.249 estão caracterizadas no comércio. É nesse contingente, portanto, que se encontra a maior parte dos estabelecimentos do setor varejista.

O setor de serviços, por sua vez, concentra 2.605 estabelecimentos. A indústria, setor pouco desenvolvido no Tocantins, soma 827 micro-empresas, enquanto a construção civil tem 438.

Outro aspecto a ser considerado, não menos importante e desafiador, é o comércio exterior. Apesar da evidente evolução em nossa balança comercial, refletida no gráfico a seguir, quando analisada em suas especificidades, apresenta uma severa restrição no que diz respeito à pauta de exportações, hoje altamente concentrada nos produtos carne, com aproximadamente 15%, e soja com aproximadamente 84% do total de produtos exportados.

Em termos gerais, temos enorme potencial e, por meio de políticas e ações adequadas podemos reposicionar o Tocantins, de modo a transformá-lo em um Estado próspero, reconhecido não só pela sua alta capacidade no que diz respeito à produção agrícola e pecuária, mas também reconhecido pela inovação, pela tecnologia, e por sua capacidade de indução do desenvolvimento por meio da criação de valor, ação esta que se desdobra, indubitavelmente em melhorias na qualidade de vida de nossa população.

Quanto ao setor de turismo temos sete regiões turísticas: Bico do Papagaio, Vale dos Grandes Rios, Serras e Lago, Encantos do Jalapão, Serras Gerais, Lagos e Praias do Cantão e Ilha do Bananal, que foram definidas a partir de suas afinidades geográficas, sociais, econômicas. Outro critério utilizado para a regionalização foi a identidade turística de cada região, que por conta da sua diversidade permite uma rica segmentação do seu potencial turístico, onde já foram identificados 7 segmentos dos 12 existentes, sendo: Turismo de Sol e Praia, Turismo de Aventura, Cinematográfico, Ecoturismo, Pesca Esportiva, Turismo Cultural e de Negócios e Eventos.

A despeito da riqueza de recursos turísticos, a dificuldade de acesso, a ausência de infra estrutura de apoio nas proximidades desses recursos, fazem com que poucos possam ser considerados atrativos no conceito técnico do termo. Muitos desses recursos possuem uma possibilidade de uso extremamente sazonal em função dos períodos de chuvas e de secas e, conseqüentemente, de cheias e de vazantes dos rios. As chuvas também afetam de forma significativa a acessibilidade dos recursos turísticos, notadamente no Pólo Jalapão.

Além das dificuldades de transformar esses recursos em atrativos, a oferta de serviços turísticos no Tocantins, com as devidas exceções, é pequena e muito simples. Os meios de hospedagem são em pequeno número, com capacidade bem limitada e com uma qualidade de instalações de

serviços muito simples. Mesmo panorama se observa em relação aos serviços de alimentos e bebidas.

A atividade turística apresenta-se como um forte pilar de desenvolvimento econômico das comunidades envolvidas, e é extremamente democrática, pois sua cadeia produtiva atinge direta e indiretamente cinquenta e dois ramos de atividade econômica. Aliado a isso é visto como um forte instrumento de fortalecimento social, cultural e de preservação ambiental. Porém, para que o tocantinense possa se beneficiar de todo esse potencial é necessário que esta atividade seja desenvolvida através de construção e gestão de políticas públicas que garantam sua sustentabilidade o que vem ao encontro da missão do Governo do Estado, que é o de transformar todo esse potencial em oportunidade de desenvolvimento para o Tocantins, garantindo sua sustentabilidade, fazendo com que o povo tocantinense se aproprie dos benefícios gerados pelo turismo.

Para que o setor econômico se faça competitivo e possa atender às exigências dos variados mercados é preciso garantir que os produtos e serviços estejam dentro das normas de segurança, qualidade e legalidade. Nesse sentido o Estado, além de contar com a ADAPEC que cuida da defesa agropecuária, conta também com o trabalho do Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins (IPEM), que desenvolvem ações para a promoção de políticas públicas voltadas para fortalecer a concorrência entre as empresas e ao mesmo tempo proteger o cidadão, consumidores de bens. O Instituto de Pesos e Medidas tem por missão assegurar a boa relação entre os fornecedores e os consumidores, garantindo que todo o produto ou serviço estejam dentro dos padrões definidos pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO).

No primeiro semestre de 2011 foram abertas 5.517 novas empresas, contabilizando assim um recorde na constituição de empresas dentro do Estado do Tocantins, onde a Junta Comercial desenvolve um importante papel para o setor produtivo.

O Tocantins, em junho de 2011, enquadrou-se entre as dez unidades da Federação, que mais se destacou na adesão de novos microempreendedores Individuais (EI), desde que foi implantada essa nova modalidade, em fevereiro de 2010. Foram cadastrados até junho de 2011, o total de 12.873 empreendedores no Sistema Integrado de Registro Mercantil.

A Junta Comercial é o órgão responsável pela execução e administração no Estado dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e atividades afins, segundo disposto na Legislação Federal. O seu papel é facilitar e simplificar a abertura de empresas garantindo a legalidade em sincronia com os demais órgãos envolvidos nesta função, bem como dar publicidade aos atos de registro neste órgão praticados. Sendo de vital importância à nossa economia e por conta disto, deve estar profundamente ligado à qualidade, à rapidez de respostas e à eficácia de seus procedimentos no serviço público.

► **Macrodesafio Desenvolvimento Sustentável:** Garantir o desenvolvimento econômico, social, urbano e rural ambientalmente sustentável.

Visando o desenvolvimento sustentável, é necessário um controle das atividades antrópicas sobre o uso dos recursos naturais. Nesse contexto, a Gestão Ambiental tem sido prática comum entre diversos órgãos de meio ambiente.

No Brasil, a administração pública federal, estadual e municipal tem usado os instrumentos de Gestão Ambiental para o controle ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização), buscando alternativas de gestão ambiental efetiva e eficaz no gerenciamento de todos os recursos naturais.

No Tocantins, a necessidade de gestão do uso dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos e dos produtos e subprodutos florestais, têm desencadeado ações governamentais para monitoramento e controle, gerando quantidade significativa de dados e a conseqüente criação de sistemas informatizados para sua administração.

Para tanto, o Estado do Tocantins utiliza sistemas relacionados direta ou indiretamente ao uso e gestão dos recursos naturais, a saber:

- Sistema Integrado de Controle Ambiental (SICAM) – uma ferramenta de apoio à tomada de decisões, onde estão armazenadas as informações de trâmite processual, estudos ambientais, memoriais descritivos, laudos de vistoria e pareceres técnicos, emissão dos atos administrativos, inserção de relatórios de automonitoramento, licenciamento, monitoramento e fiscalização;
- Base Cartográfica Digital Contínua (GEO-TO); trata-se de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) onde as informações tabuladas no SICAM são espacializadas para o monitoramento da cobertura vegetal das propriedades rurais e das atividades e empreendimentos, possibilitando a gestão dos recursos naturais por bacia, uma vez que se têm espacializadas as informações de controle ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização).

Dada sua relevância, constam informações sobre o cadastro da propriedade rural, atos administrativos (autorizações/licenças/outorgas) expedidos e respectivos limites dos ativos (reserva legal, áreas de preservação permanente) e passivos ambientais. O sistema integrado de controle ambiental é aplicado ao licenciamento, monitoramento e fiscalização de atividades e empreendimentos, e tem por objetivo o controle e gestão do uso e disponibilidade dos recursos naturais em bacias hidrográficas, tornando mais efetiva a gestão dos passivos ambientais, as informações de uso e disponibilidade dos recursos naturais, conciliando o desenvolvimento econômico com a gestão ambiental.

Entretanto, o fortalecimento institucional é fundamental, pra que seja possível conciliar o desenvolvimento econômico do Estado ao controle do uso dos recursos naturais e acompanhamento da capacidade de suporte das bacias hidrográficas.

Com o objetivo de compatibilizar as atividades humanas com a proteção ambiental, todas as ações, projetos, obras ou eventos, sejam da atividade pública ou privada, que provoquem impactos ambientais, são passíveis de licenciamento. Construção de estradas ou rodovias, barragens, aterros sanitários, fábricas de qualquer natureza, exploração de recursos naturais, loteamentos, assentamentos rurais, hidrelétricas, atividades que provocam ruídos, aeroportos e pistas de pouso, são exemplos de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental.

A regulamentação para implementação destas políticas foi feita pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) através da Resolução nº 07/2005, que estabeleceu todas as normas, procedimentos, documentos e atos administrativos emitidos para as atividades produtivas no Tocantins.

A operacionalização dos Sistemas de Controle Ambiental permitiu avaliar a eficácia e eficiência dos procedimentos e rotinas para a retomada do planejamento e correção das deficiências e melhoria de suas potencialidades. Sendo assim, o órgão estadual de meio ambiente do Estado visa promover ações que possibilitem a identificação dos principais problemas ambientais, a proposição de soluções técnicas e ações corretivas para minimizar e/ou prevenir os impactos gerados pelas atividades antrópicas, visando garantir a qualidade do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Por sua vez, questões pertinentes à preservação ambiental e combate aos incêndios florestais que causam graves problemas aos ecossistemas naturais do Estado também estão na pauta de ação de alguns órgãos. Isto porque a preocupação com o meio ambiente vem ganhando importância no processo de desenvolvimento do país, uma vez que o Brasil é detentor de uma grande variedade de ecossistemas, tais como: a maior floresta tropical úmida do planeta, de uma imensa planície inundável – o Pantanal, a maior reserva hídrica de água doce do planeta, com destaque para a Bacia Amazônica, bem como águas subterrâneas, cabendo aqui exemplificar o Aquífero Guarani, dentre outras. Daí a relevância em estar buscando meios de preservar essa riqueza.

O Estado do Tocantins, que está situado no sudeste da Amazônia Legal, pertence a uma região que pode ser caracterizada como de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, ecossistemas ricos em biodiversidades. A maior parte do Estado pertence ao bioma Cerrado (87%) e o restante consiste de fragmentos de floresta estacional decidual, ao norte, centro-oeste e sudeste do Estado. Apesar de ser um Estado jovem, já sofre alguns problemas relacionados ao seu meio ambiente como é característico em outras unidades da federação, é o caso do desmatamento e as queimadas.

Quanto às queimadas e incêndios florestais, temos que estes problemas estão ligados principalmente à cultura do uso do fogo como instrumento de trabalho na agricultura: limpeza de áreas para eliminação de restos de cultura e manejo de pastagens. As queimadas, por se tratar de uma técnica simples, facilmente manejável, bem como de reduzidos custos econômicos, é largamente utilizada por agropecuaristas. O Estado tem registrado altos índices de focos de calor nos últimos anos, trazendo grande preocupação aos gestores e à população em geral. De acordo com o Centro de Previsão de

Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o Tocantins, em 2010, ficou em segundo lugar em focos de calor registrados no país, perdendo apenas para o Mato Grosso, tomando o satélite NOAA-15 como referência. Em 2009, foram detectados 4.057 focos no Tocantins, já em 2010 foram registrados mais de 19.401 focos de incêndio, um aumento de 478%.

As atividades de combate a incêndios no país, via de regra, tem ações setoriais, executadas pelos Corpos de Bombeiros em seus respectivos estados e ações de maior abrangência efetuadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de seus Institutos (IBAMA e ICMBio). Objetivos comuns das citadas instituições podem ser atingidos com maior economia, eficiência e efetividade na medida em que haja padronização de procedimentos e uso de ferramenta de coordenação que permita maior controle nas ações de cada órgão, a exemplo do que acontece quando se utiliza o Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Ações coordenadas, decisões colegiadas e divisão sistematizada de esforços, executadas com uma integração efetiva, são o caminho para mitigação do problema fogo, não só no bioma cerrado, como também no bioma amazônico.

Também cabe salientar a atuação da Defesa Civil, que exerce uma função muito importante para realizar a prevenção, preparação e resposta aos desastres que ocorrem e que estão sujeitos a acontecer no Tocantins. A coordenadoria estadual tem realizado, através dos bombeiros, as orientações, instruções e treinamentos nos municípios para a criação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECS), visando ampliar as relações junto aos municípios para despertar a importância desta no processo de proteção da população local.

► **Macrodesafio da Infraestrutura:** Expandir a infraestrutura econômica produtiva, urbana, rural e social, garantida a integração do território.

O Estado do Tocantins possui uma área territorial de 277.620 km². Atualmente, a malha rodoviária possui 11.605,80 Km de estradas. Do ponto de vista logístico, o Estado se destaca pelo excelente potencial para integração dos diversos modais de transporte.

No contexto atual, principalmente com a estrutura advinda da implantação da ferrovia Norte-Sul, tornou-se imprescindível à implantação dos pátios multimodais que farão parte do transporte e da logística para os procedimentos de embarque e desembarque de produtos transportados pela ferrovia, rodovia e hidrovía.

As estruturas que comportam o modal aeroviário no Tocantins em relação às cidades fora dos eixos Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, são incipientes e precisam ser melhoradas para atender as necessidades dos usuários e as demandas produtivas das diversas regiões do Estado.

Quanto à infraestrutura administrativa, o Governo do Estado tem a prerrogativa e o compromisso – dever administrativo legal – de dotar o Estado de infraestrutura pública, com edificações modernas e funcionais, ofertando um conjunto estatal com suporte adequado e estruturando a máquina administrativa com todos os seus equipamentos. Além de sistematicamente realizar construções, reformas e conservações com o objetivo de manter as edificações públicas em bom estado de uso.

Alguns prédios que abrigam órgãos do Governo são alugados, e em alguns casos, inadequados do ponto de vista da funcionalidade, haja vista, que não foram construídos para a finalidade pública. Por outro lado, os altos preços de aluguéis despendidos pela administração pública comprometem sensivelmente os recursos públicos que poderiam ser utilizados para outra finalidade. Diante disso, faz-se necessário ampliar as edificações públicas com uma arquitetura moderna, funcional e econômica, por meio de construções, reformas, manutenção, acompanhamento e fiscalização das obras públicas na administração direta e indireta, evitando sobretudo, que o Estado tenha elevados custos com locações de prédios, principalmente com construções obsoletas e inadequadas para a sua finalidade. A adequação da estrutura da máquina administrativa estadual produz resultados satisfatórios, bem estar e qualidade de vida a população tocantinense, gerando assim, conforto e segurança.

Por sua vez, a questão da infraestrutura das cidades demonstra que são precisos planejamentos e investimentos. Segundo o Banco Mundial, a urbanização é o fenômeno do século e 90% das transformações aconteceram nos países em desenvolvimento. É esperado um incremento populacional das áreas urbanas de aproximadamente 2 bilhões de novos residentes nas próximas duas décadas, sendo que a maior parte desse crescimento ocorrerá em cidades de pequeno e médio porte. Pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial reside em áreas urbanas, e em sua maior parte em cidades menores do que 500.000 habitantes, esse número cresce a uma velocidade de 70 milhões de novos residentes a cada ano.

Mais de 78% da população do Estado vive na zona urbana (IBGE, 2010), mesmo assim, a maior parte dos municípios tocantinenses é atendida precariamente ou desprovida de:

- Saneamento básico;
- Infraestrutura viária urbana e rural;
- Ordenamento territorial e regularização fundiária urbana.

Sendo todos esses tópicos exemplos de externalidades negativas causadas pela urbanização desordenada, que se refletem diretamente na qualidade de vida e na dignidade humana.

Diante desse quadro, é papel do Governo do Estado induzir e estimular o investimento, através da criação de um ambiente institucional favorável, maximizando as potencialidades locais, aproveitando o uso sustentável de seus recursos naturais e buscando soluções regionais, que visem estratégias conjuntas de desenvolvimento, como forma de geração de escala,

de diminuição de custos e aumento de produtividade, uma vez que os problemas de desenvolvimento ultrapassam as barreiras jurisdicionais dos municípios.

Sendo assim, se faz necessário o auxílio técnico do Estado aos municípios, no sentido de organização e planejamento institucional, buscando soluções conjuntas e incentivando o uso de ferramentas como a formação de consórcios intermunicipais com vistas à diluição de custos e geração de escala, assim como à elaboração de projetos, programas e políticas de desenvolvimento regionais, visando à desconcentração socioeconômica, o combate à pobreza, a redução das desigualdades e atração de investimentos.

Quanto às questões relacionadas ao saneamento, se faz necessário amplos investimentos para proporcionar as cidades melhores condições aos seus moradores, garantindo um ambiente sadio, favorável à saúde e ao bem estar das pessoas.

Esses aspectos envolvem os quatro serviços públicos que compõem o saneamento básico dada pela redação da Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2.007 e o Decreto 7.217, de 21 de junho de 2.010, quais sejam:

- Abastecimento de água potável;
- Esgotamento sanitário;
- Limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos; e
- Drenagem urbana de águas pluviais.

Os serviços públicos urbanos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário no Estado do Tocantins são prestados sob três formas de organização institucional:

a) Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) – Autarquia Estadual, criada em março de 2.010, que incorporará 78 municípios por força do Protocolo de Cisão a ser firmado entre o Governo do Estado e a SANEATINS, na qual estas concessões atualmente são outorgadas.

b) Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, empresa de economia mista, cujo capital é dividido entre iniciativa privada (76,5%) e Estado (23,4%), a qual atua em 118 municípios, inclusive em Palmas, mediante concessões por estes outorgadas e pós Protocolo de Cisão, deterá 40 municípios;

c) prestação direta por prefeituras municipais, por meio de departamentos ou autarquias (DAEs ou SAEs), presente nos municípios de Ananás, Araguatins, Axixá do Tocantins, Bom Jesus do Tocantins, Darcinópolis, Itacajá, Itaguatins, Mateiros, Pedro Afonso, Rio Sono, Santa Fé do Araguaia e Sítio Novo do Tocantins;

d) concessão outorgada pelo município de Talismã à empresa privada HIDROFORTE.

Portanto, dos 139 municípios tocantineneses, a SANEATINS é responsável pelo abastecimento de água de 118 e mantém sistemas de coleta e tratamento de esgotos em 8. Em 2006, segundo dados do Sistema Nacional

de Informações sobre Saneamento (Snis), 98,5 % da população urbana do Estado do Tocantins eram servidos por sistemas públicos de abastecimento de água, índice superior à média nacional, que era de cerca de 94%. No mesmo ano, apenas 12,4% da população urbana do Estado tinham acesso a sistemas públicos de coleta de esgotos sanitários.

Quanto à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana de águas pluviais, segundo dados do Snis, no Estado do Tocantins, a coleta de resíduos sólidos (lixo) urbanos é prestada, na maioria dos municípios por meio de serviços terceirizados. Cerca de 15% dos domicílios urbanos são atendidos por coleta diária de lixo, 14% dos domicílios tem coleta entre 2 a 3 vezes por semana e cerca de 70% dos domicílios têm serviços de coleta apenas uma vez por semana, ou não são servidos. Os serviços de coleta são prestados majoritariamente por meio de contratos com empresas privadas (terceirização), coexistindo equipamentos próprios dos municípios e das empresas contratadas.

Quanto aos serviços de drenagem urbana de águas pluviais, estes são prestados exclusivamente pelos municípios, não existindo dados reunidos sobre os índices de cobertura por município.

Sobre habitação, de acordo com o Ministério das Cidades, o déficit habitacional do Estado do Tocantins está caindo gradativamente, a uma taxa média anual de 9%. Se o apontamento de 2008 for comparado ao número de domicílios particulares no Estado em 2009 (IBGE), que era de 384 mil unidades, concluímos que a necessidade de ampliação da rede habitacional é de aproximadamente 15% para os próximos anos.

Conforme o levantamento do Ministério das Cidades, a maior concentração de habitantes vivendo em situação de vulnerabilidade habitacional está concentrada no extremo norte do Estado, na Região do Bico do Papagaio e proximidades. Ali estão situadas as Microrregiões de Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína, totalizando 38 municípios. O percentual de população em vulnerabilidade habitacional nessas áreas varia entre 20% e 40% do total de habitantes.

Desta forma, as ações da Secretaria da Habitação, nas Microrregiões do Bico do Papagaio, serão prioritárias no período de 2012 a 2015 para a mudança deste cenário, estreitando as relações com as prefeituras locais para a celebração de convênios com os Governos Estadual e Federal, utilizando o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), através dos programas financiados pelo FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), OGU (Orçamento Geral da União), FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), FDS (Fundo de Desenvolvimento Social), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), e através do programa Minha Casa Minha Vida 2.

A população do Tocantins está crescendo mais rápido que a média nacional (63%). Desta forma, se a taxa média anual se manter, a expectativa é que essa nova massa populacional poderá demandar uma quantidade de 79 mil unidades habitacionais nos próximos dez anos.

Um dos fatores que poderá contribuir para que esta taxa se mantenha ou até aumente são os atuais investimentos em infraestrutura de transportes e a possibilidade de expansão dos setores de extração mineral, biocombustível e indústrias em geral.

Nas cidades brasileiras, o Sistema de Iluminação Pública é essencial para a segurança do tráfego, a prevenção da criminalidade, o embelezamento das áreas urbanas, a valorização dos monumentos de valor artístico, prédios e paisagens, para a orientação de percursos e passeios, bem como permitir aos cidadãos aproveitarem melhor as áreas de lazer e o espaço urbano. Isso corresponde a uma demanda de aproximadamente 4,5% do total nacional.

O Estado do Tocantins é detentor de grande extensão territorial e possui uma área rural significativa em relação à área total do Estado, que ainda carece de ligações elétricas. Para suprir essa demanda o Governo do Estado vem, por meio de convênios e parcerias, mudar essa realidade com o Programa Luz para Todos (LPT) e o Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica - Eficiência Energética na Iluminação Pública (Procel Reluz) - programas de implantação, gestão e eficiência da energia elétrica e da iluminação pública, e, conseqüentemente, promoção do bem estar social e do aumento da atividade econômica nos municípios tocaninenses.

Outro aspecto relevante relacionado à infraestrutura diz respeito à comunicação. Um dos grandes desafios das políticas de comunicação no Brasil é o fortalecimento da radiodifusão e fazer com que esta seja acessível a todos os cidadãos do país. A comunicação pública tem servido, nos países democráticos, como parâmetro de competência e credibilidade no trato da informação. Já no Brasil a sociedade convive com o modelo comercial, na percepção de que este seja único. Isto se deve ao fato de até a década passada, haverem apenas algumas experiências isoladas de TV pública no país.

A região norte do Brasil é a segunda com mais estados, sete no total, e conta com cinco TVs públicas nos estados do Pará, Roraima, Amazonas, Acre e Tocantins. O Estado do Tocantins possui 139 municípios e o canal TV Brasil chega hoje a 30 deles e capital, o que corresponde a 21,5% de seus municípios, através do sinal transmitido pela Fundação REDESAT, com programação educativa e regional de natureza jornalística e esportiva, integrando assim os municípios, seu maior objetivo.

A finalidade da Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT é promover, sem fins lucrativos, a execução dos serviços de radiodifusão, sonora de imagens e sons, produzindo e difundindo programação educativa, artística, cultural, científica, informativa, de cidadania e entretenimento no âmbito estadual, observando os princípios de radiodifusão estabelecidos na Constituição Federal, Lei nº 11.652/2008.

EIXO DECLARAÇÃO DE DIREITOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

► **Macrodesafio da Segurança Pública:** Tornar o Tocantins um Estado seguro para se viver e produzir, com redução a taxa de criminalidade, do tráfico de drogas e a prostituição.

A questão da violência e da criminalidade se põe como uma das mais evidentes na agenda das discussões nacionais. Hoje, o Governo Federal e o Estadual, se empenham na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, atendendo a uma expressiva inquietação de toda sociedade brasileira, que vem exigindo a concepção e a execução efetiva de uma política sustentável para o sistema policial, que se comprometa com a prevenção, a redução e o controle da criminalidade, alinhado aos denominados Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

A segurança pública tem significado fundamental para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, a violência e a criminalidade apresentam-se nos dias atuais como um dos principais problemas vividos pela população brasileira. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em 2009, pouco mais da metade da população brasileira (52,8% ou 85,9 milhões de pessoas) sentia-se segura na cidade onde vivia. A sensação de insegurança está diretamente associada ao fenômeno da violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais evidentes. No Tocantins em 2009, foram registrados 410 crimes com morte, correspondendo a uma taxa de 31,73 crimes por 100 mil habitantes, acima da taxa de homicídios no Brasil no mesmo período. Outro grave problema da área da segurança pública em todo o Estado do Tocantins, que vem crescendo nos últimos anos, é a problemática envolvendo as drogas, há um crescimento muito grande no crime de tráfico de entorpecentes, ilustrado pelo Gráfico 2.



Gráfico 2_ Evolução das ocorrências registradas referentes ao tráfico de entorpecentes.
Fonte: SSP/Coordenadoria de Estatística e Análise, 2011.

O número de ocorrências registradas nas unidades policiais como tráfico de entorpecentes, teve um crescimento de 323,60% do ano de 2007 a 2010, mostrando que a segurança pública do Estado tem um desafio muito grande para os próximos quatro anos, que é possibilitar aos cidadãos tocaninenses uma maior sensação de segurança. Para isso, a reestruturação das Unidades de Segurança Pública, a valorização profissional, o fortalecimento das atividades de repressão ao crime e a parceria entre todas as polícias e a comunidade, vão contribuir para o combate a criminalidade.

Dos 139 municípios do Tocantins, 129 contam com uma unidade policial e 35 com unidades prisionais, divididas em 13 regionais. Em Palmas são 20 Delegacias sendo 14 Delegacias Especializadas. A polícia Técnico-científica (Instituto de Medicina Legal, Instituto de Identificação e Instituto de Criminalística) conta com 14 Núcleos de Perícias Criminais, de Identificação e de Medicina Legal que atende todo o Estado. Ocorre que a situação atual das Unidades da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins é bastante precária, chegando a ser, em boa parte dos casos, insalubre e aviltante. Faltam estruturas físicas e equipamentos adequados para o trabalho dos policiais e para atendimento ao cidadão. Das 155 Unidades da Secretaria de Segurança Pública no interior, 96 unidades não possuem acesso à internet e 86% estão em estado de conservação de regular a péssimo. As necessidades de material bélico, equipamentos de informática, veículos e mobiliário em geral, chegam a 100% da quantidade dos equipamentos já existentes nas unidades de segurança. Se o atendimento ao cidadão e a investigação são falhos, torna-se impossível ao Estado o exercício satisfatório do *jus puniendi*, o que gera a insatisfação da vítima, o aumento da impunidade e a sensação de insegurança, dentre inúmeros outros problemas decorrentes. Em suma, a tão almejada pacificação social, fim maior da Justiça, não se implementa.

No tocante a formação e capacitação dos policiais, a Academia de Polícia Judiciária constitui hoje a pedra angular do profissional da segurança pública, pois a partir dos conhecimentos adquiridos em sua formação, terá subsídios teóricos suficientes para adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade, e para que isso ocorra a Academia precisa ser reestruturada fisicamente, para que possa atender a contento os profissionais da segurança pública com cursos de capacitação e formação profissional, e ainda, possibilitar o treinamento em equipamentos modernos, uma biblioteca com estrutura adequada ao estudo e acervo bibliográfico constantemente atualizado.

Os agentes que atuam na segurança pública visualizam que é preciso ampliar os serviços prestados pela segurança pública, interligando os sistemas por meio de redes de comunicação e banco de dados, integrando-os em um centro de informações para melhor funcionamento das funções administrativas, civil e criminal, visando assim melhorar o atendimento ao cidadão.

Para fazer frente aos desafios no campo da integração entre as polícias civis, militares e bombeiros com a comunidade, a Polícia Comunitária traz uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia, visando resgatar a confiança da população na polícia e a oportunidade da atuação conjunta para auxiliar na identificação, priorização e

solução de problemas contemporâneos. Dessa forma, a polícia comunitária associa e valoriza dois fatores: a identificação e resolução de problemas de defesa social com a participação da comunidade e a prevenção criminal. E um dos fatores que favorecem para que isso ocorra é a instalação de Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social.

O que se pretende nesses próximos quatro anos é melhorar a imagem da segurança pública no Estado do Tocantins, promovendo segurança e a excelência do sistema de segurança pública no Tocantins, proporcionando ao Estado o exercício pleno da atividade persecutória e ao cidadão o gozo de direito fundamental da pessoa humana, além da diminuição da impunidade e, conseqüentemente, da criminalidade.

A Polícia Militar (PM) e o Corpo de Bombeiros atuam de forma conjunta e complementar em todo o Estado do Tocantins. A PM desempenha uma série de atividades que vão desde a educação, com o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o Colégio Militar, até as mais específicas, como o Batalhão de Operações Especiais (CIOE) e o Batalhão de Polícia Ambiental (CIPAMA). Sendo sua atuação imprescindível para a manutenção da ordem pública e a garantia de segurança à população.

De 2006 a 2010 houve um aumento de 240% no número de ocorrências que demandaram pela atuação do Corpo de Bombeiros. A grande prevalência das ocorrências está relacionada aos atendimentos pré-hospitalares. Estão inseridas nesse contexto de ocorrência os acidentes de trânsito, as emergências (cardiorrespiratórias, clínicas, desmaios e psiquiátricas), ataque de animal, queimaduras, intoxicações, dentre outras. Dentre as citadas que pertencem ao Atendimento Pré-hospitalar, os acidentes de trânsito são a grande maioria.

Sobre o trânsito em nosso Estado, observa-se um aumento preocupando no número de acidentes com mortes. Segundo a Organização Mundial de Saúde, ocorrem anualmente cerca 1,2 milhão (2007) de mortes vítimas de acidente de trânsito. No Brasil, mais de 35 mil (2007) pessoas perdem a vida por ano em nossas rodovias e vias. Estas mortes sempre são destaque e demonstram que as medidas adotadas não estão produzindo os efeitos que permitam afirmar que estamos vencendo a batalha contra este mal que tanto aflige a vida das famílias brasileiras.

No Tocantins esta preocupação não é diferente. A atual administração, desde a campanha para o Governo do Estado em 2010 já identificava o tema e buscou tratá-lo com destaque apresentando proposta que fosse ao encontro os anseios dos cidadãos no sentido de viabilizar melhorias no trânsito e na sua segurança, reduzindo os índices de vítimas de acidentes de trânsito, que somente no ano de 2009 registraram 7.663 acidentados, sendo que destes 319 foram fatais e 7.344 não fatais.

O Gráfico 3 demonstra a evolução das vitimas fatais e não fatais em nosso Estado no período de 2006 a 2009:

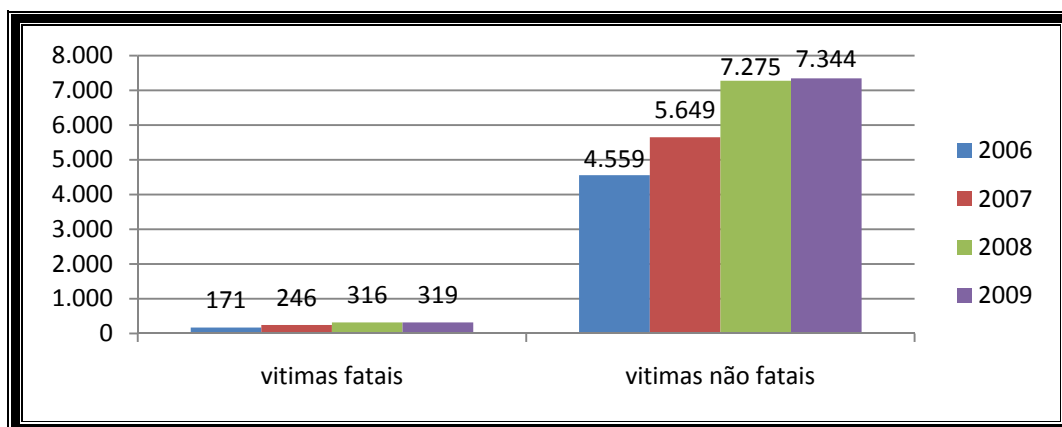


Gráfico 3_ Evolução (2006 a 2009) dos acidentes envolvendo vítimas fatais.
Fonte: DETRAN/TO, 2011.

Os dados acima demonstram que apesar das iniciativas e campanhas os resultados esperados não foram atingidos, o crescimento de mortes em nossas vias e rodovias, entre 2006 a 2009, apresentaram uma evolução de 86,55%. As vítimas não fatais, durante o período, tiveram um crescimento de 61,08%. A estabilidade apresentada entre os anos de 2008 e 2009, ainda em avaliação, pode ser creditada as campanhas intensas realizadas pelos governos federais e estaduais pela proibição de uso de bebidas alcoólicas nas rodovias e vias.

A atual administração do DETRAN-TO, sob orientação do Governo do Estado, realizará investimentos na sua infra-estrutura, ampliação de serviços, introdução de modernas técnicas de gerenciamento do trânsito, capacitação e treinamento de servidores e parceiros.

Conjuntamente a esta iniciativa o Detran-Tocantins desenvolverá dois programas – TRÂNSITO CIDADÃO E EDUCAÇÃO PARA O UM TRÂNSITO CONSCIENTE - que buscarão, através de um conjunto de iniciativas, reduzir acidentes e vítimas de trânsito no período de 2012 a 2015. A meta principal destes dois programas além da melhoria no atendimento ao público é reduzir em média 15% os atuais índices, permitindo que em 2015 tenhamos um índice próximo a 167 mortes ao ano. Cabe esclarecer que o ideal era que não houvesse mortes no trânsito, porém, a iniciativa deve considerar que qualquer morte evitada é parte de uma longa e difícil caminhada em busca de um trânsito seguro e responsável.

A proposta do programa TRÂNSITO CIDADÃO no período de 2012 a 2015 é levar ao cidadão tocantinense, através de parceria com Municípios, novas técnicas de gestão do trânsito e experiências para a serem aplicadas nas vias e estradas municipais.

► **Macrodesafio da Cidadania:** Fortalecer a cidadania e assegurar os direitos de todos à justiça.

O uso de drogas pode ser considerado uma epidemia mundial e certamente preocupa os mais variados sistemas sociais. O consumo de drogas é, sem dúvida, um fenômeno de preocupação sócio-política e de saúde pública que afeta os mais variados sistemas sociais, como a família, as escolas, a polícia e o governo.

Vários indicadores mostram que o consumo de drogas tem atingido formas e proporções preocupantes no decorrer deste século, especialmente nas últimas décadas. As consequências, diretas e indiretas, do uso abusivo de substâncias psicoativas são percebidas nas várias interfaces da vida social: na família, no trabalho, no trânsito, na disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis, seus (suas) parceiros (as) e crianças, no aumento da criminalidade, etc. São justamente os "custos sociais" decorrentes do uso indevido de drogas, cada vez mais elevados, que tornam urgente uma ação enérgica, articulada e coordenada com os mais diversos setores sociais de atuação.

Para estimar os custos relativos ao uso e abuso de drogas (lícitas e ilícitas) em termos de saúde pública, as pesquisas têm se pautado, principalmente, nos gastos com tratamento médico, na perda de produtividade de trabalhadores consumidores abusivos de drogas e nas perdas sociais decorrentes de mortes prematuras.

O governo brasileiro gasta pelo menos R\$ 82 milhões por ano com o tratamento de problemas relacionados ao uso de drogas. A cifra é um cálculo inédito feito a partir dos dados, de 2003, do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), sobre internações de pacientes por transtornos mentais e comportamentais causados pelo uso de álcool e outras drogas psicoativas, além da doença alcoólica do fígado (cirrose).

Embora muitos estudos e ensaios sobre intervenções nos contextos motivados pelo fenômeno do uso indevido de drogas estejam sendo realizados, ainda nos deparamos com barreiras tais como os interesses econômicos envolvidos na produção e venda de drogas (lícitas e ilícitas), a incompreensão social do problema e a falta de recursos (humanos e materiais) adequados para o seu tratamento. Ainda são insuficientes as investigações que abordam a questão em suas múltiplas dimensões, pois os estudos se reduzem, na sua quase totalidade, aos diagnósticos de situações e investigações sobre a consequência mais dolorosa do uso de drogas: a morte.

Os efeitos do álcool variam de acordo com as características da pessoa, o teor alcoólico da bebida e a frequência do consumo, porque o hábito de beber gera uma tolerância do corpo cada vez maior. É importante lembrar, no entanto, que o prejuízo dos reflexos e da coordenação motora é igual para quem está e quem não está acostumado a beber. Por isso, dirigir depois de beber é bem arriscado.

A intersectorialidade permeia a estratégia de enfrentamento ao álcool e outras drogas, exigindo ações de atendimento, tratamento e reinserção social do usuário, de capacitação dos atores envolvidos, de campanhas de mobilização, informação e orientação da sociedade, de prevenção em regiões de vulnerabilidade, de enfrentamento ao tráfico e de acesso e promoção da justiça.

Observa-se que, para desenvolver um trabalho com efetividade no quesito drogas, salientamos a importância da intersectorialidade, ou seja, construir redes intersectoriais capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais para este segmento.

Vale ressaltar que a intersectorialidade deve ser entendida como um modelo de gestão que tem como valor fundamental a totalidade do cidadão e da família, quanto à oferta a serviços públicos e acesso a direitos sociais.

Consciente de todos os males que o uso do álcool e outras drogas vêm causando no Estado do Tocantins, o atual governo criou em 1º de janeiro por meio de Medida Provisória, já convertida em Lei, A Superintendência de Ações sobre Drogas, hoje vinculada a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Esta Superintendência tem por objetivo, articular, coordenar, gerenciar, propor e executar as Ações sobre Drogas no Estado do Tocantins, construindo para tanto parcerias com todos os setores da sociedade tocantinense nas esferas estadual e municipal, pública e privada.

Com esta atitude, o Governo do Tocantins, deu um passo arrojado na batalha contra as Drogas, saindo à frente de muitos outros Estados, pois somos o segundo a criar dentro da Estrutura de Governo, um departamento específico que, em articulação com todos os setores sociais, coordene, desenvolva e promova as ações de pesquisa, prevenção, tratamento e reinserção social referentes ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

► **Macrodesafio da Saúde:** Reestruturar e modernizar a saúde pública no Tocantins, garantindo ao cidadão o acesso às ações e serviços com qualidade, para assegurar a promoção, proteção, recuperação e reabilitação.

A história da Saúde Pública no Tocantins tem seu início com a criação do Estado e do Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 1988, passando a fazer parte da Amazônia Legal e da região norte do Brasil, após a separação do Estado de Goiás. A estrutura física de atenção e vigilância herdada pelo Tocantins era composta apenas por 26 unidades de saúde para garantir a execução de ações e serviços de saúde.

O Tocantins surge já com a responsabilidade de estruturar uma saúde pública pautada nos princípios e diretrizes constitucionais de universalização, integralidade da atenção, descentralização e participação social com o desafio de organizar uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde. Desta forma, assim como em outras políticas públicas, toda uma rede física de equipamentos, recursos humanos e de serviços de saúde teve que ser

construída, implantada e ainda continua em processo de consolidação e estruturação em nosso Estado, fazendo com que o Tocantins possua uma característica distinta dos demais estados da federação.

O processo de estruturação do SUS tem atravessado diversas etapas e desafios nesses 22 anos de existência do Estado. As dificuldades encontradas para efetivar o processo de descentralização, principalmente em relação à disponibilidade de recursos, levou o Estado prioritariamente a desencadear a partir de meados dos anos 90 o fortalecimento da descentralização da Atenção Básica e da Vigilância em Saúde com o desafio de implantar as estratégias de Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família/Bucal, bem como o início de institucionalização da Vigilância em Saúde.

A situação de saúde do Estado aponta os problemas de saúde e de gestão que precisam ser enfrentados. Os indicadores a seguir apontam para a situação de saúde do Estado e as perspectivas de enfrentamento para os próximos anos relevantes para a gestão.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, 57,6% dos municípios do Estado possuem menos de 5.000 hab.; 91,2% menos de 20.000 hab., ou seja, 128 dos 139 municípios do Estado. A proporção da população da região Norte equivale a 8,02% da população brasileira. O Tocantins possui 0,67% em relação ao Brasil e 8,41% em relação à Região Norte.

O Brasil apresenta em sua pirâmide populacional uma base reduzida nas faixas etárias de 0 a 9 anos e de 10 a 19 anos, caracterizando uma redução nas taxas de natalidade nos últimos anos semelhantes a países desenvolvidos. Esse comportamento não se observa na pirâmide populacional da Região Norte, que se assemelha em relação a base com uma característica populacional jovem. O Tocantins, apesar de possuir essa mesma característica, já apresenta uma redução na base na população na faixa etária de 0 a 9 anos, que indica uma tendência a atingir a semelhança com a pirâmide populacional brasileira. Em todas as faixas etárias do Tocantins, a população masculina é maior que a feminina, excetuando-se a faixa etária de 80 anos e mais.

No Tocantins 96,7% da população é dependente do SUS. O Estado possui uma baixa densidade demográfica, de 4,65 hab/Km², que torna a regionalização das ações e serviços de saúde uma premissa.

De acordo com o Pacto pela Saúde (Portaria GM 322 de 22/02/06) e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite – TO, a saúde no Estado do Tocantins está organizada em 15 Regiões de Saúde e 02 Macro Regiões.

Por ocasião da revisão do Plano Diretor de Regionalização do Estado, sob a luz do Pacto pela Saúde, a configuração das regiões de saúde foram estabelecidas tendo o ponto de corte no nível assistencial que delimitou as Região de Saúde, que para serem constituídas e aprovadas na CIB deveriam ter minimamente 80% de cobertura de Atenção Básica, Vigilância em Saúde, USG-Obstétrica, Laboratório M1, Raio X, Pronto Atendimento. As Regiões foram classificadas em suficiência mínima, intermediária e avançada.

As Regiões de Saúde foram estabelecidas através da realização das 8 oficinas Regionalizadas do Pacto pela Saúde no final de 2007 e início de 2008,

que contou com a participação de gestores e técnicos municipais, estaduais, Ministério da Saúde e o Controle Social com os objetivos de: elaborar o novo Plano Diretor de Regionalização; iniciar a criação do Plano Diretor de Investimentos; criar os Colegiados de Gestão Regional; construir os Planos Regionais de Saúde; e intensificar a adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde.

Para contribuir no alcance desses objetivos cada oficina teve duração de 3 dias, avaliando as características sociais, demográficas e geográficas de nosso Estado, fundamentadas no perfil epidemiológico e de ações e serviços de saúde, como Gestores Públicos.

Como resultado desse processo de antigas 20 sedes de módulo e 6 sede de microregião, foram constituídas 15 Regiões de Saúde e 2 Macro Regiões (as de Palmas e Araguaína) num processo de construção com a participação de vários atores.



Figura 16_ Mapa com o Plano Diretor de Regionalização da Saúde – PDR 2008. Fonte: Secretaria de Estado da Saúde, 2011.

A Estratégia 'Saúde da Família' tem como principal proposta a organização da assistência à saúde na Atenção Básica, e viabiliza o acesso como porta de entrada da Rede Assistencial de Saúde. O Estado do Tocantins nos últimos anos vem aumentando a cobertura populacional por equipes e possui uma das maiores coberturas populacionais da Região Norte e do Brasil. Os gráficos abaixo ilustram a evolução da taxa de cobertura por equipes de saúde e a proporção da população cadastrada pela estratégia 'Saúde da Família'.

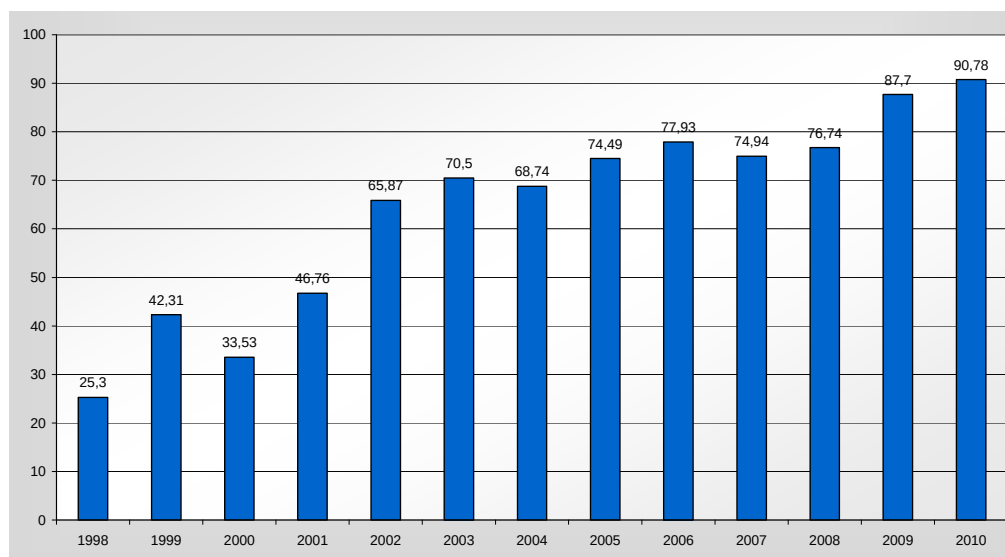


Gráfico 4_ Evolução da taxa de cobertura populacional por equipes de Saúde da Família no Tocantins 1998 a 2010 (% da população coberta). Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.2011.

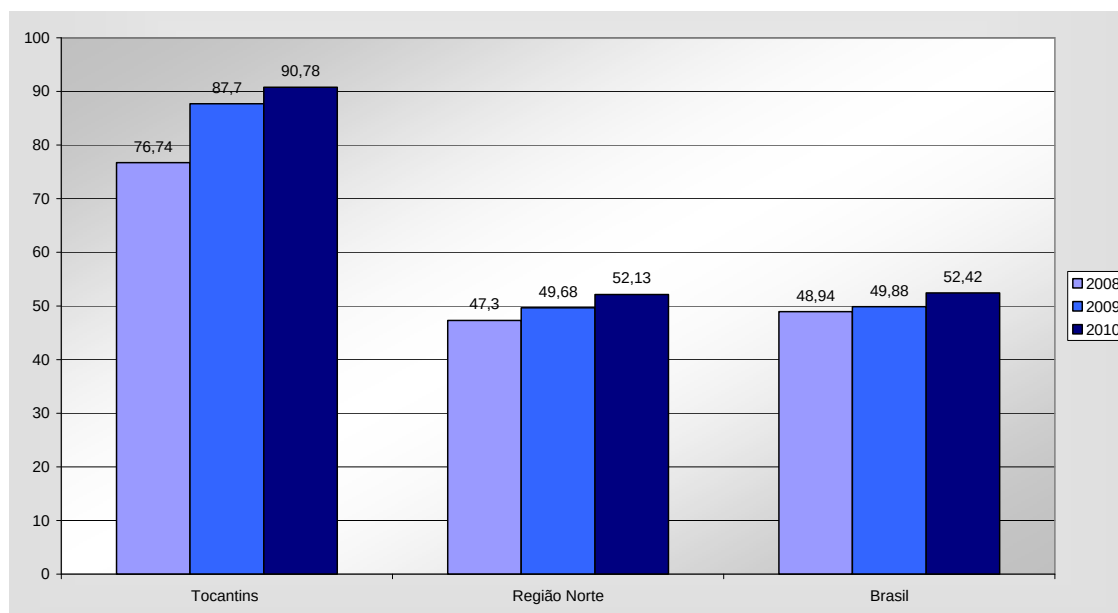


Gráfico 5_ Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família no Tocantins, Região Norte e Brasil 2008 a 2010. Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.2011.

No Gráfico 5, da proporção da população cadastrada, observa-se que o período de 2008 a 2010 apresentou maior percentual, se comparado com a Região Norte e Brasil. Havendo um aumento de 12% da Proporção da População Cadastrada pela ESF de 2008 para 2010 no Tocantins.

O fortalecimento da Atenção Básica no Tocantins possui como desafios a constante necessidade de qualificação, assessoria, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mais dar qualidade as ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto, idoso) garantindo uma assistência e promoção da saúde às famílias tocaninenses.

O Tocantins assumiu a responsabilidade sanitária de redução da mortalidade materna e infantil e elaborou em parceria com instituições intra e interinstitucional o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil. Obteve recursos financeiros da União a partir de 2009, visando o enfrentamento da mortalidade materno-infantil nas ações e serviços da Atenção Primária e Especializada.

A redução da mortalidade infantil é ainda um desafio para os serviços de saúde e a sociedade como um todo. Faz parte das Metas do Desenvolvimento do Milênio, compromisso assumido pelos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil é signatário, para o combate à pobreza, à fome, às doenças, ao analfabetismo, à degradação do meio ambiente e à discriminação contra a mulher, visando ao alcance de patamares mais dignos de vida para a população, uma vez que a mortalidade infantil reflete as condições de vida da sociedade (UNITED NATIONS, 2000).

Em 2007 a taxa de mortalidade infantil do Tocantins foi 21,42. O estado mantém valores da taxa de mortalidade infantil inferiores às da Região Norte durante todo o período analisado. A taxa de mortalidade infantil do Estado vem decrescendo a uma média de 4,04% ao ano caindo de 28,47/1.000 nascidos vivos em 2000 para 21,42/1.000 em 2007. A variação dos últimos 9 anos foi uma redução geral em torno de 28,7%. Tal fato reflete a melhoria das condições de vida da população, a intervenções públicas nas áreas de saúde, saneamento, incentivo ao aleitamento materno e declínio da fecundidade no Tocantins.

A Taxa de Mortalidade Infantil, segundo a faixa etária no Estado do Tocantins, no mesmo período é maior no período neonatal precoce (de 0 a 6 dias de vida), destes 36% em 2007 ocorreram com menos de 24 horas após o nascimento, evidenciando a estreita relação entre os óbitos e a assistência ao parto e ao recém-nascido. O desconforto respiratório é a principal causa de óbito em todos os anos observados. Também chama a atenção a frequência de diagnósticos que podem ser classificados como causas evitáveis de mortalidade.

Em relação às Regiões de Saúde, o Portal do Bico e a Região Sudeste possuem as maiores taxas do Estado com 23,08 e 22,49/1.000 respectivamente.

De acordo com a análise de dados preliminares, em 2009, no Tocantins 86,96% dos óbitos maternos são evitáveis ou provavelmente evitáveis. A mortalidade materna segundo a faixa etária no Tocantins no ano de 2005 a

2009 é maior entre as mulheres de 20 a 29 anos de idade, equivalente a do Brasil. Já em 2009 o maior percentual de óbitos maternos correspondeu à faixa etária de 15 a 19 anos.

No âmbito da Rede de Assistência Ambulatorial e Hospitalar do Estado de média e alta complexidade, ocorreu um avanço significativo nestes 22 anos de SUS. Novos serviços foram implantados, a alta complexidade a cada ano se fortalece nas Macro Regiões de Palmas e Araguaína e estruturas foram erguidas, entretanto ainda são insuficientes para atender as necessidades de saúde da população.

A maior causa de mortalidade no Estado é por doenças do aparelho circulatório, seguido das causas externa (violência, acidentes e traumas) e das neoplasias (câncer). Atualmente no Estado existe um estrangulamento na média complexidade, causada pela redução da oferta de serviços de consultas especializadas, exames de diagnose e cirurgias eletivas, acarretando aumento das urgências e agravamento da situação de saúde do indivíduo. O aumento das doenças cardiovasculares e endócrinas (hipertensão arterial e diabetes), as internações e recuperação por causas externas (acidentes, violência e agressões) e o câncer, tem provocado o aumento da demanda, e associada a isso uma necessidade de organização dos fluxos e da Rede Assistencial. Desta forma além da necessidade de ampliar e construir novas estruturas de assistência é urgente a organização dos fluxos, estabelecimento de Protocolos Regulatórios e Clínicos, e de um forte Complexo Regulatório, aliado a um austero gerenciamento da Rede Ambulatorial e Hospitalar, reorganizando a distribuição e atuação dos profissionais da saúde, principalmente de médicos e enfermagem, além da redução dos custos dos serviços.

O Estado é responsável pela gestão e gerência de 18 hospitais de baixa/média e alta complexidade e de 01 Hospital de Pequeno Porte e conta com 1.379 leitos (internação e UTI). Existem 22 Hospitais de Pequeno Porte (baixa complexidade) com 206 leitos sob gestão municipal; 375 leitos de 10 Hospitais Municipais de Referência. Ainda, 01 hospital filantrópico com 160 leitos conveniados ao SUS e 01 hospital privado com 160 leitos de psiquiatria, ambos em Araguaína. Ao todo são ofertados à população 2.160 leitos SUS.

Hoje a Rede Assistencial do Tocantins possui em grande maioria os ambulatorios integrados aos hospitais e o Estado como o maior ofertante dos serviços, sendo a descentralização da baixa e média complexidade aos municípios um grande desafio.

A Rede de urgência e Emergência do Estado possui 03 centrais de urgência e Emergência com SAMU- 192 nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi, com uma cobertura populacional de cerca de 400mil habitantes, além dos serviços de Pronto Socorro da Rede Hospitalar própria estadual e de 03 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), tendo como desafios a implantação de salas de estabilização, ampliação das UPAs e Regionalização do SAMU – 192.

Em relação à Saúde Mental, o Tocantins, desde 1996 começou a construir a Rede de Atenção à Saúde Mental, com a abertura de 4 NAPS (Núcleo de Apoio PsicoSocial). Hoje a rede conta com 08 CAPS I (Centro de Atenção PsicoSocial), 02 CAPS II e 01 CAPS AD (Alcool e Drogas), 01

Unidade de Saúde Mental em Hospital Geral, 160 leitos em hospital psiquiátrico conveniado com o SUS, 01 Escola de supervisores e 01 Escola de Redutores de Danos (em implantação), além de projetos de geração de renda ligados à Secretaria Nacional de Economia Solidária. Medidas imediatas precisam ser tomadas para o enfrentamento da epidemia de álcool drogas que já chegou ao Tocantins, com a necessidade de investimentos e aumento da cobertura desses serviços em todo Estado.

No Estado do Tocantins os serviços de hemoterapia estão estrategicamente localizados nas regiões que possuem complexidade hospitalar instalada. O serviço de hemoterapia no estado é 100% público e está caracterizado conforme RDC - ANVISA nº 151, de 21 de agosto de 2001. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 01 Hemocentro Coordenador, 01 Hemocentro Regional, 01 Núcleo de Hemoterapia, 02 Unidades de Coleta e Transfusão e 14 agências transfusionais intra-hospitalares.

No tocante às coletas realizadas na Hemorrede do Tocantins, estas têm atendido a demanda transfusional da rede hospitalar do Estado, apesar da queda nos 02 anos posteriores a 2007, isto não significou desabastecimento das unidades que realizam transfusão, mas uma otimização dos hemocomponentes produzidos, reduzindo o número de descarte por falta de utilização.

O fornecimento de medicamentos apresentou expressiva ampliação do acesso da população à assistência farmacêutica. De acordo com a Política Nacional de Assistência farmacêutica, cabe ao Estado obrigatoriamente garantir a sua contrapartida para aquisição de medicamentos da atenção básica no valor de R\$ 2,06 per capta /ano. Além disso, cabe ao Estado garantir em parceria com o ministério da Saúde o chamado componente especializado da assistência farmacêutica que objetiva garantir a integralidade dos tratamentos, com especificações farmacotécnicas em nível ambulatorial, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente do SUS confere maior amplitude à oferta de medicamentos, com cobertura tanto em nível assistencial básico quanto aos mais complexos.

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, reunindo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional. O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos estão estruturados em três eixos: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada (Portaria GM/MS nº 204/2007).

No que se refere a resposta da SESAU- TO na vigilância, controle e prevenção de agravos de relevância à saúde pública, entre as doenças crônicas transmissíveis, a hanseníase e a AIDS figuram como altamente preocupantes. A primeira por atingir um grande quantitativo de pessoas e causar incapacidades/deformidades físicas, quando não tratada ou tratada tardiamente. No Tocantins, em 2010, foram diagnosticados 1.069 casos novos da doença, atingindo um coeficiente de detecção de 77,82 casos por 100.000 habitantes, dentre esses, 65 casos em menores de 15 anos, representando um

coeficiente de detecção em menores de 15 anos de 16,33 casos por 100.000 habitantes, classificando o Tocantins como Estado hiperendêmico, segundo parâmetros nacionais. A segunda apresenta uma incidência crescente com um incremento nos últimos 5 anos quanto aos casos novos de AIDS.

A dengue é a principal causa de notificação no Sistema Nacional de Notificação (SINAN –NET). Em média, foram notificados 17,2 mil casos por ano entre 2007 e 2010. Neste período, houve redução de 4 óbitos (2007) para 01 óbito em 2009. Entretanto, em 2010, 8 pessoas evoluíram a óbito por dengue. A letalidade média por dengue grave no período de 2007 a 2010 foi de 10,9%. Entre 2001 a 2010 os casos da doença no Estado representaram 13,8% da ocorrência na Região Norte e 1,29% no país. Toda população é susceptível ao sorotipo DENV 4, os demais apresentam circulação alternada.

Além desses agravos o estado deve manter a vigilância constante dos casos de tuberculose, leishmaniose, malária, febre amarela e meningites; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro (o barbeiro); além da tendência de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

Outros aspectos importantes a serem considerados na vigilância ambiental, é a execução de atividades voltadas para a vigilância da saúde do trabalhador, da qualidade da água para consumo humano, de populações expostas a poluentes atmosféricos, da exposição humana a áreas contaminadas por contaminantes químicos, além do acompanhamento de riscos decorrentes de desastres naturais e de impactos ambientais gerados por empreendimentos potencialmente poluidores que se instalam no Estado. Fundamentais também são as ações de inspeção, fiscalização, atividades educativas direcionadas a população e ao setor regulado, e atendimento de denúncias relativas à vigilância sanitária.

Para alcance de várias das ações de controle dos agravos, o Tocantins possui o Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN-TO, referência no Estado, com uma unidade descentralizada no município de Araguaína, que faz parte de uma rede nacional de laboratórios que dão suporte as ações de Vigilância em Saúde. O mesmo tem a finalidade de garantir a qualidade do diagnóstico a fim de prevenir, controlar e eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana e do meio ambiente.

Neste panorama a Saúde no Tocantins possui um enorme desafio: de um lado manter e fortalecer a atenção básica e vigilância; do outro a responsabilidade de estruturar, expandir e garantir a assistência hospitalar/ambulatorial especializada que requer um aporte tecnológico mais amplo e de maior custo, visando reduzir os gastos com demandas de Tratamento Fora do Domicílio, tornado o estado autônomo no atendimento de sua população, lembrando que ao ser criado, não herdamos estruturas.

Frente a esta realidade, e buscando seguir o modelo preconizado para o SUS, o Estado operacionalizou uma estrutura de serviços visando favorecer o alcance dos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso e a extensão da atuação governamental, reordenando a Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, implantado uma rede hospitalar

própria denominada de Hospitais de Referência de Saúde distribuídos de forma regionalizada e hierarquizada em 15 Regiões de Saúde (Plano Diretor de Regionalização – 2008).

Além de continuar a fortalecer a atenção básica e vigilância em saúde nos 139 municípios, o Estado possui a necessidade de fortalecimento da gestão estratégica/planejamento, da implantação de serviços especializados, priorizando a necessidade de qualificação de pessoal, a implantação e ampliação dos serviços de média e alta complexidade, o redesenho de um novo Modelo Assistencial em Redes, pautado na hierarquização e descentralização integradas, tendo como eixo a regionalização dos serviços de saúde. Tais ações visam a ampliação e garantia do acesso à população com uma boa articulação nos níveis assistenciais e de gestão, com a pactuação entre Estado e Municípios de metas com a participação do controle social.

Atualmente o Decreto Federal n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8080/90, trará mais responsabilidades para a Gestão Estadual do SUS, fazendo com que seja necessário um maior desdobramento e articulação intersetorial, otimização de recursos, fortalecimento da Gestão do SUS no Estado e reorganização da rede de ações e serviços de saúde.

A pesquisa em Medicina Tropical tem por objetivo produzir conhecimentos que, em última instância, tornem concretas as visões e desejos relacionados à saúde da população e ajude a construir novas alternativas no sentido da prevenção das doenças, da promoção da saúde e da organização de um sistema equânime de saúde. No Tocantins, assim como em outros estados do Brasil, o principal desafio refere-se à capacidade de incorporação dos resultados das pesquisas no sistema e serviços de saúde. Portanto além de investir em pesquisa, é importante investir em estratégias eficientes de disseminação de informações que possibilitem abreviar este hiato existente entre o novo conhecimento e a sua utilização em benefício da população.

Para tanto, torna-se necessário o investimento público não somente na pesquisa científica, mas também na informação em saúde e no ensino em Medicina Tropical.

A situação epidemiológica dos agravos notificados no Tocantins retrata grandes avanços no controle destas doenças no estado, mas também demonstram a necessidade de inovação e novos conhecimentos para subsidiarem as ações de controle e prevenção das doenças.

Analisando os dados epidemiológicos notificados no SINAN, em 2008 observa-se que 98% das notificações correspondiam a 6 agravos (dengue, leishmaniose visceral, hepatites virais, hanseníase, leishmaniose tegumentar americana e meningite), sendo que destas doenças quatro são doenças tropicais.

No ano de 2009, 97% das notificações do SINAN correspondiam a 8 agravos (dengue, leishmaniose visceral, hepatites virais, hanseníase, intoxicações exógenas, leishmaniose tegumentar americana, tuberculose e meningite), sendo que destas 5 são doenças tropicais.

Em 2010, 7 agravos correspondiam a 98% das notificações do estado (dengue, hepatites virais, leishmaniose visceral, hanseníase, intoxicações

exógenas, leishmaniose tegumentar americana e tuberculose), sendo 5 doenças tropicais.

Os dados parciais de 2011 (até o mês de maio/2011) indicam que esta tendência de apresentar entre os agravos mais notificados do Tocantins um grande percentual de doenças tropicais se manteve, sendo que 96% das notificações correspondem a 7 agravos (dengue, hepatites virais, leishmaniose Visceral, Hanseníase, Intoxicação exógena, leishmaniose tegumentar americana e tuberculose) e destes 5 são doenças tropicais.

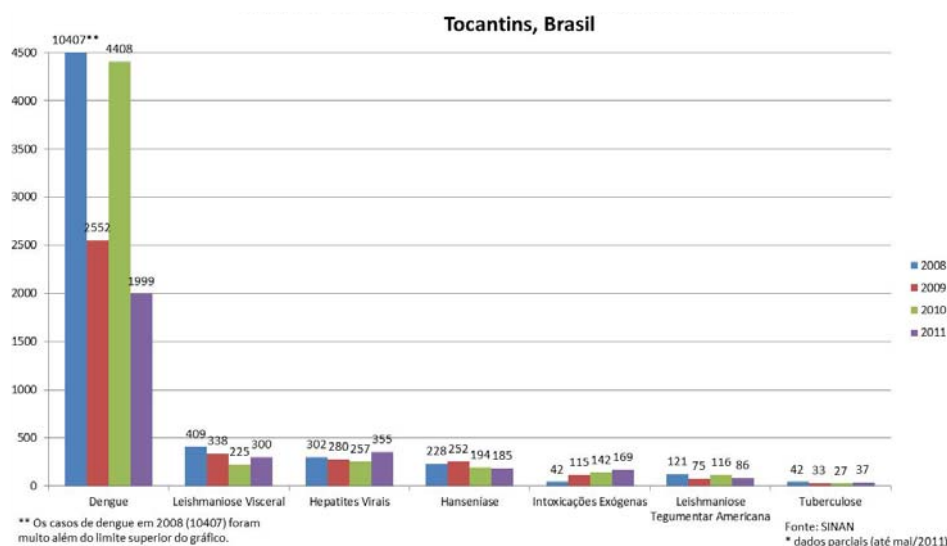


Gráfico 6_ Agravos de notificação compulsória 2008 até maio de 2011. Fonte: SINAN, 2011.

Ao analisar os casos notificados pelo SINAN, pode-se verificar que as Doenças Tropicais correspondem a 91% do total de agravos notificados no estado do Tocantins no período de janeiro de 2008 a maio de 2011 (22.270 notificações - Gráfico 7).

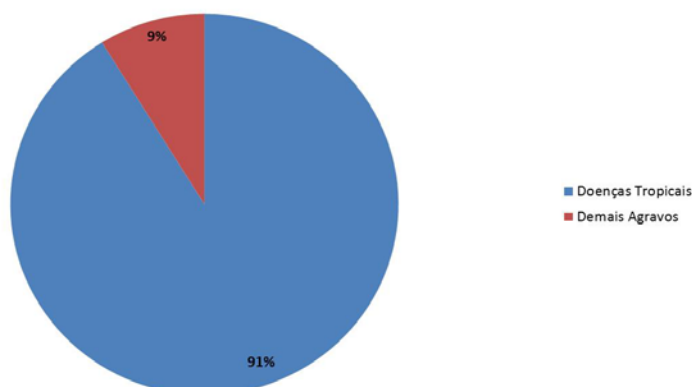


Gráfico 7_ Proporção de doenças tropicais notificadas no Tocantins entre 2008 e maio de 2011. Fonte: SINAN, 2011.

Em recente estudo publicado pela revista britânica *The Economist* (janeiro/2011), as pesquisas em Medicina Tropical no Brasil são destaque,

demonstrando sua importância para o país e mundo. Segundo a revista, o Brasil é o país que mais investe em Medicina Tropical. O texto ressalta que, além de o Brasil ter uma comunidade científica atuante, o investimento financeiro do governo em pesquisa é alto - 1% do PIB (Produto Interno Bruto) - quase o dobro da média dos demais países da América Latina

Levando-se em consideração esse *status* brasileiro de líder internacional de pesquisa em Medicina Tropical, vale ressaltar que no Brasil existem apenas duas fundações de medicina tropical, a do Amazonas e a do Tocantins. Embora o tempo de atuação entre as duas fundações seja muito distinto, a Fundação de Medicina Tropical do Tocantins (FUNTROP), muito mais jovem, possui grande prestígio e capacidade técnico-científica para liderar no Brasil, e até mesmo internacionalmente as pesquisas em Medicina Tropical.

Com isso, busca-se como objetivo final a melhoria da qualidade de vida de todo o cidadão tocaninense, considerando a Missão da FUNTROP: “Desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas ao conhecimento em medicina tropical e suas relações com a sociedade, o ambiente e o saber tradicional, proporcionando apoio estratégico ao sistema de saúde”.

► **Macrodesafio da Inclusão social:** Promover a inclusão social das pessoas no mercado de trabalho, nas oportunidades de ocupação produtiva e direitos à assistência social.

A Constituição Federal de 1988 colocou a assistência social, no tripé da seguridade social com a saúde e previdência social como política pública. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - a assistência social foi regulamentada como política pública garantidora de direitos sociais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado a partir de 2005 em todo o território nacional, efetiva na prática a assistência social como política pública de Estado, criando novo modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, redefinindo o pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Município.

Em 2011, 100% dos municípios tocaninenses já aderiram ao SUAS, sendo 11 em Gestão Inicial, 127 em Gestão Básica e 1 em Gestão Plena. De acordo com os dados disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), existem 153 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos quais 145 são co-financiados com recurso federal, referenciando 78.900 famílias na Proteção Social Básica, atendimento a 5.875 jovens em situação de risco e vulnerabilidade, pelo Projovem Adolescente; o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças até 6 anos e idosos num total de 42.707 beneficiários; o Benefício de Prestação Continuada (BPC) beneficiando 16.130 idosos e 19.002 pessoas com deficiência, com renda mensal de um salário mínimo; o Programa Bolsa Família atendendo 130.510 famílias; 22 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que ofertam Serviços de Proteção Social Especial para 1.160

famílias; atendimento a 520 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atendendo cerca de 9.110 crianças e adolescentes.

As políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) seguem os princípios de reconhecer o indivíduo não como mero alvo de uma política, mas sim como titular de direitos humanos, sem discriminação de origem cultural, econômica ou social, etnia, gênero, idioma, religião, opção política ou de outra natureza, cabendo ao Estado estabelecer mecanismo para executar, monitorar e avaliar os impactos regionais da implementação das diretrizes que amparam o direito humano à alimentação adequada.

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou as relações econômicas e sociais; alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (MDS Brasil, 2007).

Dados revelados pelo levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, realizado em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constatou que, a insegurança de alimentos era mais aguda nas regiões Norte e Nordeste, atingindo, respectivamente, 40,3% e 46,1% dos domicílios.

Existe um subaproveitamento da riqueza nutricional dos alimentos regionais do Tocantins, que poderiam está sendo utilizados para prevenir não só a desnutrição como também para a prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis. Educar em Nutrição é tarefa complexa que pode ser pensada como prioridade em saúde coletiva, além da busca por certo conhecimento necessário à tomada de decisões que afetem a saúde, cabe analisar as atitudes e condutas relativas ao universo da alimentação.

O governo buscará promover a Educação Alimentar e Nutricional junto a famílias beneficiadas, através de palestras educativas, seminários, oficinas teóricas e praticas de alimentação saudável com aproveitamento integral dos alimentos, como instrumento da redução da Insegurança Alimentar e melhoria da qualidade de vida da população tocaninense, por meio do fortalecimento/implantação de ações como: o projeto Ciranda Alimentar, Leite é Saúde, Projeto da Sopa, Compra Direta Local da agricultura familiar, Horta Comunitária, Cozinhas Comunitárias, Tocantins Sem Fome, Horta de Plantas não Convencionais, capacitação do uso de plantas não convencionais na alimentação, propondo informações sobre práticas alimentares saudáveis para a promoção da saúde.

O Gráfico 8 mostra a situação atual do atendimento do Programa Leite é Saúde, 2010

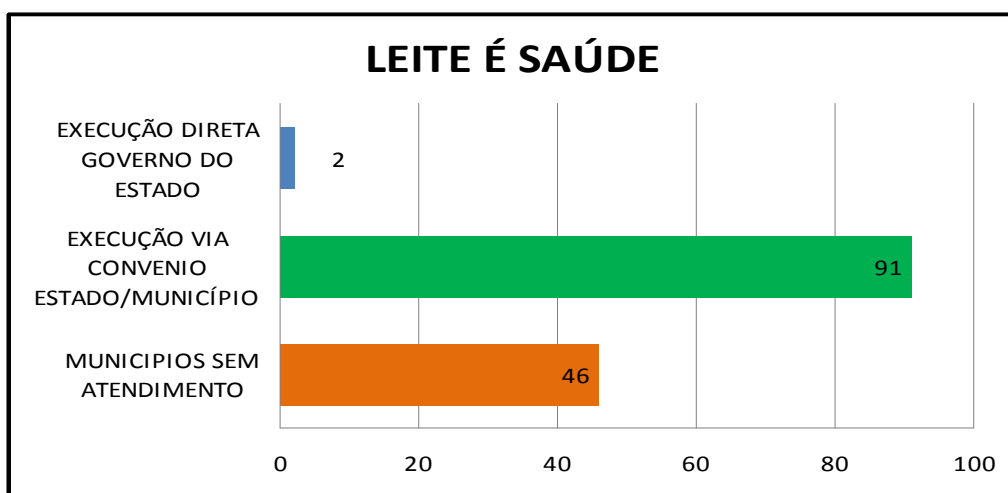


Gráfico 8_ Atendimento do Programa Leite é Saúde em 2010. Fonte: Coordenação de Aquisição de Alimentos/SETAS, 2010.

Com objetivo de buscar reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando as ações que contribuam para redução dos índices de morbidade e mortalidade infantil, além de beneficiar as famílias carentes, o Governo pretende estender o benefício do Programa para todos os municípios.

Outro programa em curso é o Programa Cozinhas Comunitárias, e o Gráfico 9 mostra a situação atual no Estado.

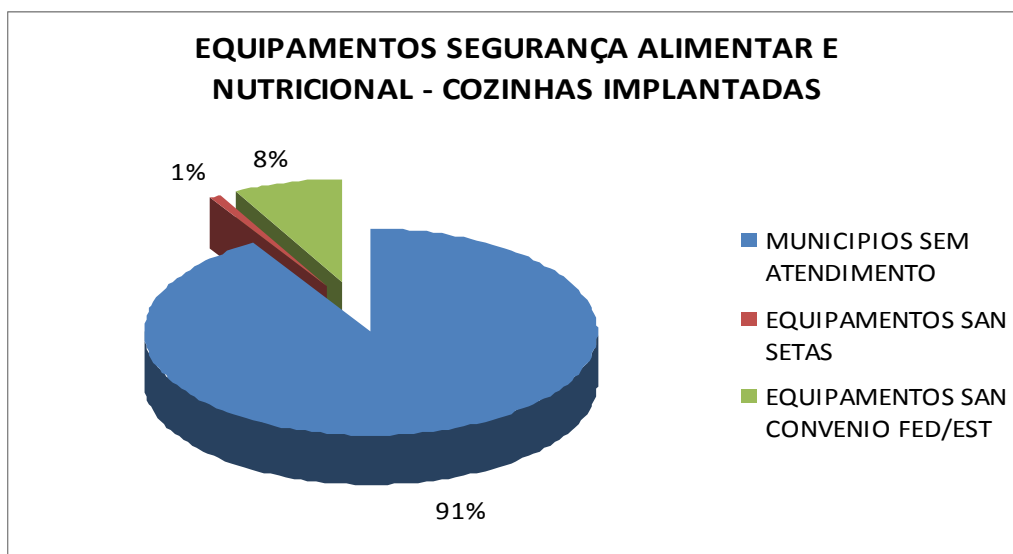


Gráfico 9_ Atendimento do Programa Cozinhas Comunitárias em 2010. Fonte: Coordenação de Aquisição de Alimentos/SETAS, 2010.

Segundo dados coletados pela SETAS, referencia 2010, aponta que dos 139 municípios somente Palmas possui “Cozinha Comunitária” implantada e sob administração direta, 11 municípios contam com o apoio do governo federal/estadual, o que corresponde a 8% dos municípios atendidos, demonstrando que 127 dos municípios tocantinsenses não são beneficiados

pelo projeto “Cozinha Comunitária”. Estas, além de fazer parte do fluxo de etapas que possibilita o acesso aos alimentos, constituem espaço de convivência social para realização de atividades de educação alimentar e nutricional, devendo a comunidade ser necessariamente envolvida na sua gestão. Suas instalações também poderão servir para capacitação de mão de obra para o setor de produção de alimentos saudáveis em articulação com programas de geração de renda.

O Gráfico 10 mostra a situação no Estado do Programa Ciranda Alimentar.

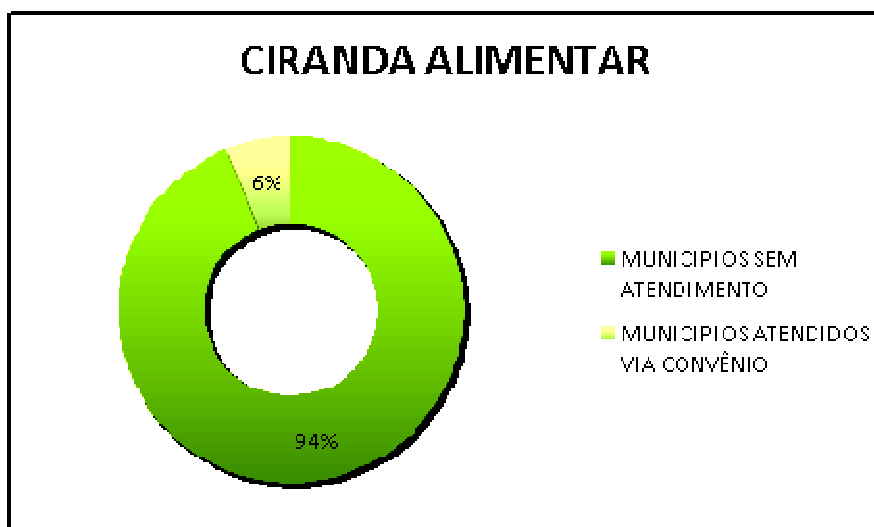


Gráfico 10_ Atendimento do Programa Ciranda Alimentar em 2010. Fonte: Coordenação de Aquisição de Alimentos/SETAS, 2010.

O programa “Ciranda Alimentar” em referência ao ano 2010, atendeu apenas 8 municípios, o que corresponde apenas 6%. O projeto busca a redução das deficiências nutricionais, contribuindo para redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil por meio da alimentação diária em creches.

É desafio para o governo que o Projeto Tocantins Sem Fome atenda como uma de suas ações a implantação do Cartão Tocantins Sem Fome, onde será feito a transferência de renda as famílias cadastradas no projeto para aquisição de alimentos. Outra ação tem como objetivo atender famílias em vulnerabilidade social, com alimentação preparada de alto valor calórico-protéico em todo o estado, priorizado os municípios com baixo IDH. O projeto tem a finalidade de melhorar o estado nutricional das famílias com carências alimentares e nutricionais.

O Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) é um mecanismo de promoção e consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, implementado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Governo do Estado por meio da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social e Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS). Tem como

objetivo apoiar, estimular e fomentar iniciativas de produção, comercialização aos pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, que têm como garantia de venda de seu produto que serão destinados gratuitamente aos beneficiários de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade alimentar e nutricionais.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Segurança Alimentar 2009, no Estado do Tocantins dos 13 municípios pesquisados 43,3% dos domicílios se encontram em situação de insegurança alimentar. Neste sentido, o Estado pretende realizar pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, e sistematizar as informações em um banco de dados que servirá para subsidiar as decisões a serem tomadas pelos responsáveis em políticas sociais em planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar, e do estado nutricional das famílias tocantinenses.

As ações decorrentes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, manifestadas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), são imprescindíveis para a melhoria do acesso da população aos medicamentos, à inclusão social e regional, ao desenvolvimento industrial e tecnológico, à promoção da segurança alimentar e nutricional, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e da valorização e preservação do conhecimento tradicional associado das comunidades tradicionais e indígenas, a inclusão social e redução das desigualdades sociais, além da participação popular e controle social.

O Estado do Tocantins tem trabalhado no incentivo ao Uso Racional de Plantas Não Convencionais por meio de cursos e capacitação nos municípios, no intuito de melhorar o valor nutricional da alimentação diária e distribuição de mudas.

O mundo do trabalho e do emprego é desenhado através de um complexo conjunto de ações sejam elas na esfera pública ou privada que visam inserir o indivíduo em uma atividade produtiva, garantindo desta forma a sua subsistência. Além de sua sustentabilidade, por meio dele o homem transforma-se em agente de modificações sociais ao interferir diretamente na sociedade em que vive.

O Governo do Tocantins concentra boa parte de sua política de trabalho e emprego na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, através da qual executa programas que visam reduzir o desemprego e combater parte dos problemas de formação profissional, assim como das deficiências de informação na busca por um emprego.

O Estado faz parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), política de âmbito nacional que articula o pagamento de benefícios financeiros a trabalhadores desempregados, além de sua formação e inserção no mercado de trabalho. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é parte desse SPETR, e é instituição tradicional no Tocantins, articulando suas ações através de dez núcleos de atendimento a trabalhadores e empresários distribuídos pelo Estado do Tocantins, sendo que destes três estão em Palmas. De 2004 a 2010 foram cadastrados no sistema de intermediação de mão-de-obra do SINE 256.936 trabalhadores, captadas 159.043 vagas de emprego, encaminhados à

estas vagas 372.851 trabalhadores e 97.542 inseridos no mercado de trabalho. No SINE estadual, além de participar de processos seletivos o trabalhador tem a oportunidade de melhorar sua formação através de cursos de orientação, capacitação e qualificação profissional.

O Conselho Estadual de Relações do Trabalho (COERT) acompanha e fiscaliza a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e garante através de sua composição tripartite – empregadores, trabalhadores e governo – a participação e o diálogo social sobre o mundo do trabalho.

O debate sobre o mercado de trabalho local também precisa ser aprimorado. Primar pelo combate às práticas ilegítimas (como o trabalho escravo, infantil e trabalho degradante) é um fator que precisa ganhar mais evidência.

Atender ao princípio da isonomia, tratando o igual de forma igual e o desigual de forma desigual também precisa ser observado. Ainda há muito que se crescer nas políticas de emprego locais no que se refere ao tratamento especializado de pessoas com deficiência, jovens que buscam o primeiro emprego, mulheres e pessoas com mais de 40 anos e de baixa escolaridade.

A Constituição Federal de 1988, nos seus Arts. 203 e 204, inserida no âmbito da Seguridade Social, com sua regulamentação sistematizada pela Lei 8742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), enquanto política pública de direito do cidadão é dever do Estado, não contributiva, que provê um conjunto integrado de ações de iniciativa pública da sociedade, com vistas ao enfrentamento da pobreza e garantia dos mínimos sociais para sobrevivência humana. Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social (PNAS), busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, objetivando tornar claras as suas diretrizes garantindo a Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (PNAS, 2004)

A gestão proposta por esta Política pauta-se no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo, na provisão das ações sócio-assistenciais. Nesta perspectiva que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promovem políticas de inclusão produtiva para proporcionar a todos os brasileiros a autonomia para sobreviver com dignidade sustentável. A estratégia é formar cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho, contribuindo, assim, para a construção de um país mais democrático.

E com este objetivo o governo do estado por meio da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (SETAS), estabeleceu uma política potente e duradoura, com finalidade de garantir serviços públicos básicos e de qualidade para todos, fortalecendo o setor privado para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva com forte base florestal e promover o desenvolvimento das comunidades. Seu papel principal é desenvolver ações com vista a gerar possibilidade de inclusão produtiva para as famílias de baixa renda como também, viabilizar oportunidades locais de geração de trabalho e renda para uma parcela da população Tocantinense que se encontra excluída dos processos produtivos, ampliando as suas possibilidades de emancipação.

Os serviços de Inclusão Produtiva buscam a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, através do incentivo à geração de

trabalho e renda, promovendo ações de capacitação, instrumentalização e formação de grupos de produção.

Neste contexto o governo vem realizando várias ações de inclusão sócio-produtiva, por meio de implantações de projetos como as Agroindústrias, Apicultura, Piscicultura, Costurando o Futuro, tendo como objetivo o fortalecimento sustentável das famílias em situação de extrema pobreza.

O Governo do Tocantins tem ações e parcerias com diversos empreendimentos solidários que tem como premissa maior a valorização do ser humano. No Tocantins, os grupos têm buscado nas práticas da Economia Solidária a sua sustentação e muitas vezes por falta de informação e/ou formação não conseguem mudar a sua própria realidade. Foram mapeados 71 municípios com empreendimentos econômicos solidários (EES) no período de 2005/2007. Os dados mostrados na Tabela 4 fazem referência ao período trazendo como caracterização a informalidade de 471 empreendimentos (associação/grupos informais), de um total de 502 mapeados.

Formas de Organização	Quantidade
Associação	378
Grupo informal	93
Cooperativa	26
Sociedade Mercantil de capital e indústria	5
Total:	502

Tabela 4_ Formas de organização produtivas de empreendimentos solidários presentes no Estado do Tocantins. Fonte: UNITINS/UFT/SETAS/SEAGRO/UNISOL/MDS/TEM/ 2009-2010.

Com referência à atenção às crianças e jovens, o Programa Pioneiros Mirins é um programa de transferência de renda com condicionalidades que beneficia crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, resultante da falta de rendimentos, discriminação, abandono e exclusão, sendo, portanto, um programa no âmbito da Política Estadual de Assistência Social.

O Programa Pioneiros Mirins atende 42.474 famílias nos 139 municípios do Estado do Tocantins. A depender da renda familiar de 1/3 (um terço) do salário mínimo, composição familiar, casos de deficientes físicos, dependentes químicos, maus tratos psíquicos e sociais, violência doméstica e abusos sexuais nas famílias, o valor do benefício recebido pela família para aquisição de gênero alimentício é R\$ 48,00 (quarenta e oito reais). A família só pode cadastrar uma criança, exceção para criança gêmea.

Estudos apontam para a contribuição do Programa na redução de gravidez na adolescência, afastamento da criança das ruas, diminuição do trabalho infantil, diminuição da evasão escolar, melhora acentuada no rendimento escolar.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o complemento da cesta básica. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação como complementação sócia educacional, redução da evasão escolar e auxílio quanto à apropriação dos saberes sistematizados via cumprimento dos deveres escolares, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias com qualificação profissional, estímulo e desenvolvimento do empreendedorismo direcionado ao fomento da geração de renda familiar, ampliando as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão da bolsa auxílio é descentralizada e compartilhada pelo estado e municípios. Os dois entes trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa.

► **Macrodesafio do Conhecimento:** Garantir à população o acesso à educação, cultura, conhecimento científico e tecnológico.

O Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Educação, ao longo dos anos tem desenvolvido ações voltadas para garantir o acesso e a permanência, com sucesso, da população à Educação Básica, observando o que determina a legislação vigente, conforme segue.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que os Estados devem investir não menos que 25% do orçamento anual em educação, e estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e visa assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. A LDB estabelece os critérios para os 25% de investimento mínimo obrigatório.

A Constituição Estadual de 1989 sustenta que o Plano Estadual de Educação, visará à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação no plano nacional, com os objetivos de:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica.

O Plano Estadual de Educação do Tocantins 2006/2015, orienta as políticas públicas de educação, buscando estabelecer prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas, avançando para uma educação de qualidade. De acordo com o PEE, as prioridades do Estado em relação à educação são:

I – garantia do ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando-lhes o ingresso e a permanência com sucesso na escola;

II - garantia do ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;

III - ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;

IV - valorização dos profissionais da educação;

V - desenvolvimento de um sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando a avaliação institucional, de desempenho do servidor e o aperfeiçoamento dos processos de coleta, análise e difusão de dados.

A Lei nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, determina as competências da SEDUC e dentre elas destacam-se:

I - desenvolver as políticas estaduais de educação;

II - apoiar estratégica e logisticamente os Conselhos: Estadual de Educação, de Alimentação Escolar – CAE-TO e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III - coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades do Sistema Estadual de Educação;

IV - articular-se com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais com vistas a assegurar a coordenação, a divulgação e a execução de planos e programas educacionais.

A estrutura administrativa da rede estadual de ensino está composta por treze Diretorias Regionais de Ensino – DRE's, localizadas em pontos estratégicos do Estado e 561 escolas, dentre as quais um Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAP, um Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S e um Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. (Censo Escolar, 2010).

Pode-se observar no Gráfico 11 que o conjunto das escolas das redes municipais de ensino representa quase 61 % e que a rede estadual possui 29% do número de estabelecimentos.

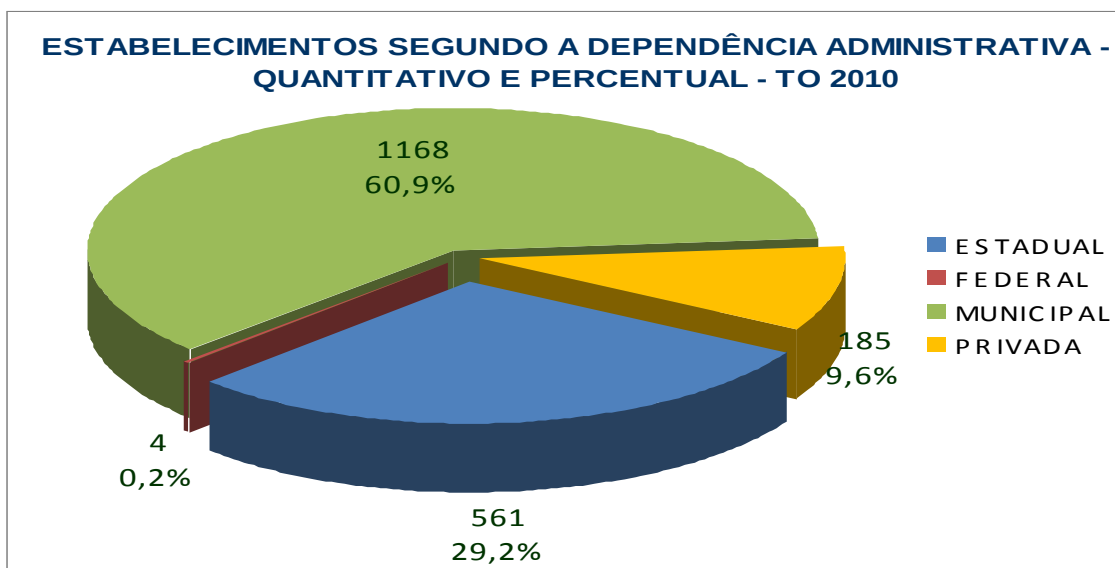


Gráfico 11_ Distribuição da rede de escolas pelo Estado. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011.

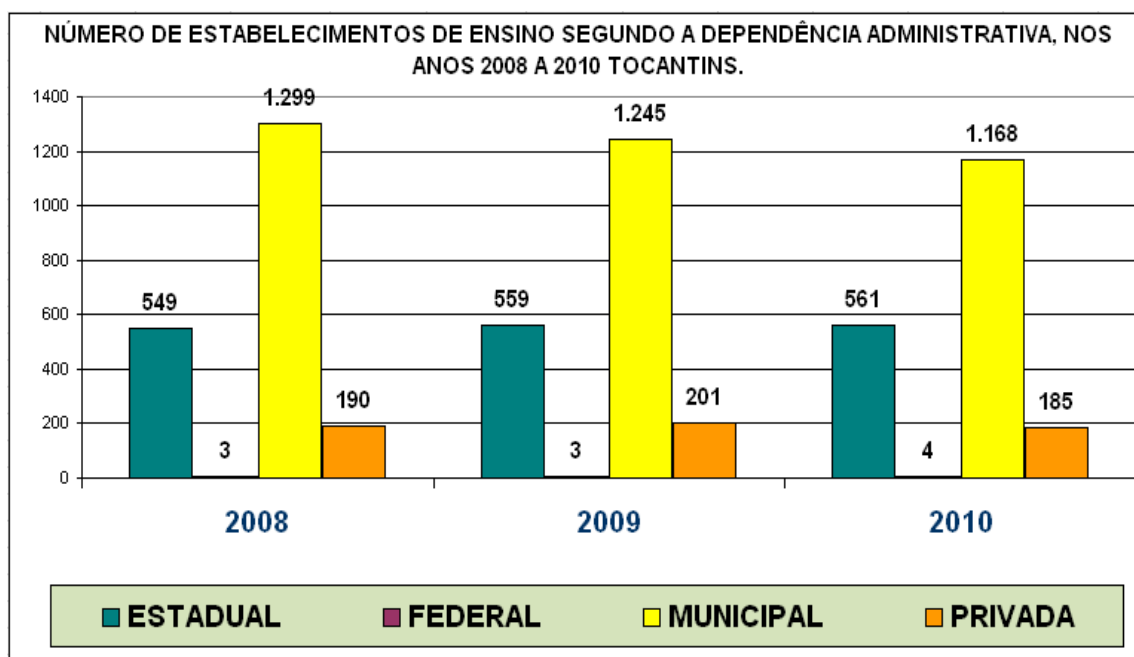


Gráfico 12_ Distribuição da rede de escolas pelo Estado conforme a dependência administrativa. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011.

Observa-se no Gráfico 12, que no período de 2008 a 2010 houve aumento no quantitativo de escolas da Rede Estadual, passando de 549 em 2008, para 561 em 2010, o que representa acréscimo de 2,19%. Neste mesmo período a rede Municipal teve um decréscimo de 10,08%, sendo a maior queda entre 2008 e 2009.

	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2008	2009	2010
FEDERAL	0	0	0
ESTADUAL	139.668	138.812	136.063
MUNICIPAL	118.772	117.929	116.454
PRIVADA	15.715	15.819	15.934

Tabela 5_ Matrículas do Ensino Fundamental no Estado do Tocantins no período de 2008 a 2010. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011

	ENSINO MEDIO		
	2008	2009	2010
FEDERAL	1137	1382	1574
ESTADUAL	66620	61289	60931
MUNICIPAL	94	75	0
PRIVADA	3141	3220	3173

Tabela 6_ Matrículas do Ensino Médio no Estado do Tocantins no período de 2008 a 2010. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011

	EJA		
	2008	2009	2010
FEDERAL	293	333	342
ESTADUAL	14.592	14.176	14.689
MUNICIPAL	9.684	8.347	7.467
PRIVADA	1.539	1.324	1.457

Tabela 7_ Matrículas do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Estado do Tocantins no período de 2008 a 2010. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011

Nos últimos três anos o número de matrículas no Ensino Fundamental da rede estadual teve uma queda contínua, com uma redução de 2,58% entre os anos de 2008 e 2010, sendo que a rede municipal apresenta a mesma tendência. Neste mesmo período a rede privada apresentou um acréscimo de 1,39%, conforme demonstra os números absolutos da tabela acima (Tabela 5).

O Ensino Médio, quase em sua totalidade, concentra-se na rede Estadual e, seguindo a mesma tendência do Ensino Fundamental, nesta rede houve uma queda de 8,54%, no período de 2008 a 2010 (Tabela 6).

Na Educação de Jovens e adultos da rede estadual houve decréscimo de 2,85% na matrícula inicial no período de 2008 a 2009, e um acréscimo de 3,62% no período de 2009 a 2010. Na rede Municipal a EJA teve uma queda continua entre os anos 2008 e 2010, totalizando uma redução de 22,89% (Tabela 7).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Tocantins superou todas as metas projetadas para o estado, inclusive a média alcançada pela região Norte, porém, permanece entre os estados com baixo desempenho.

Em 2007 nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, a meta foi superada em 12% e em 2009 em 13,3%, tendo um crescimento de 17,1% do ano de 2005 para 2007 e 9,8% de 2007 para 2009, como pode ser observado na Tabela 8.

ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES/ANOS INICIAIS

Ideb Observado				Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Tocantins	3.5	4.1	4.5	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7

Tabela 8_ Comparativo do Ideb observado e projetado para as séries dos anos iniciais. Fonte: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/2010

No ano 2007 nas séries/anos finais do Ensino fundamental a meta foi superada em 8,8% e 2009 em 8,3%, tendo um crescimento de 8,8% de 2005 para 2007, e de 5,4% de 2007 para 2009, como pode ser observado na Tabela 9.

ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES/ANOS FINAIS

Ideb Observado				Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Tocantins	3.4	3.7	3.9	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4

Tabela 9_ Comparativo do Ideb observado e projetado para as séries dos anos finais. Fonte: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/2010

No Ensino Médio a meta foi superada em 3,2% em 2007 e 6,2% em 2009, tendo um crescimento de 3,2% de 2005 para 2007 e de 6,2% de 2007 para 2009, como pode ser observado na Tabela 10.

ENSINO MÉDIO

Estado	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Tocantins	3.1	3.2	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Tabela 10_ Comparativo do Ideb observado e projetado para o ensino médio. Fonte: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/2010

Vale ressaltar que mesmo o Tocantins tendo superado as metas estabelecidas para o estado, permaneceu abaixo da média nacional. Esse quadro precisa ser revertido, e ainda atingir as metas projetadas.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/Prova Brasil é aplicado a cada dois anos e avalia o desempenho dos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio em todo o país, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, focalizando a leitura e a resolução de problemas, objetivando avaliar o sistema educacional, apontando indubitavelmente questões relativas à vulnerabilidade social.

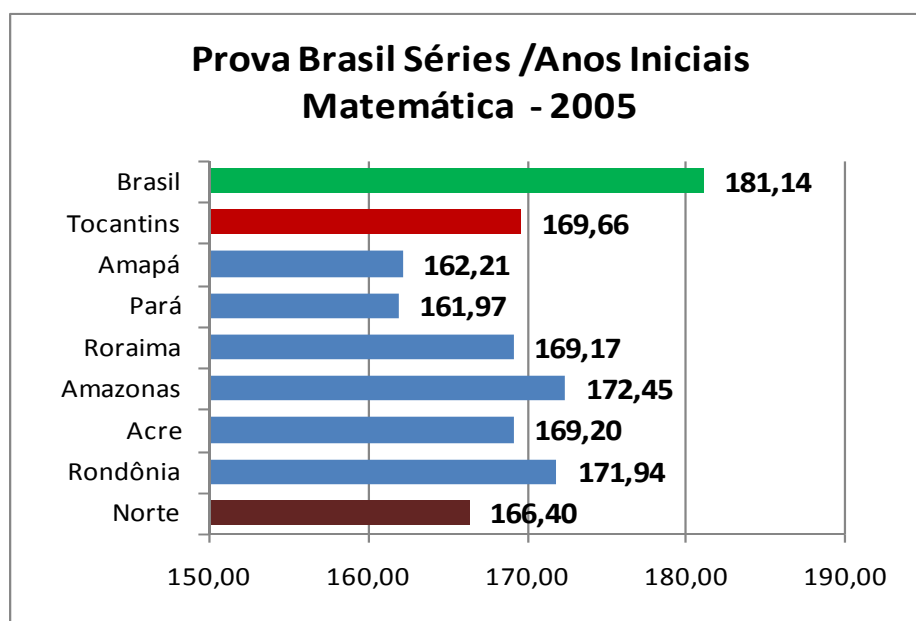


Gráfico 13_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Matemática 2005. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

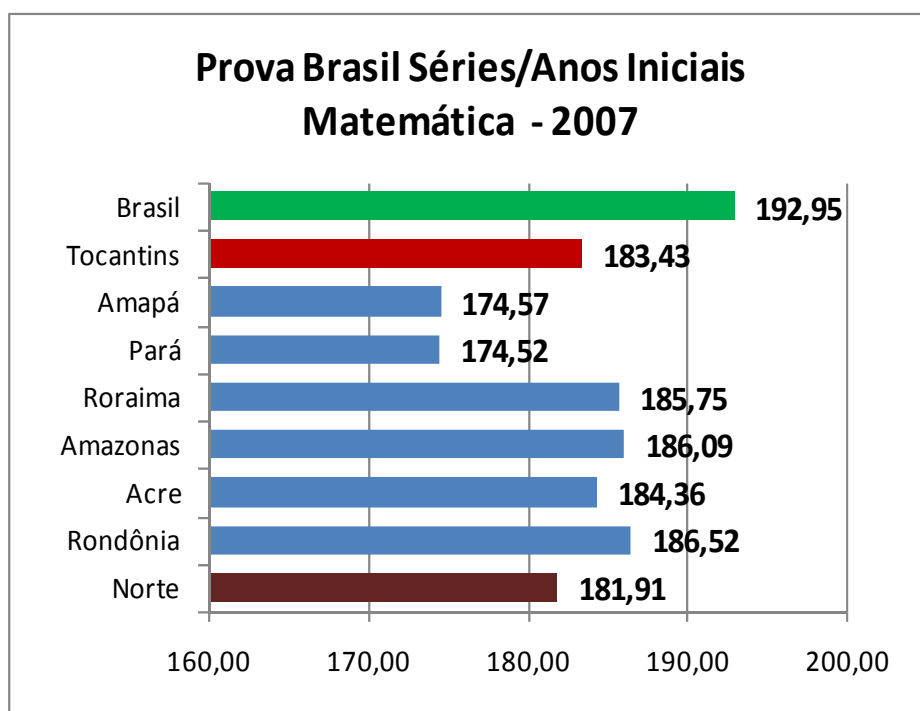


Gráfico 14_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Matemática 2007. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

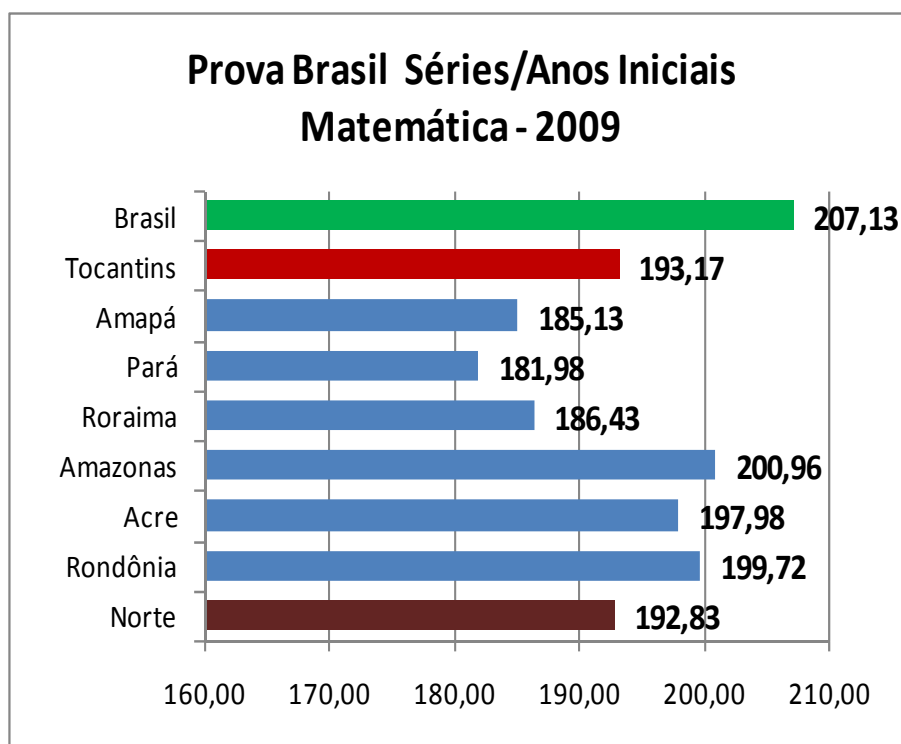


Gráfico 15_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Matemática 2009. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

O Tocantins tem demonstrado crescimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental na proficiência de matemática nos três anos de Prova Brasil, inclusive superando a média da região Norte nestes anos. Em 2005 superou a média dos estados do Amapá, Pará e Roraima, em 2007 superou a média do Amapá, Pará e em 2009 superou os estados de Amapá, Pará e Roraima.

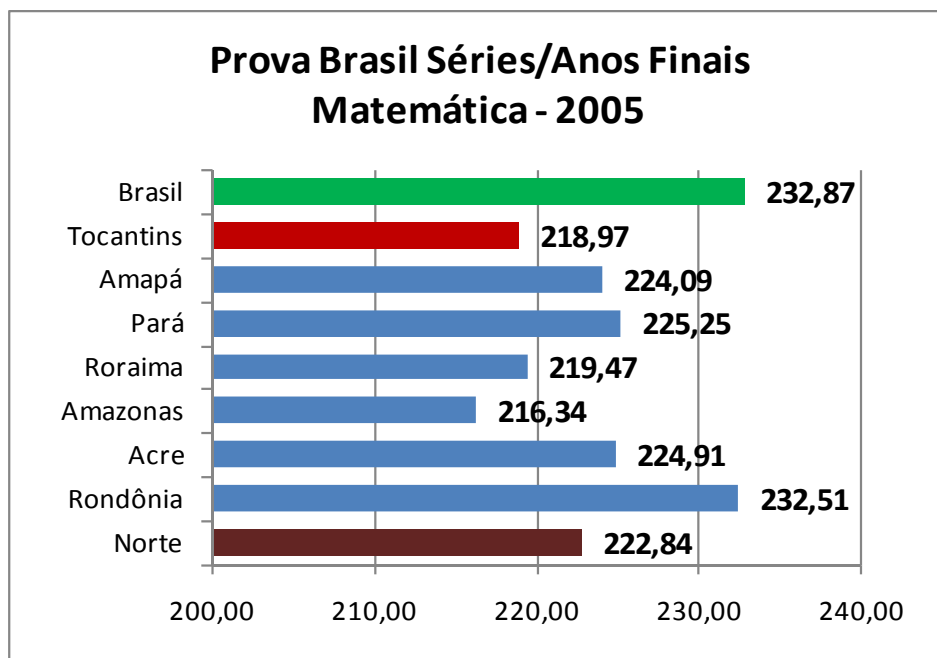


Gráfico 16_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Matemática 2005. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

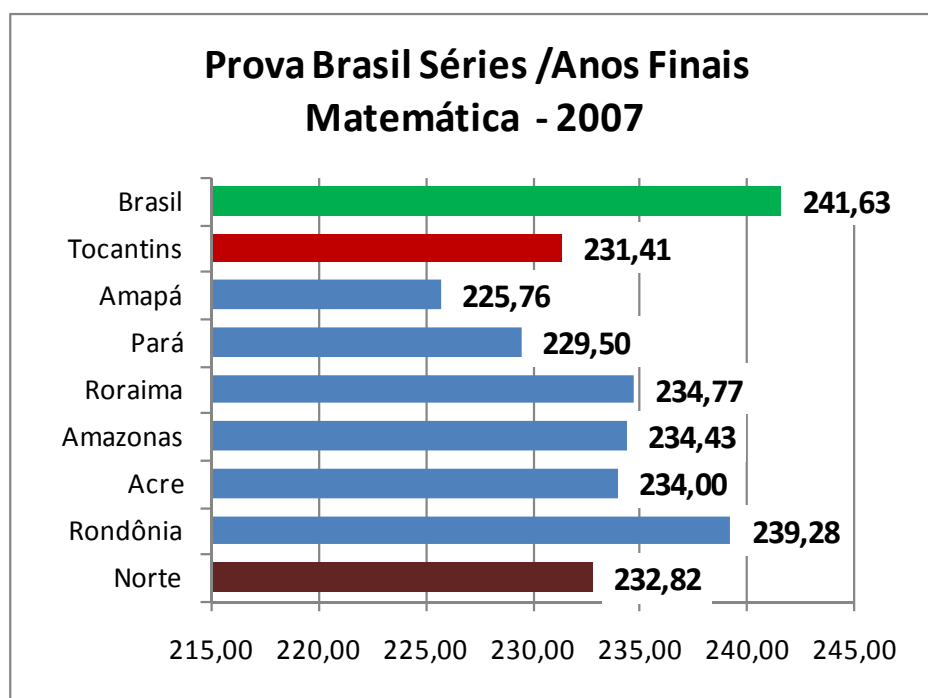


Gráfico 17_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Matemática 2007. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

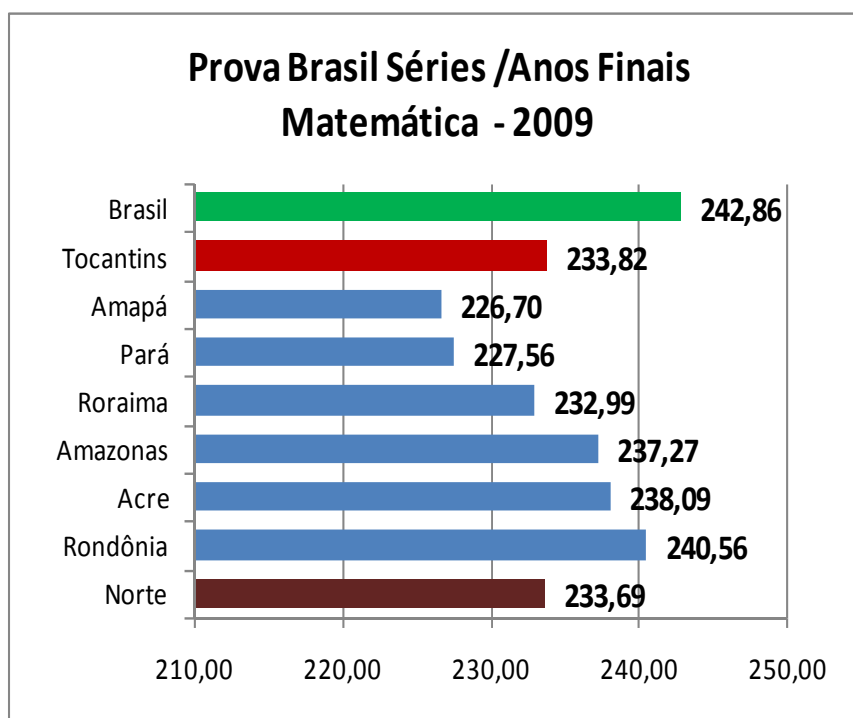


Gráfico 18_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Matemática 2009. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

Nos anos finais do Ensino Fundamental o Tocantins também cresceu em proficiência nos três anos da Prova Brasil, porém em 2005 só ficou à frente do estado do Amazonas e em 2007 superou apenas os estados do Amapá e Pará. Em 2009 superou a média dos Estados do Amapá, Pará, Roraima e da Região Norte.

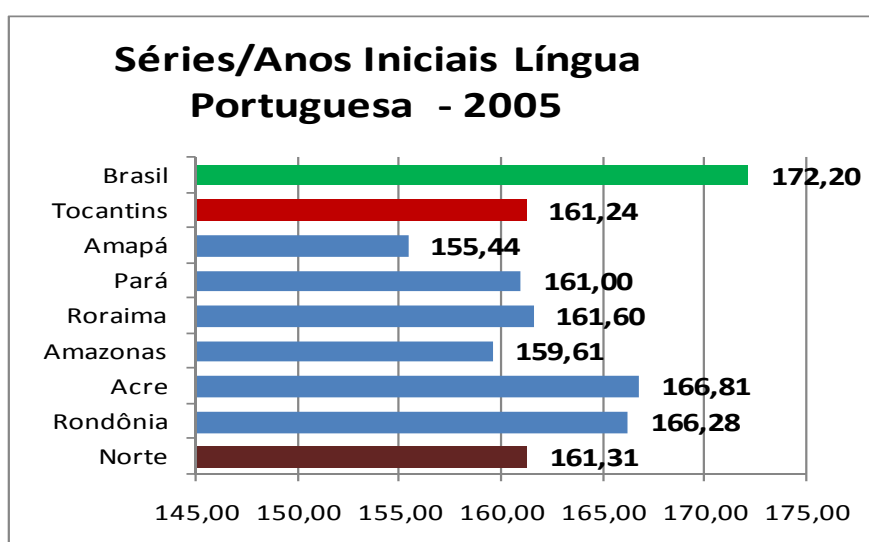


Gráfico 19_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Língua Portuguesa 2005. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

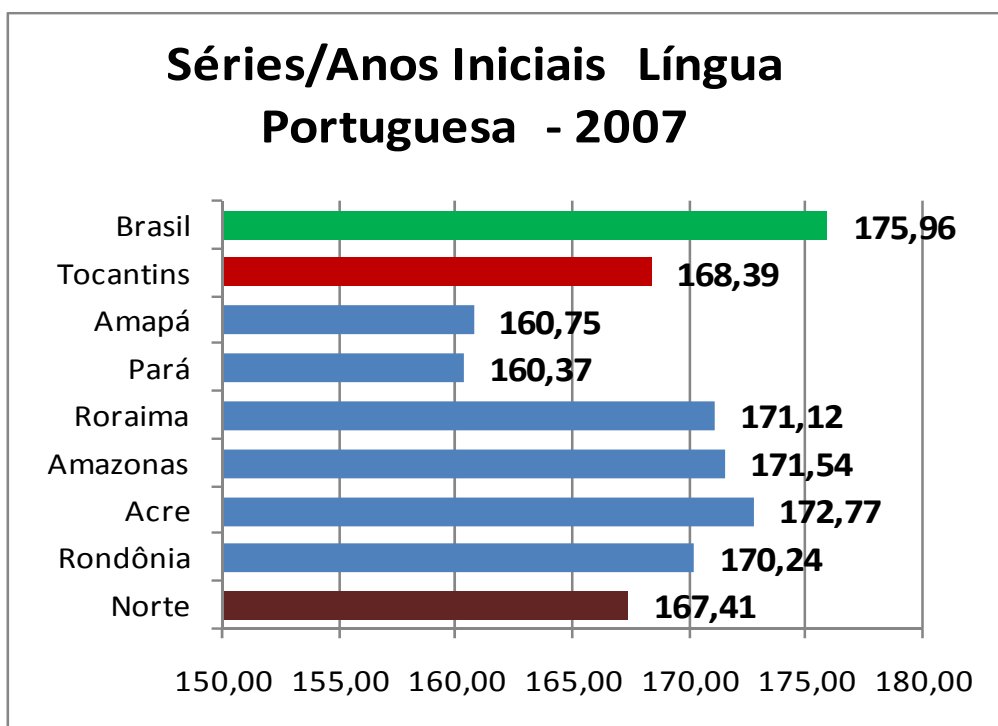


Gráfico 20_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Língua Portuguesa 2007. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

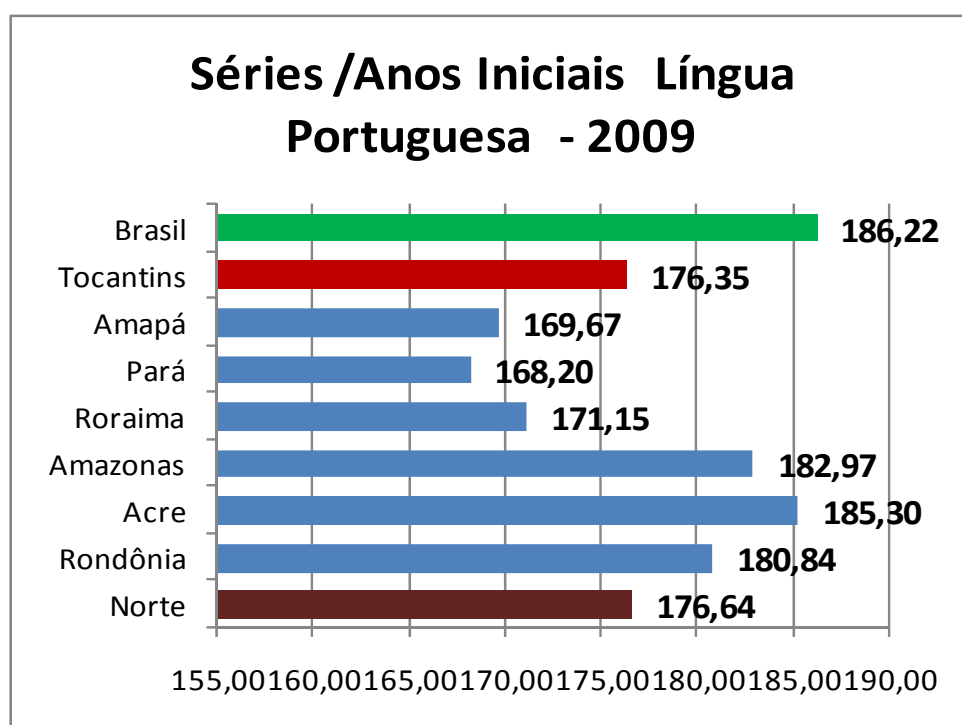


Gráfico 21_ Prova Brasil Séries/Anos Iniciais Língua Portuguesa 2009. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

No Ensino Médio o Estado do Tocantins cresceu em proficiência no SAEB nos três anos de avaliação. Em 2005 ficou aquém da média da Região Norte, superou a média dos Estados do Pará e Amazonas. Em 2007 superou a média da Região Norte e a dos Estados do Pará e Amazonas. Em 2009 ficou aquém da média de todos os Estados e da região Norte.

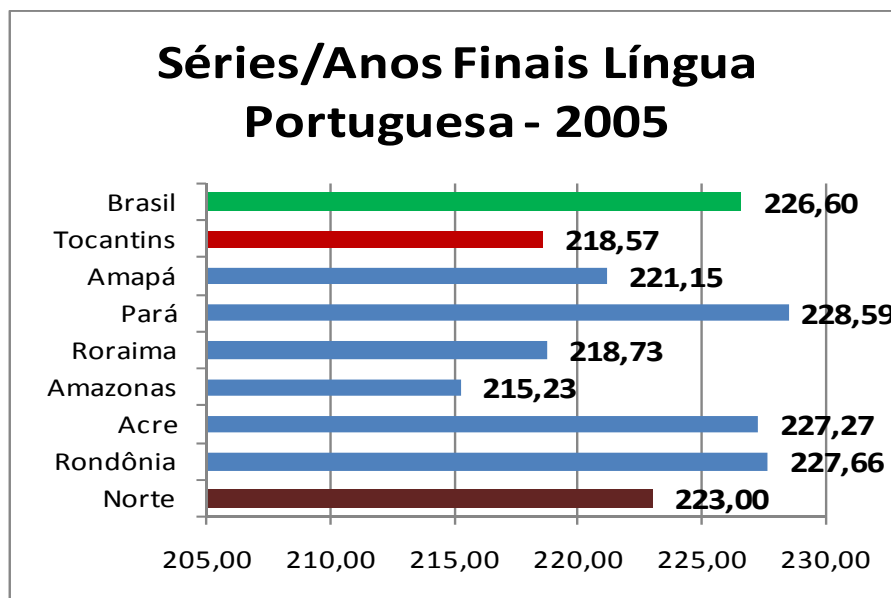


Gráfico 22_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Língua Portuguesa 2005. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

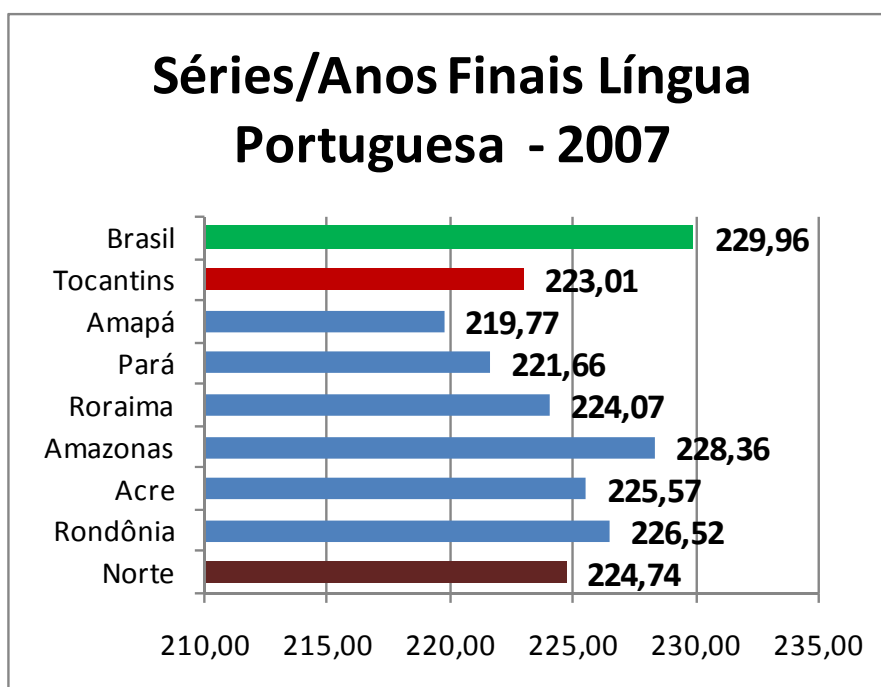


Gráfico 23_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Língua Portuguesa 2007. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

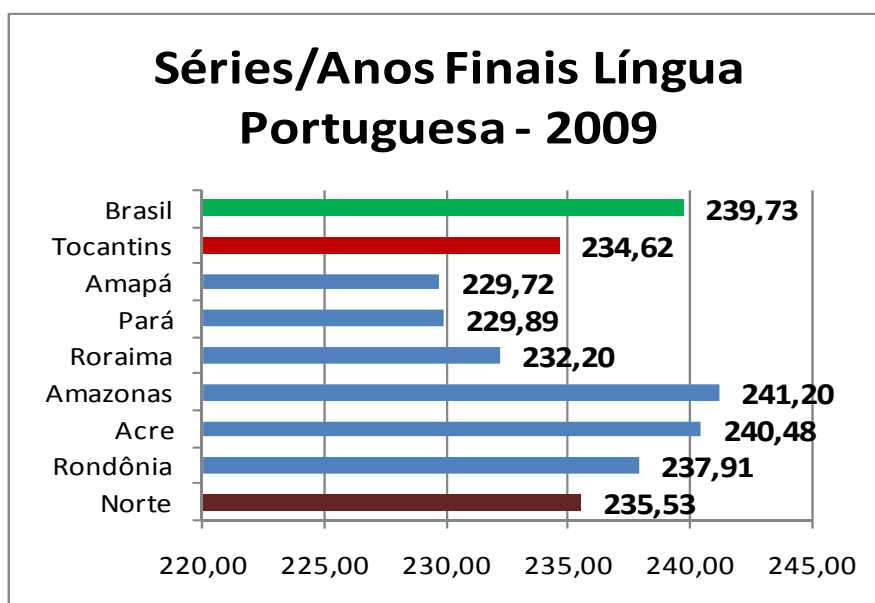


Gráfico 24_ Prova Brasil Séries/Anos Finais Língua Portuguesa 2009. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

Nos anos finais do Ensino Fundamental o Tocantins também cresceu em proficiência nos três anos da Prova Brasil, porém em todos os anos ficou aquém da média da Região Norte. Em 2005 superou a média do estado do Amazonas. Em 2007 superou apenas a média dos estados do Amapá e do Pará. Em 2009 superou a média dos Estados do Amapá, do Pará e de Roraima.

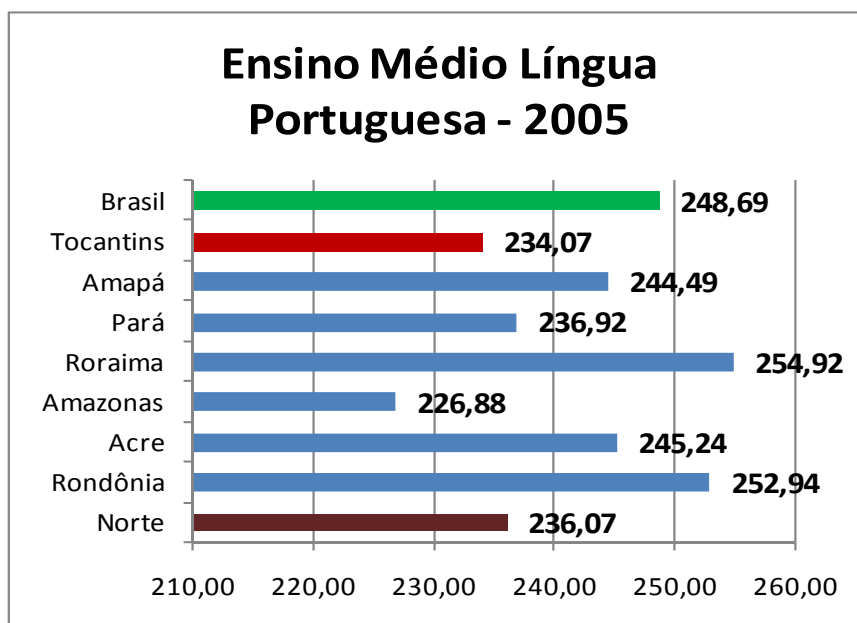


Gráfico 25_ Prova Brasil Ensino Médio Língua Portuguesa 2005. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

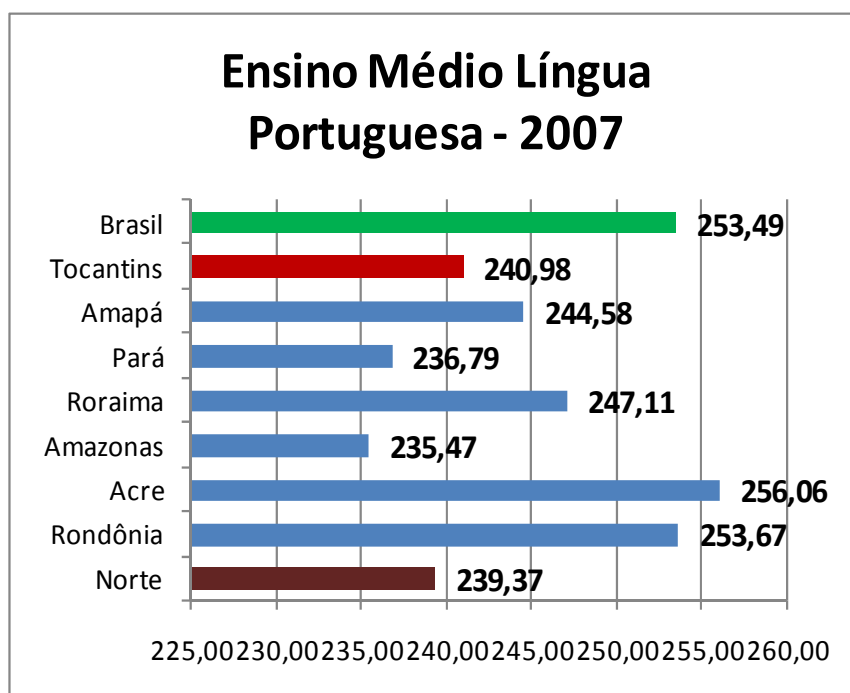


Gráfico 26_ Prova Brasil Ensino Médio Língua Portuguesa 2007. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

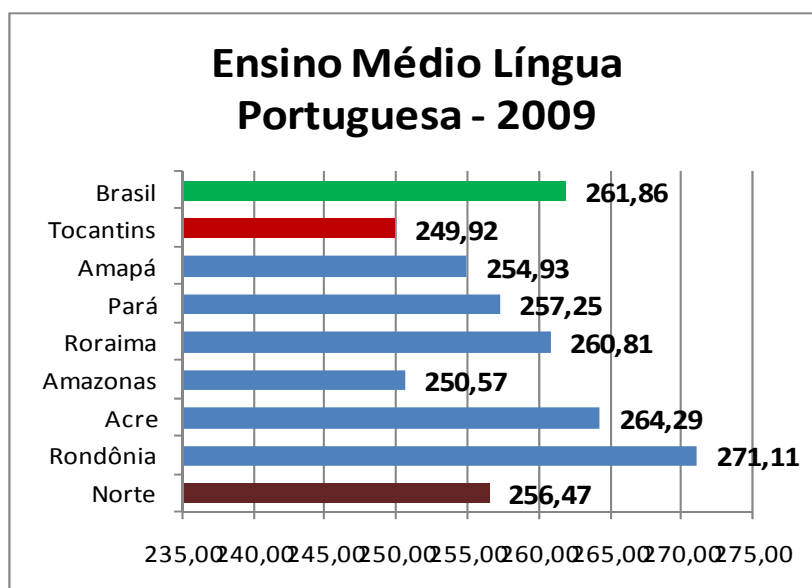


Gráfico 27_ Prova Brasil Ensino Médio Língua Portuguesa 2009. Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2011 com base nos dados do MEC/Inep.

No Ensino Médio o Estado do Tocantins cresceu em proficiência no SAEB nos três anos de avaliação. Em 2005 ficou aquém da média da Região Norte, superou a média dos Estados do Pará e Amazonas. Em 2007 superou a média da Região Norte e a dos Estados do Pará e Amazonas. Em 2009 ficou aquém da média de todos os Estados e da Região Norte.

Quanto às taxas de movimento e rendimento escolar são calculadas com base em metodologias descritas em nota técnica elaborada e publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC. As taxas de aprovação e reprovação compõem as taxas de rendimento enquanto o Abandono faz parte do movimento escolar, assim como as transferências e falecimentos.

Após o tratamento dos dados primários coletados no Censo Escolar conforme os critérios contidos na referida nota técnica, as taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono podem ser calculadas e quando somadas devem totalizar 100%. Dessa forma as taxas de reprovação não serão mencionadas abaixo, uma vez que estas poderão ser deduzir das demais.

DEP. ADM	TAXA DE APROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL			TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO			TAXA DE ABANDONO NO ENSINO FUNDAMENTAL			TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Estadual	88	88,5	87,6	79,7	80,8	81,7	2,6	2,3	2,2	11,9	9,3	8,6
Federal	--	--	--	74	79,5	77,7	--	--	--	3,9	4,9	3,5
Municipal	86,2	88,9	89,5	76,8	75,4	--	2,9	2,1	1,6	20,2	20,3	--
Particular	97,4	96,2	96,3	93,2	89,7	91,3	0,3	0,4	0,3	0,7	0,4	0,4
Pública	87,2	88,7	88,4	79,6	80,8	81,6	2,7	2,1	2	11,8	9,1	8,4

Fonte: Inep/MEC - Censo Escolar 2008 a 2010

Tabela 11_ Comparativo das Taxas de Aprovação e de Abandono do Ensino Fundamental e Médio no período de 2008 a 2010. Fonte: Inep/MEC – Censo Escolar 2008/10.

Nos últimos três anos (2008 a 2010) o Censo Escolar do Tocantins demonstrou que a taxa de aprovação no Ensino Fundamental da rede pública teve um aumento de 1,38%, sendo que a rede publica municipal foi quem de fato contribuiu para esse crescimento. A rede publica estadual teve uma ligeira queda de 0,45%. Neste mesmo período o ensino médio da rede publica teve um crescimento de 2,51%.

As taxas de abandono tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, da rede pública, tiveram reduções significativas, sendo essas reduções de 25,93% e 28,81% respectivamente.

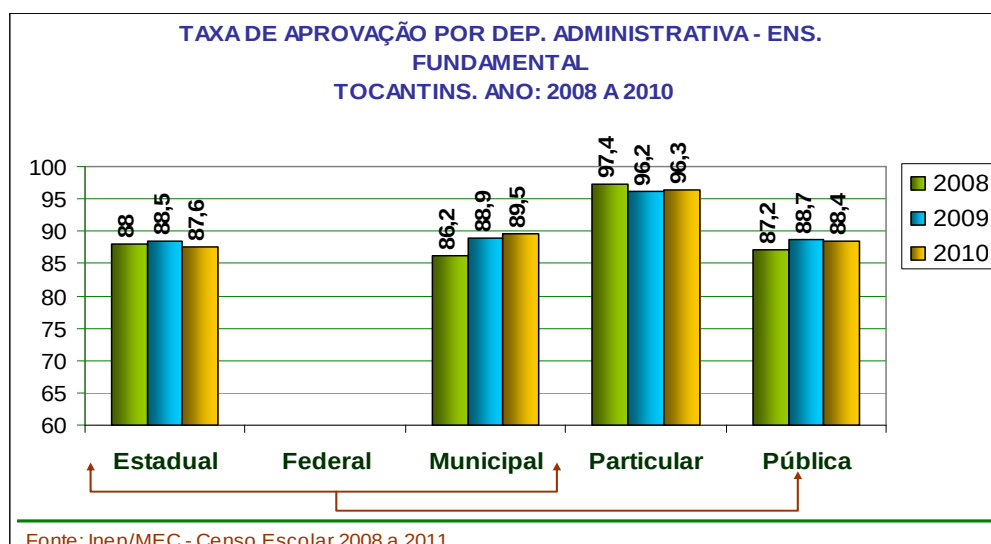


Gráfico 28_ Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental no período de 2008 a 2010. Fonte: Inep/MEC Censo Escolar 2008 a 2011.



Gráfico 29_ Taxa de Distorção Idade-Série do Ensino Fundamental no período de 2008 a 2010. Fonte: Inep/MEC Censo Escolar 2008 a 2010.



Gráfico 30_ Taxa de Distorção Idade-Série do Ensino Médio no período de 2008 a 2010. Fonte: Inep/MEC Censo Escolar 2008 a 2010.

Sobre a Taxa de distorção idade/série observa-se que houve um aumento no Ensino Fundamental, nos anos de 2008, 2009 e 2010 na rede pública, considerando as dependências administrativas estadual e municipal, de 15,28% e 14%, respectivamente, comparado as taxas de 2008 e 2010. No Ensino Médio em relação a distorção idade/série, na rede pública estadual, onde há uma maior concentração do Ensino Médio, houve uma queda de 0,28% de 2008 para 2009, e um crescimento de 3,15% de 2009 para 2010. Comparando as taxas de 2010 e 2008 houve um crescimento de 2,86%. A distorção idade/série é gerada pela reprovação, o abandono e o ingresso tardio na escola. Atualmente uma das causas que pode justificá-la é a necessidade de estudo para o cidadão ingressar, permanecer no mercado de trabalho e ainda a busca pela melhoria na qualidade de vida.

O Sistema de Avaliação, Monitoramento e Valorização da Educação do Estado do Tocantins – O SALTO - TO permite a definição de políticas públicas voltadas para a modernização de gestão e aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem com vistas à melhoria dos indicadores educacionais.

O conhecimento da realidade educacional das Unidades Escolares, por meio do SALTO-TO, subsidiará a Educação do Tocantins, com dados sobre suas realidades educacionais de forma particular, para criar estratégias específicas de intervenção e políticas educacionais, visando o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem com vistas à melhoria dos indicadores da educação.

O SALTO-TO, em sua etapa inicial (primeiro semestre de 2011), avaliou o desempenho dos alunos da Educação Básica, por meio de avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática aplicada a todos os alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, conforme o quadro abaixo descreve os resultados alcançados pelas Diretorias Regionais de Ensino em relação ao Estado.

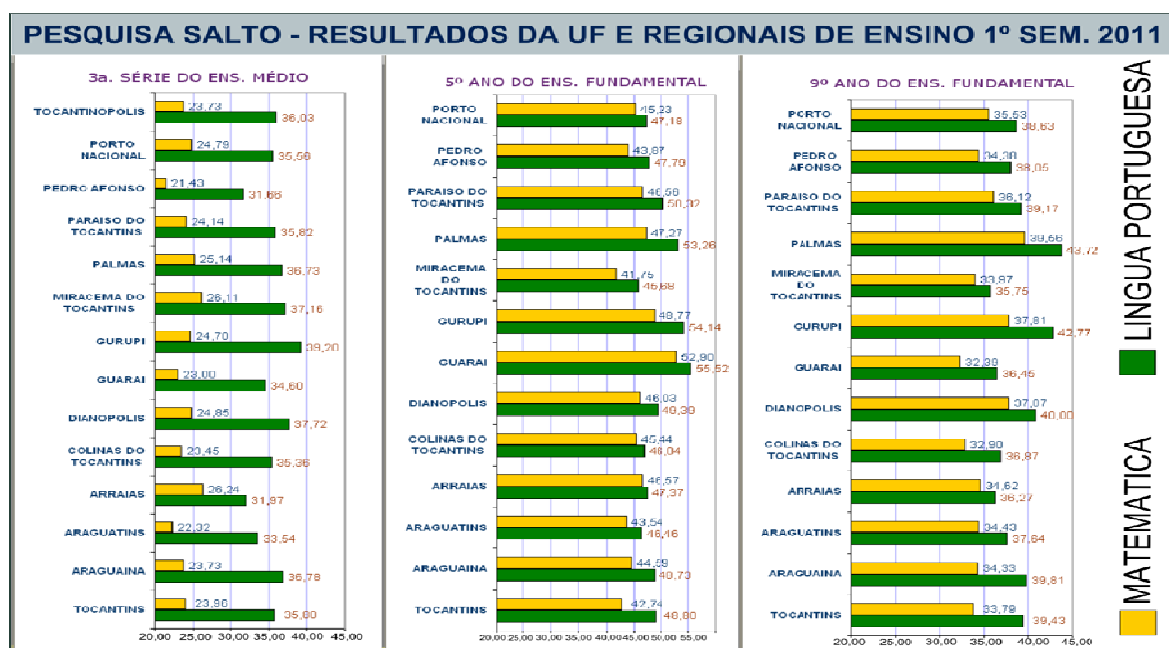


Gráfico 31_ Pesquisa Salto do primeiro semestre de 2011. Fonte: Secretaria da Educação, 2011.

E notório que o Tocantins tem apresentado melhorias significativas no que tange às questões educacionais, entretanto, são muitos os desafios para este quadriênio, conforme as metas quantitativas e qualidades a serem atingidas: implantação da educação integral; desenvolvimento e valorização do profissional da Educação; erradicação do analfabetismo; melhoria de qualidade do ensino e efetivação do regime de colaboração.

Para a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, em solidariedade com as metas do PNUD para o Milênio, é fundamental assegurar a educação básica de qualidade para todos e possibilitar a todas as crianças e jovens, por vezes provenientes de situações de risco social, condições de igualdade, de acesso e permanência com sucesso na escola.

Para tanto, o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Educação, propõe o Programa Educação Básica, com a intenção de promover uma política educacional que atenda as necessidades e expectativas da sociedade, visando implementar a oferta da Educação Básica, o que contribuirá para a construção de uma sociedade crítica, inclusiva e que garanta qualidade de vida ao educando e promova uma proximidade entre escola e comunidade.

Atualmente, educação profissional não mais consiste em simples instrumento de preparação do indivíduo para execução de um determinado conjunto de tarefas. Pelo contrário, depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9.394/96, a educação profissional passou a significar muito mais: o domínio operacional de um determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Outro princípio que define a identidade e especificidade da educação profissional é o desenvolvimento de competências para a laborabilidade, flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização na organização curricular.

Destaca-se dentre as competências, a laborabilidade (ou empregabilidade) que pressupõe desenvolver competência profissional, capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades, visando o desempenho eficiente e eficaz de atividades ligadas ao mundo do trabalho. (Art. 6º da Resolução Conselho Nacional Educação/Coordenadoria de Educação Básica nº 04/99). Ou seja, trata-se de desenvolver uma educação profissional, mas que possibilite ao aluno desenvolver as três dimensões do saber: saber fazer, conhecer o porquê de fazer daquela forma; e saber ser.

O MEC está expandindo a rede federal da educação profissional. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou à população 214 unidades previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. Atualmente, são 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país. Existe ainda a previsão para entrega de mais 81 novas unidades para o primeiro semestre de 2012.

Atualmente, o macrodesafio da educação profissional se baseia no dever do Estado de oportunizar ao indivíduo uma educação igualitária e

qualitativa que abranja os campos sociais, profissionais e psicognitivos, a fim de capacitá-lo para o mercado de trabalho e para as relações intra e interpessoal.

Essa obrigatoriedade do Estado é garantida pela Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 205 e pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96. Nesse contexto, a educação deve contribuir para que o país alcance tal garantia por meio da promoção do desenvolvimento pleno do educando, inspirado-o nos ideais de solidariedade e fraternidade e orientado-o sobre os princípios preconizados nos artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN.

A região Norte do Brasil possui características próprias que a diferenciam das demais divisões do País. Dentre elas, estão as grandes extensões territoriais e baixa densidade demográfica, o isolamento, a falta de profissionais para atender à demanda de um setor industrial ainda em desenvolvimento.

Apesar do Estado do Tocantins ter investido bastante na área Educacional nos últimos anos, um dos seus maiores desafios ainda é propiciar aos seus educandos uma educação de qualidade. Ainda carece de infraestrutura para promover a melhoria do ensino-aprendizagem. Segundo o IDEB na escala de 0 a 10, o Estado do Tocantins vem superando as metas projetadas, atingindo o índice de 4,5 em 2009, porém ainda estamos atrás de outros estados brasileiros mais desenvolvidos. O Estado do Paraná, por exemplo, alcançou 4,9. A meta projetada para o Tocantins é atingir 4,9 até 2015.

Sabe-se que para ter excelência acadêmica e profissionais de ponta, o Estado precisar primar pela educação básica, buscando a melhoria no ensino superior e profissional a exemplo de Estados como Goiás, Ceará, Minas Gerais e outros. Em 2007, o Governo do Tocantins transferiu as competências da Educação Técnica, Superior Tecnológica e de Graduação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, através do Ato Governamental nº 4.236, delegando poderes ao Secretário de Ciência e Tecnologia para implementação da Educação Profissional. Em 4 de setembro de 2009, foi publicada a Lei nº 2.139, DOE nº 2.970, que estabeleceu as competências da SECT dentro do Sistema Estadual de Ensino, determinando a:

- Desenvolver políticas de educação no âmbito de suas atribuições;
- Manter intercâmbio com entidades nacionais e internacionais a fim de obter cooperação técnica e financeira para a modernização e expansão da educação profissional técnica de nível médio e superior;
- Subsidiar o Conselho Estadual de Educação na análise dos processos que lhes forem encaminhados, quanto a viabilidade técnica, econômica, estrutural e político-social;

Desde então a Secretaria trabalha no sentido de consolidar por meio da Diretoria da Educação Profissional, políticas de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, contribuindo para o crescimento sócio-econômico do Estado.

O resultado de tal política chega à sociedade tocantinense por meio de escolas técnicas de ensino médio presencial na modalidade concomitante e subsequente (2 unidades), nos programas como a Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil (6 polos) e Universidade Aberta do Brasil – UAB (18 polos), em parceria com municípios e Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais cadastrados aos programas. E ainda, através do fomento aos graduandos mediante parceria com diversas Instituições privadas de Ensino Superior com repasse de crédito educativo a estudantes carentes do Programa de Crédito Educativo do Governo do Estado – Proeducar, bem como formação continuada *strictu sensu*, para oferta de bolsas de mestrado e doutorado via Programa de Apoio a Pós Graduação – PAPG.

Observa-se que quanto à ciência, a tecnologia e a inovação são importantes motores da transformação econômica e social dos países. A busca por novas possibilidades de transformar o conhecimento em inovação - e em riqueza, por consequência - envolve hoje inúmeros atores. Não é tarefa apenas de governos, mas do conjunto da sociedade, representada pela academia, setor empresarial, entidades de categorias profissionais, entidades do terceiro setor, entre outros.

Conforme gráfico abaixo, o Brasil apresenta um percentual de dispêndio em P&D em relação ao PIB menor que o dos países mais avançados. Porém, numa análise mais apurada sabe-se que o Brasil teve uma taxa média anual de crescimento de 0,83% a.a. Número bem mais expressivo do que o registrado pelos países mais desenvolvidos.

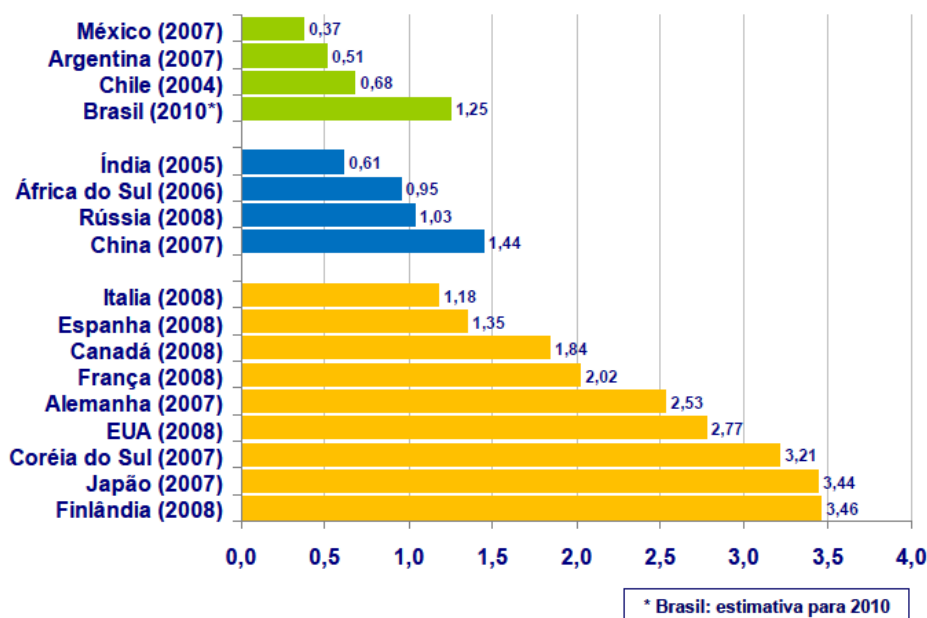


Gráfico 32_ Comparativo de dispêndio nacional em P&D como razão do PIB no Brasil e em países selecionados. Fonte: National Main Science and Technology Indicators, 2009/2 – OECD; Brasil: MCT; Chile e Índia: Word Development Indicators, 2008 – The Word Bank.

Neste mesmo contexto, o Tocantins precisa avançar no investimento de P&D. Estudos mostram a relação de dispêndios dos governos estaduais em

P&D em relação à receita total dos estados, 2000-2008. Observou-se que o Tocantins investiu em 2008 0,07% de sua receita total, o que proporcionalmente o coloca, em antepenúltimo lugar dentre os estados da região norte, estando à frente apenas de Rondônia e Roraima.

Os grandes desafios a serem enfrentados para consolidação da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e no Tocantins são os seguintes:

- Dar continuidade ao processo de ampliação e aperfeiçoamento das ações em CT&I, tornando-as políticas públicas de Estado;
- Expandir com qualidade e melhorar a distribuição geográfica da ciência, contribuindo para o avanço da fronteira do conhecimento;
- Tornar a Ciência, Tecnologia e Inovação componentes do desenvolvimento sustentável, com atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e incorporação dos avanços nas políticas públicas;
- Intensificar ações e iniciativas de CT&I para o grande público;
- Melhorar o ensino de ciência nas escolas e atrair mais jovens para as carreiras científicas.

O Estado implantou, nos últimos anos, um sistema universitário de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, a exemplos da Universidade Federal do Tocantins, a Fundação Universidade do Tocantins, o Centro Universitário de Gurupi, dentre outras instituições de ensino e pesquisa privadas. O desafio, agora, é ampliar, consolidar e criar condições para que atividades inovadoras que atendam as demandas dos diferentes setores da sociedade fortaleçam a competitividade das empresas.

Entre universidade, empresa e sociedade cabe criar camadas intermediárias – parques tecnológicos, centros de inovação, redes de extensão tecnológica, incubadoras de empresas, incubadoras sociais, institutos tecnológicos – estimuladas por políticas públicas.

No Estado do Tocantins, de acordo com os dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECT, atualmente há cerca de 350 doutores e 721 mestres, atuando nas instituições de ensino e pesquisa no Estado. Sendo que destes, 167 pesquisadores estão inseridos em programas em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Segundo a análise georeferencial realizada pela CAPES, o Estado do Tocantins está classificado no último nível de todos os indicadores monitorados, a saber: Concessão de bolsas da pós-graduação (2003 a 2010); Distribuição de Bolsistas da Capes no Exterior (1998 a 2010); Distribuição de discentes; Distribuição de programas de pós-graduação (o Estado tem menos de 4 programas com avaliação 4, em que a nota máxima é 7); Distribuição de docentes; Acesso ao Portal de Periódicos; Articulações de cursos e pólos UAB (Universidade Aberta do Brasil – em 2008) e Distribuição de cursos UAB. Além disso, o Estado do Tocantins possui em torno de 20 patentes depositadas, o que significa que o Estado tem uma média inferior a um depósito por ano, desde a sua criação.

Embora o Estado do Tocantins faça parte da rede norte e nacional de ciência, tecnologia e inovação, evidencia-se a baixa produção científica, bem como reduzida sensibilização e conscientização por parte da sociedade civil quanto aos benefícios gerados pela produção científica.

Para reverter à situação corrente, em 31 de março de 2011, foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT com a missão de amparar a pesquisa científica, nas diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de fomentar e incentivar a busca dos conhecimentos científico e tecnológico, assim como sua aplicação no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado. Desta forma, a FAPT pretende atuar no desenvolvimento de redes colaborativas, na articulação e na captação de recursos, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento contínuo e sustentável da CT&I no Estado.

Para tanto, a FAPT tem como seus princípios e valores o compromisso social, a autonomia, a universalidade, o desenvolvimento regional, a excelência e a ética. Além de induzir e fomentar a pesquisa científica e a inovação no Estado atuará efetivamente na divulgação, difusão e popularização da CT&I.

As oportunidades para o desenvolvimento CT&I do Estado estão diretamente associadas às riquezas naturais (biodiversidade, aquicultura, agropecuária, minérios etc.) da região e à sua vocação logística. A estratégia da FAPT é atuar como um articulador entre instituições de ensino, pesquisa, agências de fomento, governo e empresas da iniciativa privada, por meio de projetos e com investimentos no capital humano do Estado.

Observa-se também que cultura é conhecimento e para tanto a cultura é dinâmica e, como mecanismo adaptativo e cumulativo sofre mudanças. Traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades distintas nas diferentes sociedades, permitida por meio de invenção ou introdução de novos conceitos, da difusão de conceitos a partir de outras culturas e de descobertas da própria sociedade, que revela algo desconhecido.

Há naturalmente a resistência na mudança cultural, visto que os aspectos da vida cultural estão ligados entre si, o que no todo representa uma vantagem, no sentido de que somente modificações realmente proveitosas e, que sejam por isso inevitáveis, serão adotadas, evitando o esforço da sociedade em adotar um novo conceito e depois rejeitá-lo.

Neste momento, em que paramos para pensar na cultura do povo e, para o povo tocaninense, se torna necessário um olhar diferenciado sobre o processo de produção e difusão dessa cultura, partindo da realização de um diagnóstico da nossa arte, do nosso fazer cultural, das manifestações e crenças, onde a cultura necessita ser enxergada de forma simbólica, econômica e cidadã, nos impondo de forma clara a necessidade de promover a mudança na gestão das políticas públicas para a cultura, partindo do conhecimento empírico e científico do universo cultural do Estado do Tocantins, por meio de dados estatísticos e sociais.

Neste contexto, de forma objetiva, apresentamos a interpretação da realidade em várias áreas da cultura tocaninense. As oportunidades e os

desafios da mudança necessária, principalmente, nas transformações que pretendemos em médio prazo, a partir do enfrentamento dos desafios impostos, considerados. Estas mudanças só são possíveis a partir de um diagnóstico minucioso do quadro que temos hoje, e do esforço governamental na promoção de um novo modelo de gestão para a cultura, uma política cultural.

Produção cultural no segmento das *artes cênicas* no Estado do Tocantins mostra-se concentrada em Palmas. Embora existam alguns poucos grupos em outros municípios, estes tem uma maior dificuldade de manutenção de suas atividades e mesmo de crescer profissionalmente, uma vez que as oportunidades são muito menores e até mesmo inexistentes nessas localidades. As dificuldades devido às distâncias, a falta de espaços físicos (equipamentos culturais) e a falta de incentivo provocou a diminuição, e em determinados casos o desaparecimento da atividade artística em alguns municípios do interior, sendo um dos fatores responsáveis pelos baixos índices em que se encontra o Tocantins, segundo pesquisa do IBGE/MinC 2010.

Apesar das dificuldades elencadas, o Estado tem grupos de teatro e de dança com mais de 20 anos de atividade, com participação em turnês nacionais e relevantes produções que contribuem para o fortalecimento da atividade artística tocaninense. Por outro lado, o Tocantins, principalmente na capital, conta com grupos com formação mais recentes, com produções de alta qualidade e participação em festivais nacionais, representando o Estado. Os artistas do segmento de circo entenda-se, palhaços, malabaristas, mágicos, entre outros, que também exercitam sua arte sem lona, no palco ou em meio ao público, desempenham um importante papel na educação através da ludicidade, do entretenimento e das atividades físicas decorrentes de suas produções. Mesmo com tamanha importância, os artistas desse segmento, aqui no Tocantins, são carentes e necessitam de investimentos e incentivos para garantir a continuidade de seus trabalhos.

Produção cultural no segmento das *artes cênicas* no Estado do Tocantins mostra-se concentrada em Palmas. Embora existam alguns poucos grupos em outros municípios, estes tem uma maior dificuldade de manutenção de suas atividades e mesmo de crescer profissionalmente, uma vez que as oportunidades são muito menores e até mesmo inexistentes nessas localidades. As dificuldades devido às distâncias, a falta de espaços físicos (equipamentos culturais) e a falta de incentivo provocou a diminuição, e em determinados casos o desaparecimento da atividade artística em alguns municípios do interior, sendo um dos fatores responsáveis pelos baixos índices em que se encontra o Tocantins, segundo pesquisa do IBGE/MinC 2010.

Apesar das dificuldades elencadas, o Estado tem grupos de teatro e de dança com mais de 20 anos de atividade, com participação em turnês nacionais e relevantes produções que contribuem para o fortalecimento da atividade artística tocaninense. Por outro lado, o Tocantins, principalmente na capital, conta com grupos com formação mais recentes, com produções de alta qualidade e participação em festivais nacionais, representando o Estado.

O segmento artes visuais no Estado do Tocantins é composto por artistas de várias partes do País, observando-se a influência do nordeste e do centro-oeste acentuada. Mais da metade destes artistas residem na Capital, Palmas, mas existem núcleos produtivos em todas as macro-regiões e agentes atuantes em vários municípios do interior do Estado. Resultando em diversidade de expressões e linguagens, técnicas e estilos, e apresentando autores com participação e destaque em Salões de Arte Nacionais, Prêmios e circulação de exposições individuais e coletivas em outros Estados da Federação, bem como em países estrangeiros, fazem parte da história das artes visuais no Tocantins. No entanto, verifica-se o decréscimo da produtividade nos últimos anos, conforme observação que mostra a posição do Tocantins em relação à oferta de exposições de fotografia, por exemplo, o que pode ser observado durante o Fórum Estadual de Cultura (junho de 2011) realizado pela Secretaria Estadual de Cultura do Tocantins, pode-se observar um grande número de artistas reconhecidos que interromperam a produção artística por falta de condições de trabalho. Atualmente a organização civil é representada por uma Associação de abrangência Estadual, juridicamente constituída.

A ausência de espaços físicos adequados para receber exposições de arte (equipamentos culturais) é uma das principais demandas do segmento e vincula-se ao acesso e à difusão da produção cultural. Atualmente, em todo o Estado do Tocantins, há cerca de cinco galerias e/ou espaços adequados para a realização de exposições, sendo três em Palmas e as outras duas em municípios-pólos da Região Norte e Sul do Estado (Araguaína e Gurupi), agravando assim a dificuldade de manutenção de suas atividades e mesmo de se desenvolverem profissionalmente.

A falta de incentivo provocou uma diminuição drástica e em muitos casos o desaparecimento e enfraquecimento da atividade em alguns municípios do interior, justificando assim os baixos índices em que se encontra o Tocantins, no segmento das artes visuais segundo o IBGE- 2009/2010, onde aparecemos, reforçamos, em 21º, entre os Estado brasileiros, em escolas, oficinas ou cursos na área de artes, 25º em municípios que realizam exposições de artes visuais e fotografias, 24º lugar em município com grupos de pintura e desenho, e 27º (último lugar) em oferta de cursos superiores de artes visuais.

Com relação à literatura no Tocantins, a arte literária se apresenta dentro da evolução geral de crescimento brasileiro, com boa melhoria na diminuição da taxa de analfabetismo, o que mostra uma evolução no habito da leitura, contudo, estes índices percentuais ainda precisam melhorar e há ainda muito a ser alcançados. Basta vermos a evolução da taxa de analfabetismo na região norte do país, por exemplo, e compará-la com o mesmo período no Tocantins. No Estado embora este índice tenha caído na escala, ainda não foi o suficiente, pois, o índice está mais alto que o da taxa da região norte,

É, pois no clarear das luzes e olhares diversos que devemos lançar ofícios e ações dispostas ao crescimento oportuno do elevado número de escritores e gêneros literário no Estado, que hoje contam com nove (09) Academias de Letras, que ainda pouco tem de trabalho/incentivo feitos, por falta de apoio dos condutores regionais da política pública e de estruturação do

campo da literatura e da cultura em geral no Estado. Faltam investimentos no artista da literatura, faltam ofertas de oficinas e cursos de qualificação que possa promover a dinâmica da arte de escrever.

Na área do patrimônio histórico no Estado do Tocantins, que teve sua origem no século XVIII, período do seu povoamento, podemos afirmar que há a grande necessidade de ações pontuais para a preservação destes bens, pois cidades como Almas, Arraias, Dianópolis, Monte do Carmo, Natividade, Paranã, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional, Taguatinga, Tocantinópolis e outras, possuem valiosos conjuntos urbanos, sítios de valor histórico e arqueológico imensuráveis, formas de expressão e modos de criar, fazer e viver que expressam a identidade do povo tocantinense de grande valor histórico. E grande parte desse patrimônio encontra-se em um processo acelerado de descaracterização e perda.

No que se refere aos museus no Tocantins, apenas 4,32% dos municípios contam com estes equipamentos culturais, ocupando, portanto em relação aos outros Estados da federação, uma posição incômoda de destaque – 26º lugar no país, enquanto que nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, cerca de 40% dos municípios declararam ter o equipamento. Citamos como exemplo a região do Pará com franco desenvolvimento na área de Museus (39) e que apresentam semelhanças com o Estado do Tocantins no que se refere a números populacionais e quantidade de municípios.

Estes dados são comprovados no anuário de estatísticas culturais 2010 (MINC), na área que se refere aos museus, que aponta a região norte do país como a menos desenvolvida e, o Estado do Tocantins também, passando para 12 em 2011, entre museus públicos e privados, o que mostra uma evolução deste tipo de equipamento cultural, no entanto, enfrentam grandes problemas no que se refere à questão estrutural, manutenção física e material humano, pois todos se encontram com infra-estruturas comprometidas. Os museus da Capital encontram-se fechados, necessitando de reparos e manutenção para o desenvolvimento das ações museais, apontando então, de forma clara, a falta de investimentos no setor, sendo necessárias iniciativas que promovam o desenvolvimento de políticas públicas permanentes e autônomas na criação e manutenção destes equipamentos.

Nos últimos anos os investimentos do Governo Federal possibilitaram uma melhoria no campo museal tocantinense, onde o IBRAM ampliou consideravelmente seu investimento no campo, passando de R\$ 25 milhões aplicados em 2002, em todo o Brasil, para um montante de R\$ 119 milhões em 2009 – através de editais de Modernização e Implantação de Museus, promovendo a recuperação de estruturas de unidades museológicas e criação de mais espaços em municípios que não possuíam museus. O Tocantins foi contemplado através destes programas, e implantou neste período, com recursos próprios e por convênios, vários equipamentos, como o Museu Histórico do Tocantins, o Museu Histórico de Natividade (DEMU/IPHAN), e o 1º Museu Indígena no município de Formoso do Araguaia, promovendo ainda, modernização do Memorial Coluna Prestes, em Palmas-TO em 2009.

As manifestações da Cultura Popular Tradicional são as principais referências para construção da identidade cultural do Estado do Tocantins. A Sussa, Tambor, Dança da Jiquitaia, Catira, Capoeira, festas juninas e manifestações carnavalescas, são elementos importantes na constituição de nossa identidade social, além disso, guardam em suas simbologias valores que nos são caros e inspiram o sentimento de pertencimento a este lugar. Essas tradições guardam contribuições da cultura negra, indígena e européia. São guardiãs de ricas memórias e saberes populares. A preservação, valorização e popularização destes matizes enriquecem nosso perfil cultural, e garante às gerações futuras o acesso a esse patrimônio da cultura imaterial do Estado do Tocantins.

A diversidade é a principal característica da cultura do Estado do Tocantins. O Estado vem de uma emancipação política e territorial, e que hora passa por um processo intenso de migração. Assim, faz-se necessário o levantamento (identificação), proteção e divulgação de suas referências, grupos populares (sússia, catira, quadrilha junina, capoeira, lindo, Roda de São Gonçalo, etc.) para consolidar a sua identidade cultural. Mapear e identificar esses grupos populares são o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas de valorização e fortalecimento da cultura popular do Tocantins

No universo indígena qualquer atividade é interligada a terra e o ambiente, desde seus saberes, sua arte, cantos, danças, os trançados, grafismos, rituais e organização são dotados de valores simbólicos, que garante a continuidade da sua organização como povo e a identidade cultural. Seus artefatos tão desejados e que fazem tanto sucesso no exterior, perdem valor no seu país de origem, o Brasil, cuja sociedade ainda tem pouco conhecimento e interesse em conhecer mais sobre os atores que construíram a cultura brasileira e tem um olhar sobre a produção indígena como “artesanatos” de valor irrisório. Desconsiderando o processo da produção desde a técnica, ao conhecimento aplicado na sua produção e o valor simbólico para o povo que o produz.

Sem a terra o povo indígena está exposto à perda da sua língua, conhecimentos, tradições e produtividade que garante a identidade cultural. No Tocantins existem 09 povos, sendo que apenas 07 vivem em seu próprio território (Karajá, Javaé, Xerente, Krahô, Apinayé, Krahô-Kanela e Xambioá) e 02 sem território (Pankararu e Aticum). Estes últimos, expulsos de suas terras no sertão da Bahia e Pernambuco, por fazendeiros, migraram para a região do Tocantins, antes da criação do Estado, em busca de melhores condições de vida, contudo a falta de terra tem fragilizado sua identidade e impedindo que sejam respeitados como tais, não podendo praticar seus rituais como os Encantados, e produzirem o algodão usado para fiar, tecer as redes e tapeçarias que comercializados, garante a renda familiar e contribuem na economia da região.

Além dos povos originários, soma-se a estes, os estudantes indígenas oriundos de outros Estados, que nos últimos cinco anos têm se deslocado para o Tocantins em busca da formação acadêmica oferecida pela UFT. No entanto, muitos estão retornando às suas aldeias devido à dificuldade de permanência e manutenção com alimentação, transporte e material didático já que não possuem nenhum tipo de sustento econômico. No entanto, nos dois últimos

anos, o movimento migratório de estudantes indígenas para o Tocantins vem diminuindo, pois outros Estados já investem em formação superior para indígenas, e promovem a sua permanência em seu lugar de origem.

Estes dados colocam o Tocantins como um Estado de raízes indígenas, com uma população que já chegou a ser de mais de doze mil indivíduos, conforme o Diagnóstico da População Indígena no Brasil, realizado pela pesquisadora Marta Maria Azevedo, fonte FUNAI 1991, 2000.

Infelizmente, a localização geográfica do território de cada povo existente no Tocantins os mantém longe da capital, onde transitam turistas e pesquisadores interessados em conhecer mais sobre essa cultura. Porém não existem espaços específicos para a divulgação de sua cultura, exposição e venda de seus produtos, o que requer a construção de centros culturais nos municípios que abrangem as reservas indígenas, promovendo um intercâmbio permanente entre as duas sociedades, estimulando a convivência para minimizar os estereótipos, contribuindo para o ensino/aprendizagem, a pesquisa, o turismo, o lazer e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável.

No Estado do Tocantins apenas o povo Xerente conseguiu construir e instalar seu espaço de cultura, onde desenvolvem atividades culturais. Na capital, Palmas, infelizmente, ainda não existe nenhum espaço que atenda a essa demanda, que é solicitado pelos indígenas, ansiosos em divulgar sua cultura e comercializarem seus produtos.

Os povos Apinayé, Krahô, e Xambioá vivem no norte do estado e enfrentam sérios problemas com a saúde ocasionando nos últimos anos com a mortalidade infantil nos Apinayé, por falta de infra-estrutura nas aldeias, médicos, transportes, manutenção das estradas internas das reservas que são arenosas dificultando o acesso, acrescentado a isso a pouca produtividade agrícola, principalmente no período de estio das chuvas quando nada podem produzir. Os Apinayé sobrevivem da coleta de coco de babaçu, frutos silvestres, roça de subsistência e alguns do funcionalismo público. A produção de artesanatos com sementes por não ser divulgada os inibe de produzirem em quantidade que atenda a procura. Já os Krahô convivem ainda com a parca existência de peixes e caças, situação que se agrava no período em que não ocorrem as chuvas. Este contexto vem contribuindo para aumentar o índice de envolvimento com o alcoolismo, gerando inclusive conflitos internos. É reconhecido como o povo que mais conserva suas práticas e costumes culturais no Tocantins, assegurado pela língua falada, realização das festas e rituais, organização social e política bem definida. Seus artefatos utilizados nos rituais e artesanatos são produzidos com sementes silvestres, fibras de palmeiras nativas e trançado nos teares, confeccionando bolsas e cestos para utilização doméstica. As mulheres também confeccionam, com pequeníssimas sementes chamadas de tiririca, adornos femininos e masculinos com desenhos geométricos e cores que estão diretamente ligados a natureza onde estão inseridos, sua origem e organização tribal. No entanto, a produtividade é muito reduzida em razão das dificuldades para a coleta, confecção, divulgação e comercialização dentro do valor adequado para cada peça.

O povo Xambioá vive numa reserva pequena cercada de grandes fazendas e a margem do rio. No período de chuvas o rio enche e adentra as aldeias deixando-os ilhados com sérios problemas de saúde, alimentação e comunicação, pois as estradas de acesso são particulares e ficam quase que intransponíveis, dispõe apenas do rio e da ajuda da FUNAI para acessarem a cidade mais próxima. A convivência com a cidade influenciou na perda da língua falada e abandono das praticas culturais como o ritual do Hetohoky. Atualmente a língua tradicional está sendo recuperada através da escola, sendo perceptível que alguns jovens já conseguem se expressar e conversar com os mais velhos, que detêm os conhecimentos tradicionais. Não produzem mais a cerâmica e nem os artefatos que caracteriza a cultura Iny. Portanto, se faz necessário promover oficinas de recuperação da produção artesanal, práticas de seus rituais e apoiá-los na inserção de seus produtos no mercado.

As necessidades que dificultam os povos indígenas do Tocantins na preservação de sua cultura está em elaborem e gerenciarem projetos culturais e de sustentabilidade, do estímulo para melhorar a produção artesanal, de investimentos em equipamentos adequados aos tipos de produtos de cada comunidade, da criação de selo de qualidade para seus produtos, de oficinas de coleta e manejo das sementes nativas para confecção de artesanato, de oficinas de capacitação de compreensão e habilidade do mecanismo de funcionamento do mercado e da produção.

Já em relação ao Povo Quilombola, desde a regulamentação do decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, órgão do Governo Federal responsável pela formalização da existência das comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania; mais de 1.700 (um mil e setecentos) comunidades distribuídas pelo território nacional foram certificadas como remanescentes de quilombo, conforme critério de auto atribuição. Destas, 29 (vinte e nove) estão localizadas no Estado do Tocantins.

As comunidades quilombolas apresentam uma serie de problemas, como a falta de infra estrutura básica, saneamento básico, acesso a saúde, educação e moradia. Sem falar no processo de perda de suas manifestações culturais tradicionais. Uma das grandes preocupações dos lideres quilombolas é sobre o grande aumento de consumo de bebidas alcoólicas por parte dos jovens que moram nas comunidades. Segundo relato dos moradores, um dos motivos para este acontecimento é o fato de as comunidades não possuírem um espaço para desenvolver atividades que possam levar os jovens a terem uma perspectiva de vida, evitando o uso de álcool e de demais substancias alucinógenas.

Apesar do grande número de comunidades reconhecidas no Tocantins, ainda não se tem um mapeamento e diagnóstico da realidade dessas comunidades: suas manifestações culturais, seus saberes e fazeres, suas organizações sociais, as formas com se relacionam com sociedade circundante e vice versa.

Um mapeamento e diagnóstico é imprescindível para possibilitar o desenvolvimento de políticas culturais que possam valorizar e fortalecer a cultura quilombola do Estado de acordo com as peculiaridades de cada comunidade.

Apenas 01 (uma) comunidade conta com um centro cultural ou casa de cultura, local onde são realizadas suas assembléias, onde recebem visitantes e realizam suas atividades culturais.

Os centros culturais são espaços de suma importância para comunidades quilombolas, pois, nos mesmos podem realizar oficinas de transmissão de saberes tradicionais e oficinas em diversas áreas, sejam elas: capacitação para elaboração de projetos culturais, qualificação na produção artesanal, guarda de objetos que representam o processo de formação da comunidade como preservação da memória do grupo. Além de serem utilizados como um local para a implantação de centros de inclusão digital.

Sobre a juventude e a prática de esportes, sabe-se que a juventude é uma etapa da vida cheia de desafios e descobertas. Um momento onde será decidido o futuro de sua vida e a que caminho seguir. Falta de uma oportunidade poderá resultar num desvio que talvez leve a um caminho sem volta e que poderá comprometer o resto da vida.

Jovens são milhões no Brasil e milhares no Tocantins. A população jovem nunca foi tão numerosa, conforme apresentado em estudo da Secretaria da Juventude no ano de 2009, são mais de 350 mil jovens entre 15 e 29 anos de idade. Os desafios principais para a juventude se relacionam com o acesso a educação, inclusão digital, capacitação profissional e iniciativas que ampliem horizontes trazendo novas perspectiva de vida.

Em pesquisa realizada pela Secretaria da Juventude em 2009, 4,3% da população jovem do Estado possui nível superior completo; 10,2% superior incompleto, 18% o ensino médio completo, 33,3% médio incompleto, desses 85% estudaram ou estudam em escola pública.

A sociedade contemporânea tem como características: o espaço, o tempo (marcado fundamentalmente pelo fato social) e a individualização (sujeito busca a satisfação dos seus desejos, sua segurança e proteção). Essa multiplicidade de fatores favorece a competição, o consumo de todo tipo de produtos e serviços e a perda do sentido de solidariedade e de alteridade. Esse fato contribui para que a cidade trace uma fronteira simbólica dividindo o espaço urbano em áreas espetaculares e áreas segregadas, criando mundos heterogêneos - ocupados por grupos sociais diferentes, de acordo com imagens construídas socialmente - e contribuindo para o surgimento de um estado constante de tensão propicia à violência. A violência, embora não seja uma forma específica de expressão na sociedade contemporânea, encontra na atualidade, dispositivos, ancorados na facilidade de comunicação, para que seja motivada e facilitada. O jovem disponível para experimentar novas situações e aventuras, forma o grupo mais vulnerável à violência (vítima) e ocupa o lugar de agressor (culpado). Assim é destacado pela mídia, pela sociedade civil, políticas públicas, sistema de controle e repressão.

Portanto, discutir violência juvenil na sociedade contemporânea exige uma contextualização e uma análise cuidadosa desse grupo social.

O tema que articula juventude, violência e drogas tem lugar destacado nos diferentes programas informativos, fazendo parte de um cenário urbano. A difusão dessas notícias, na maioria das vezes, é associada à imagem negativa, contribuindo para formar uma opinião estereotipada e uma relação, quase imediata, entre a juventude que, sob o efeito de drogas ou em busca de droga, provoca violência nos grandes centros urbanos. Embora esse cenário seja organizado num marco de referência global, no Brasil como em vários outros países, especialmente aqueles considerados do terceiro mundo, os jovens violentos que se relacionam com drogas são caracterizados como aqueles que se agrupam em gangues, galeras, etc. e reconhecidos como provocadores. Porém, esses jovens são vítimas de uma organização social que favorece a formação desses grupos, como forma de identificação dos indivíduos, em busca de alternativas para solucionar problemas vitais, como as relações familiares e sociais, os valores culturais e morais.

O Governo do Estado entende que é com a atenção ao jovem e a busca por projetos e ações que possam promover o desenvolvimento sadio da juventude que poderemos desenvolver uma nova perspectiva para o futuro do Estado.

EIXO GESTÃO PÚBLICA E ESTADO

► **Macrodesafio da Gestão pública:** promover a modernização da gestão, a implantação da cultura orientada para resultado, a integração, transversalidade, desconcentração das ações de governo e a qualificação dos serviços prestados.

Diversos fatores têm contribuído para colocar o tema da melhoria da gestão pública na agenda de mudanças da sociedade e dos governos. No Tocantins não é diferente. As transformações tecnológicas, sobretudo no campo da informação têm fomentado a insatisfação dos cidadãos com os serviços públicos e pressionado fortemente a administração pública para o uso eficiente dos recursos públicos, exigindo capacidade para combinar formas de agir e encontrar meios para responder às demandas atuais e futuras.

O fortalecimento da gestão pública é, pois, o pilar fundamental para a indução do desenvolvimento, redução das desigualdades sociais e erradicação da pobreza. Significa a recuperação da capacidade do Estado para implementação das políticas públicas.

O Estado do Tocantins tem buscado recentemente melhorar a eficiência da gestão pública através de implantação de mudanças institucionais, fortalecimento do planejamento, adequação das estruturas administrativas, adequação de processos de trabalho e procedimentos de coordenação no âmbito da gestão pública para corresponder às necessidades das políticas

públicas do Estado. Tem avançado no desenvolvimento de uma política de recursos humanos pautada pela democratização das relações de trabalho, pela profissionalização do serviço público e pela valorização do funcionalismo, compreendido como principal ativo da função pública e acreditando que qualificar o servidor significa qualificar a ação pública.

Também tem empreendido esforços para ampliar o acesso da população às informações e promover espaços de participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas. É imperativo associar o conceito de gestão à ampliação dos canais de atendimento ao cidadão, fato que implica desenvolver novos arranjos suficientes para prestar mais e melhores serviços públicos.

Associado a isso, o Estado busca manter uma atitude de cooperação, no enfrentando a fragilidade institucional dos municípios mais vulneráveis, dotando-os de mecanismos e capacidades adequadas para o atendimento dos anseios da sociedade.

Os desafios do Estado não são poucos para os próximos anos e as transformações sociais exigem cada vez mais do Estado a garantia do bem-estar de todos. Para superar esses desafios é indispensável adotar mecanismos para a busca continuada da qualidade do gasto, de forma que ele esteja apto a promover e induzir a entrega de bens e serviços à sociedade, além de gerar mais e melhores oportunidades a toda a população.

O Governo do Estado do Tocantins está promovendo a modernização de sua gestão com a implantação da cultura orientada para resultados. Este escopo inclui também a integração horizontal e vertical dos entes institucionais e a sociedade civil organizada (transversalidade), a desconcentração das ações e a qualificação dos serviços prestados, para evitar situações que geram ineficiência e ineficácia das ações governamentais, como a descontinuidade, a sobreposição e, principalmente, a ausência de políticas públicas estratégicas. Desta forma, torna-se necessária a redefinição de ações de natureza estratégica, ao mesmo tempo em que precisa supervisioná-las, coordená-las e acompanhá-las, assegurando a coerência entre a formulação e a execução das políticas públicas com os objetivos e metas dos programas e projetos estratégicos, bem como a identificação das restrições e as dificuldades encontradas na sua execução e a proposição de soluções.

As regiões-alvo, citadas no objetivo desconcentração administrativa, são constituídas por municípios com características sociais, econômicas e ambientais semelhantes ou complementares, situados no entorno de um município selecionado com base em critérios pré-estabelecidos ou na área de influência da Ferrovia Norte-Sul. Como os municípios desenvolvem atividades produtivas comuns, há potencialidade de convergência para transformar aquelas regiões em pólos de desenvolvimento industrial e agroindustrial sustentáveis.

Na abordagem de realidades econômicas e sociais diversas, buscam-se soluções concretas para problemas concretos, através do desenvolvimento equilibrado entre as regiões e da eliminação de assimetrias inter-regionais, garantindo-se um desenvolvimento sustentável, verificável em indicadores sociais, econômicos, financeiros, tecnológicos e ambientais apropriados. Será dado tratamento adequado às desigualdades regionais e seus desdobramentos ao nível urbano, bem como à problemática ambiental, combinando ações de curto, médio e longo prazo.

As políticas públicas voltadas para as regiões-alvo serão formuladas para satisfazer as demandas sociais e econômicas dos diversos atores, levando-se em conta suas potencialidades, disponibilidade de recursos e outras restrições. Trata-se, portanto, de regionalizar o desenvolvimento, focando a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão regional.

O estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPP) é uma forma de garantir uma moderna gestão dos distritos industriais a serem implantados nas adjacências dos pátios multimodais, assegurando qualidade e eficiência na oferta de serviços de logística e no cumprimento de outras funções econômicas e sociais que correspondam às expectativas dos atores envolvidos no processo. Tem-se em vista que na atualidade, atingir competitividade empresarial é uma necessidade para a conquista de espaços num mercado altamente globalizado e competitivo em termos de custos e qualidade. É sabido que a logística enquanto poderosa ferramenta gerencial tem um profundo reflexo na rentabilidade empresarial, possibilitando a maximização dos benefícios dos empreendimentos. Os impactos positivos em termos macroeconômicos para o desenvolvimento regional e seus desdobramentos ao nível social, são evidentes nos locais onde ocorreram semelhantes experiências.

Dado o grau de complexidade das iniciativas previstas, caracterizado pela exigência de detalhamento dos respectivos componentes, será necessária a contratação de serviços de consultorias especializadas.

Os governos estaduais estão participando cada vez mais na direção da gestão da modernização, tecnologia e informação. Com isso surge a necessidade de consolidar a dispersão das atividades de processamento eletrônico de dados na administração pública e de adotar uma política racional para as novas aquisições ou locações, a fim de evitar superposições, ociosidade e mau dimensionamento desses recursos no setor público.

Para o bom funcionamento da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos governos estaduais é preciso equacionar alguns gargalos, tais como:

- Descentralização da gestão da TI;
- Pulverização dos investimentos de TI, o que acarreta o aumento dos custos e da diversidade de padrões, bem como diminui a eficiência das aquisições, por perda do volume de compra e, conseqüentemente, a capacidade de melhor negociação;
- Ausência de gestão de recursos nas áreas de atuação de pessoal, processos, parceiros, serviços e tecnologia;

- Ausência de gestão de desempenho e de riscos;
- Informações não organizadas, não integradas e não qualificadas para atender o processo decisório da Administração Pública, e pouco contribuindo para planejar, acompanhar e avaliar as políticas públicas;
- As informações que subsidiam parte dos processos operacionais, pouco ou nada atendem às necessidades gerenciais e estratégicas;
- As informações não estão organizadas e formatadas para atender ao cidadão;
- Deficiências na gestão dos equipamentos e produtos de TI disponíveis nos órgãos e entidades de Governo;
- Falta de padrões dos recursos de informação e de tecnologia da informação, no âmbito de Governo;
- Sistemas informatizados corporativos focados no cumprimento das obrigações do órgão, pouco contribuindo para o ambiente informacional do estado;
- Falta de alinhamento estratégico. Pela ausência de um Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Informação e Comunicação;

Estes problemas se minimizara, quando alterado o enfoque da TIC dos órgãos isolados para uma visão do Estado como um todo e alinhando as ações de Tecnologia da Informação e Comunicação com o Plano Estratégico do Governo, visando assim alcançar sucesso por meio da excelência em seus processos internos, capazes de gerar benefícios para os usuários e para as partes interessadas, garantindo assim o cumprimento da sua missão.

Atualmente a maioria dos órgãos da administração pública apresenta um quadro de deficiências nas equipes responsáveis pela elaboração, acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e ações de sua responsabilidade.

Para enfrentar as deficiências acima anotadas, racionalizar tanto o uso dos recursos materiais e humanos e aumentar a eficiência são necessárias iniciativas que corroboram para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. Dentre o conjunto de iniciativas geradoras de ativos que proporcionarão tais mudanças, estão:

- Produzir informações que permita aprofundar o conhecimento da realidade social, econômica e ambiental do Estado, como condição necessária para subsidiar um processo de planejamento ancorado na realidade;
- Fornecer elementos para o acompanhamento e avaliação das ações governamentais e, suprir a demanda da sociedade por informação consistente e de qualidade;

- Subsidiar as áreas de Planejamento e Orçamento com as informações necessárias para o cumprimento de suas missões institucionais e construção de indicadores sociais e econômicos;
- Promover o intercâmbio de informações estatísticas e geográficas entre os órgãos/entidades integrantes do Sistema;
- Viabilizar a qualificação periódica e o treinamento dos técnicos da administração direta e indireta com atividades de produção, tratamento e análise da informação geográfica ou estatística e de alimentação do sistema.

Nesta perspectiva, o Sistema Estadual de Informação para o Planejamento produzirá as informações para subsidiar o Planejamento e Governo de forma constante e atualizada, através da alimentação simultânea de dados de todas as áreas sociais e econômicas do Estado.

O ordenamento territorial é “expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz” (Carta Européia de Ordenamento Territorial, 1983, citada na Política Nacional de Ordenamento Territorial, 2006). Em nível nacional, a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (BRASIL, 2006), baseada na Constituição Federal de 1988, é exercida por um conjunto de ações político-administrativas e de planejamento, acordadas entre os entes federados, para o uso sustentável dos recursos naturais e a adequada ocupação do território, em função de suas características biofísicas, socioeconômicas, culturais e político-institucionais.

No Tocantins, as atividades voltadas à gestão territorial, em termos de conhecimento dos recursos naturais, têm como marcos o Projeto Zoneamento Agroecológico (ZAE) do Tocantins, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Norte do Estado do Tocantins e o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). A partir do Projeto ZAE, o Governo obteve um nível mínimo de conhecimento integrado sistematizado sobre os recursos naturais do Estado, com a identificação das áreas para uso agropecuário e conservação ambiental em compartimentos mapeáveis até a escala 1:250.000, a partir da geração de novos produtos e o resgate de dados de projetos anteriores; permitiu também a estruturação inicial do Sistema Estadual Geográfico de Informações. O ZEE do Norte do Tocantins, subsidiou a geração de densa e inédita base georreferenciada de informações sobre os condicionantes físico-bióticos e as formas de uso desses recursos pela sociedade da Região Norte do Estado, em escala 1:250.000. Finalmente, no âmbito do PDRS estão sendo concluídos estudos de maior detalhe, em escala 1:100.000, sobre a cobertura vegetal natural, bem como sobre a dinâmica de uso das terras no Tocantins.

O Sistema Estadual de Informação Geográfica (SEIG) é o instrumento de gestão mais acessado pelo Governo, para apoiar a tomada de decisões. Equivale a uma base de dados vetoriais geoespaciais em escalas até

1:100.000, estruturada em sistema de informação geográfica, com informações cartográficas e temáticas sobre recursos naturais, infraestrutura, limites políticos-administrativos, áreas de proteção natural, dentre outras. O SIEG tem permitido ao longo dos anos vários estudos de cunho estadual, regional e local para o planejamento estadual e municipal, destacando-se dentre uma série de produtos, o Atlas do Tocantins.

Todavia, apesar de tais avanços, persistem necessidades em nível estadual, de atualização e detalhamento de bases de dados para apoiar a definição de zonas ecológico-econômicas (nestas, exceto na Região Norte), definição de políticas de planejamento e gestão, apoio a empreendimentos privados, bem como licenciamento e monitoramento do uso da realidade biofísica, econômica e social, em atendimento às diretrizes legais federais. Outro desafio ao Estado será definir questões relativas à delimitação de suas fronteiras territoriais, em nível estadual e também municipal. Paralelamente, para suporte às demandas de ampliação, melhoria e disseminação pública de dados espaciais, fundamentais às estratégias de gestão territorial, devem ser empreendidos esforços para normatizar a produção cartográfica em conformidade com normas federais, bem como promover atualizações de recursos humanos e tecnológicos.

Nos últimos anos vários fatores concorreram para a mudança no comportamento da sociedade e dos poderes públicos, principalmente o poder executivo. Dentre os fatores estão a Constituição de 1988, entendida como “Constituição Cidadã”, a transformação do papel do Estado, a atuação de grupos de interesse e movimentos sociais e o desenvolvimento tecnológico estabeleceram um sistema de participação e pressão que culminou na criação de mecanismos para dar atendimento às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o Estado e instituições, inclusive, a uma maior demanda por transparência no setor público.

Nesse ambiente, a Comunicação Pública torna-se uma das idéias mais vigorosas, não apenas para aqueles que atuam no terceiro setor e no governo, mas também no setor político e até mesmo na área privada. A comunicação sabe-se, é energia que dá vida às organizações. No ambiente de interesse público, há responsabilidade maior do atendimento ao direito do cidadão de ter capacidade de agir em seu próprio interesse e na viabilização das demandas coletivas nas mais diversas áreas.

A Comunicação ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo.

Na esfera estadual, as informações estão agrupadas nas seguintes categorias:

a) institucionais: referem-se ao papel, responsabilidades e funcionamento das entidades do governo – o aparato relativo à estrutura, políticas, serviços, responsabilidades e funções dos agentes públicos, poderes, esferas governamentais, entes federativos, entidades, além dos direitos e

deveres do cidadão. O que esperar, onde buscar e reclamar de acordo com a missão de cada instituição.

b) de gestão: Informar ao cidadão e aos diferentes atores o que está acontecendo em temas relacionados a acordos, ações políticas, prioridades, debates e execução de ações.

c) de utilidade pública: sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações, Campanhas de vacinação, sinalização, causas sociais, informações sobre serviços à disposição do público e seu uso.

d) de prestação de contas: dizem respeito à explicação e esclarecimento sobre decisões políticas e uso de recursos públicos. Viabiliza o conhecimento, avaliação e fiscalização da ação do governo;

e) dados públicos: informações de controle do Estado e que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento. Exemplos: normas legais, estatísticas sobre as contas públicas do Estado, decisões judiciais, documentos históricos, legislação e normas.

Por seu compromisso com o interesse público e poder de ação, o governo deve ser o principal indutor da comunicação, e assumir o compromisso de promover uma gestão aberta, qualificando canais, meios e recursos que permitam a viabilização da comunicação de interesse público e o envolvimento de todos os interessados. Participação, claro, não necessariamente leva ao paraíso da convivência, mas mudanças necessárias, muitas vezes, têm mais chance de surgir da crise instalada com as exigências, cobranças, impasses e visões conflitantes presentes durante o debate, do que com o silêncio oriundo da omissão ou da desinformação.

O cidadão, no seu relacionamento com a estrutura pública, deve possuir informação consistente, rápida e adaptada às suas necessidades. Ele precisa saber quando pagar impostos, onde e quando buscar uma vacina, como discutir as políticas públicas, conhecer as mudanças na legislação, como usufruir de seus direitos e expressar sua opinião. Ele precisa ser atendido, orientado, ter possibilidade de falar e saber que é ouvido. Esse preceito deriva-se da própria Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 37, estabelece a publicidade como um dos princípios da administração pública, e que ela deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação sócia, para informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo estadual, ampliando a transparência e a prestação de contas.

PODER JUDICIÁRIO

EIXO: PODER JUDICIÁRIO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Macrodesafio da Prestação Jurisdicional: Consolidar-se como Poder Judiciário sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, seguro e respeitado pela sociedade.

Programas:

Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça

Modernização Tecnológica de Infraestrutura e Gestão de Recursos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins tem passado por diversas transformações, principalmente quanto ao aumento da demanda pela tutela jurisdicional, fato este que caracteriza um indicativo para a necessidade premente em oferecer acesso à justiça a todos, indistintamente, através de uma prestação de serviços com qualidade.

Como marco para o alcance deste objetivo primordial, a implantação do Processo Eletrônico foi iniciada e encontra-se em fase de implementação, para a qual são necessárias parametrizações nos sistemas, treinamentos, bem como adaptações das estruturas físicas e tecnológicas em todo o Poder Judiciário do Tocantins.

O direito fundamental do acesso à Justiça encontra-se sedimentado em nossa Constituição, incumbindo ao Estado à prestação de assistência jurídica integral aos necessitados (Art. 5º, LXXIV). Não obstante a garantia constitucional de acesso à justiça, observa-se, da análise social e factual da sociedade, que se trata de um direito estritamente formal, em decorrência dos inúmeros obstáculos e fatores que dificultam o acesso ao sistema jurídico. As dificuldades de acesso ao Judiciário são lembradas como inibidores da realização plena da cidadania. O desconhecimento dos direitos, por um lado, e a percepção de uma justiça vista como cara e lenta, de outro, afastam dos tribunais a maior parte da população (SADEK 2001) ¹.

¹ Boaventura de **Sousa** Santos destaca três fatores como responsáveis pela distância entre a massa de cidadãos e a justiça: “os cidadãos com poucos recursos tendem a conhecer pior os seus direitos e, portanto, a ter mais dificuldades em reconhecer um problema que os afeta como sendo problema jurídico; (...) mesmo reconhecendo o problema como jurídico, como violação de um direito, é necessário que a pessoa se disponha a interpor a ação. Os dados mostram que os indivíduos das classes mais baixas hesitam muito mais que os outros em recorrer aos tribunais mesmo quando reconhecem estar perante um problema legal; (...) quanto mais baixo é o estrato sócio-econômico do cidadão menos provável é que conheça advogado ou que tenha amigos que conheçam advogados, menos provável é que saiba onde, como e quando pode contratar o advogado, e maior é a distância geográfica entre o lugar onde vive e a zona da cidade onde se encontram os escritórios de advocacia e os tribunais.” (SANTOS, 1989, p. 49).

É imperativo ampliar o acesso das pessoas à prestação jurisdicional do Estado bem como uma resposta rápida e segura a esta demanda a partir do reconhecimento de que não há exercício de cidadania sem a possibilidade de funcionamento pleno desse serviço essencial.

Por meio da Resolução nº 021 de dezembro de 2009, foi instituído o planejamento estratégico Institucional do Judiciário Tocantinense para o período de 2010 a 2014 em observância a Resolução 70 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Obedecendo ao contido na Resolução do CNJ, buscando aliar o Planejamento Estratégico ao Plano Plurianual, e considerando a importância desse alinhamento para a organização, o planejamento estratégico deverá estar diretamente relacionado com a realização do PPA, ou seja, eles relacionam-se com os objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, contribuindo com a instituição de modo geral.

Sob esta ótica, o Poder Judiciário tem como missão “Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz”, sendo esta a essência da sua existência. A fim de orientar as soluções estratégicas para os desafios do Poder Judiciário, nos próximos quatro anos, tem-se por visão “consolidar-se como Tribunal de Justiça comprometido com a sua gestão estratégica, mais moderno, eficaz e respeitado pela sociedade.”

Na elaboração do Planejamento Estratégico, observou-se que, no Poder Judiciário, apesar de seu desenvolvimento e modernização, permanecem alguns desafios, como o aumento constante da demanda que torna cada vez mais difícil a redução da taxa de congestionamento (total de processos judiciais baixados, dividido pelo total de processos judiciais novos mais casos judiciais em tramitação); mas, no que pese as dificuldades, o Judiciário Tocantinense conta com Magistrados e Servidores comprometidos e conscientizados da importância de sua modernização.

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins; seguindo o modelo contido nas orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, o qual também está sendo utilizado pelo Governo Estadual, para direcionar os seus órgãos, bem como os poderes estatais; propõe o **Eixo Estruturante** “Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional”, cuja **área de resultado** é a sociedade e como **macrodesafio** será garantir a **Prestação Jurisdicional** e, para tal, deverá “consolidar-se como Poder Judiciário comprometido com a sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, seguro e respeitado pela sociedade” expresso em sua Visão. Com esta finalidade são apresentados dois **Programas Temáticos**, quais sejam:

- I) Eficiência e acesso ao sistema de justiça,
- II) Modernização tecnológica de infraestrutura e Gestão de Recursos.

Macrodesafio do Poder Judiciário é garantir a Prestação Jurisdicional e, para tal, deverá “Consolidar-se como Poder Judiciário comprometido com a sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, seguro e respeitado pela sociedade” que está expresso na visão de futuro.

A missão do Poder Judiciário é “garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz” por intermédio de uma prestação jurisdicional efetiva.

Neste contexto, a área de resultado do Poder Judiciário é a sociedade e o desafio maior é fornecer uma prestação jurisdicional eficaz.

Assim, para propiciar resultados para a sociedade visando prover uma prestação jurisdicional efetiva, o Poder Judiciário irá atuar nos seguintes segmentos:

Acesso à Justiça: Racionalizar e garantir o acesso à Justiça através da informatização dos processos, promoção de meio de solução conciliatória de conflitos e reestruturação organizacional.

Infraestrutura: Garantir estrutura física, tecnológica e gestão de recursos que dêem condições de uma boa prestação jurisdicional.

Programa Temático I: Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça

A Justiça Estadual está estruturada em dois graus de jurisdição. A primeira instância é composta por Juízes de Direito e a segunda instância composta por Desembargadores. Quanto a sua estrutura, o Poder Judiciário do Tocantins conta com 42 (quarenta e duas) Comarcas que assistem aos 139 municípios. Os Magistrados são em número de 143, sendo 131 Juízes de 1ª instância e 12 Desembargadores de 2ª instância, com quadro de 1.117 servidores efetivos, 32 cedidos, 42 requisitados e 389 sem vínculo efetivo (Base de dados do TJTO – 2010), totalizando, a força de trabalho do Poder Judiciário Tocantinense é 1.723 servidores.

Apresentam-se o desempenho de algumas variáveis importantes da Justiça Estadual Tocantinense.

Ano	PIB do Estado do Tocantins	Despesa Total da Justiça	Despesa da Justiça em relação ao PIB
2009	R\$ 13.752.577.746,00	R\$ 143.478.933,00	1,04%
2010	R\$ 15.867.580.746,00	R\$ 210.151.760,00	1,32%

Tabela 1.0 – Despesa Total da Justiça. Fonte: Justiça em números 2009-2010.

Em análise aos dados estatísticos, como demonstrado na tabela 1.0, observamos que, em relação à Despesa Total da Justiça, de 2009 para 2010, houve um crescimento de 46,5%, representando em 2010 1,32% do PIB do Estado do Tocantins. Ainda assim, as despesas em relação ao PIB aumentaram em apenas 0,26 pontos percentuais.

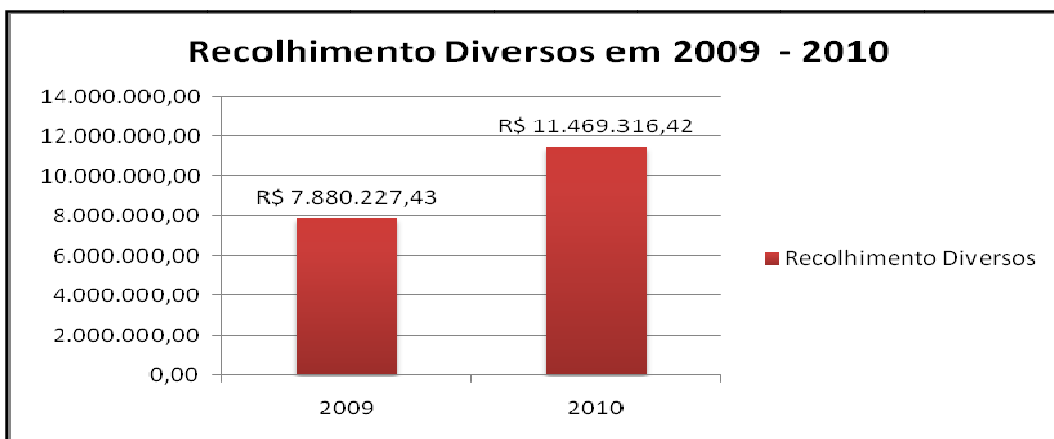


Gráfico 1.0 – Recolhimento Diversos. Fonte: Justiça em números 2009-2010

Em análise aos dados do gráfico 1.0, em 2010 foram arrecadados pelo Tribunal R\$ 11.469.316,42 em custas e recolhimento diversos. Destaca-se que houve um aumento da receita em relação a 2009 de 46%, em função do Projeto “Elevação da Arrecadação do FUNJURIS”. Com o incremento das receitas foi possível a realização das obras e adequação das unidades do Poder Judiciário.

Ano	Despesa Total da Justiça	Recolhimentos Diversos	Relação Despesa/Recolhimentos (em %)
2009	R\$ 143.478.933,00	7.880.227,43	5,49
2010	R\$ 210.151.760,00	11.469.316,42	5,46

Tabela 2.0 – Despesa Total da Justiça. Fonte: Justiça em números 2009-2010

Em análise aos dados estatísticos, como demonstrado na tabela 2.0, quanto ao total de receitas em relação à despesa da Justiça Estadual, em 2010 o TJTO arrecadou 5,46% das despesas realizadas. Isso demonstra que está havendo um crescimento proporcional entre despesas totais e recolhimentos diversos.

Em 2009 tramitaram cerca de 328 mil processos e em 2010 tramitaram 334 mil processos. Em 2010 foram baixados 72.813 processos entre conhecimento + execução. Neste contexto, verifica-se que a demanda por uma solução de natureza judicial tem sido significativa.

Destaca-se o desempenho de algumas variáveis importantes da Justiça Estadual Tocantinense.

Variáveis	Valores em 2010
PIB	R\$ 15.867.580.746,00
População	1.303.001
Despesas e Receitas	Valores em 2010
Despesa Total da Justiça	R\$ 210.151.760,00
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 163.032.266,45
Total de Receitas - FUNJURIS	R\$ 11.469.316,42
Recursos Humanos	Valores em 2010
Total de Magistrados (1º Grau)	131
Total de Desembargadores (2º Grau)	12
Total de Servidores Efetivos	1.117
Total de Servidores Cedidos	32
Total de Servidores Requisitados	42
Total de Servidores Sem Vínculo	389
Litigiosidade (conhecimento)	Valores de 2010
Total de Casos novos	70.876
Total de Casos Pendentes (em tramitação)	159.408
Total de Processos Baixados	58.898
Total de Sentença (decisões que põe fim ao processo)	61.851
Litigiosidade (execução)	Valores de 2010
Total de Casos novos	23.662
Total de Casos Pendentes (em tramitação)	80.270
Total de Processos Baixados	13.915
Total de Sentença (decisões que põe fim ao processo)	8.297

Taxa de Congestionamento*	Valores de 2010
Taxa de Congestionamento conhecimento 2º Grau	41,58%
Taxa de Congestionamento conhecimento 1º Grau	79,22%
Taxa de Congestionamento execução 1º Grau	87,40%
Taxa de Congestionamento conhecimento Juizados	60,74%
Taxa de Congestionamento execução Juizados	63,37%
Taxa de Congestionamento conhecimento Turma Recursal	11,50%
Produtividade do Magistrado**	Valores de 2010
Produtividade do magistrado de 2º Grau	515
Produtividade do magistrado de 1º Grau	445
Produtividade do magistrado de Juizados	879
Produtividade do magistrado de Turmas Recursais ***	151

Tabela 3.0 – Variáveis do TJTO em 2010. Demais dados - Base de dados do TJTO - valores de 2010. Fonte: PIB e População – IBGE – Justiça em números 2010.

*Taxa de congestionamento é calculado pela fórmula = (Total de processos baixados / Casos novos + Casos pendentes)

**A Produtividade dos Magistrados é calculada pela fórmula = (Total de processos julgados / total de magistrados)

***Estes magistrados não possuem atuação exclusiva nas Turmas Recursais

No âmbito tecnológico temos o exemplo da utilização da metodologia do processo eletrônico. No Poder Judiciário, este projeto vem sendo implantado desde 2007 através do projeto piloto nos Juizados Especiais da Capital e Vara da Fazenda de Araguaína. Em 2011 o Poder Judiciário dá um grande passo com a Resolução nº 01/2011 (Diário da Justiça 2589 de 15 de fevereiro de 2011) e Instrução Normativa nº 02/2011 (Diário da Justiça 2650 de 18 de maio de 2011) onde normatiza o uso do Processo Eletrônico no 1º e 2º graus de jurisdição. Com este passo, o Poder Judiciário dá início a implantação do processo eletrônico nas demais varas.

O resultado deste trabalho já pode ser visualizado. O total de processos virtuais passou de 4,26% em 2009 para 6,10% em 2010 em relação ao total de processos novos.

Índice de Virtualização dos processos novos - Período 2009-2010

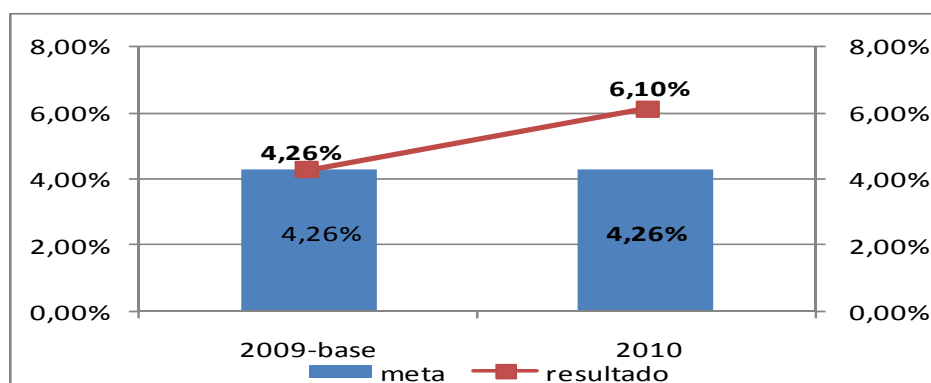


Gráfico 2.0 – Virtualização dos processos novos. Fonte: Base de dados do TJTO

A REDE TELEJURIS possui link de Internet e Intranet de 30 Mbps. As Comarcas contam com potencial de link de dados de transmissão assim distribuídos: Comarcas de 1ª Entrância – 1024 KBps, Comarcas de 2ª entrância – 2048 KBps e Comarcas de 3ª Entrância – 4096 KBps, com exceção de Dianópolis e Taguatinga que estão com 256 KBps e o Tribunal de Justiça – 30 Mbps.

No gráfico seguinte consta o cenário atual dos links de comunicação de dados das Unidades Judiciárias e a sede do Tribunal de Justiça:

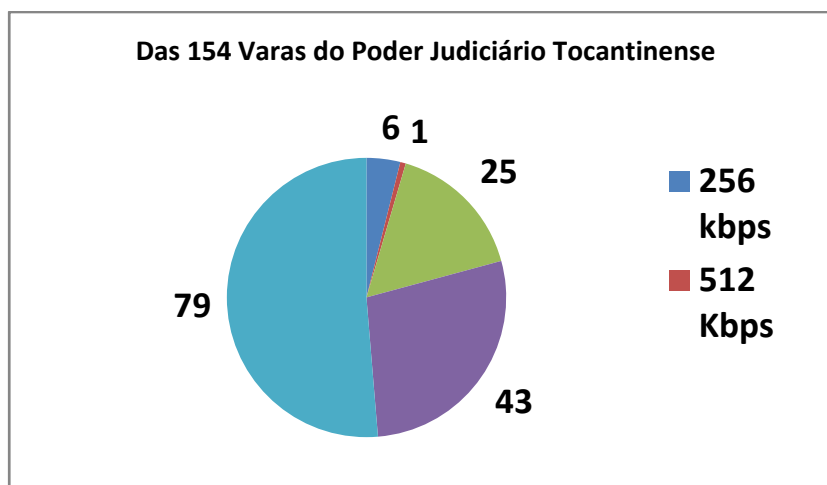


Gráfico 3.0 – Links de comunicação. Fonte: Diretoria de Informática do TJTO

Ainda em relação a comunicação de dados, a rede TELEJURIS conta com 77% das unidades judiciárias com recurso de Aceleradores de Redes WAN. Na segurança de redes, a Rede do Poder Judiciário conta com apenas uma solução de segurança baseada em Firewall que está defasado desde 2008. Na consolidação de servidores, a rede do Poder Judiciário conta 15% dos seus serviços e sistemas consolidados.

A implantação do planejamento estratégico foi um marco na gestão do Judiciário e tal será fortalecido nos próximos anos.

Hoje, o Poder Judiciário do Tocantins passa por um período importante para a consolidação de sua missão, que é **“Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz”**.

Para tanto, a implantação do processo judicial eletrônico (e-PROC/TJTO) e o processo administrativo eletrônico (SEI) serão fundamentais. Isso proporcionará celeridade aos procedimentos judiciais e administrativos, por meio do sistema de tecnologia da informação, garantindo a efetiva diminuição do uso do papel e dos estoques de material de expediente. Aproveitará, de forma eficaz a mão de obra dos servidores e, para os operadores do Direito, menos burocracia, mais comodidade e menos custo.

Antes os advogados precisavam ir ao fórum, requisitar os autos, analisá-los e voltar para devolver. Enquanto isso o procurador da outra parte, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria Geral do Estado e o próprio Magistrado ficavam impedidos de ter acesso ao processo. Com a informatização, todos poderão analisar os processos simultaneamente e sem burocracia.

Esta evolução garantirá também mais segurança no trâmite processual, pois todos os acessos e alterações nos autos ficam registrados eletronicamente. Neste contexto, também as auditorias poderão ser realizadas a qualquer momento.

Para tal faz-se mister a modernização do parque tecnológico. Visando atender esta finalidade será instalada a sala cofre e aperfeiçoada a segurança de rede. Haverá investimento em solução de comunicação de dados, aquisição de aceleradores de redes WAN para atender as unidades judiciárias, aquisição de nova solução de segurança baseada em Firewall e IPS para a sede desta Corte de Justiça, bem como dotar todas as Unidades Judiciárias de solução de segurança de rede apropriada.

Neste mesmo sentido, a otimização das rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos irá garantir agilidade na tramitação dos processos. Para tal buscar-se-á a excelência na gestão pública com a implementação do programa GesPública, respeitando os princípios da sustentabilidade ambiental. Realizar-se-á mapeamento de processos judiciais e administrativos, melhorar e aumentar as parcerias com outros órgãos e entidades, melhorar o gerenciamento dos cartórios e secretarias, virtualizar o acervo de jurisprudência, acórdãos e busca processual, dentre outras ações necessárias à busca contínua da melhoria do atendimento.

Com a mudança estrutural que o Judiciário vem passando, várias necessidades de pessoal ocorreram, principalmente na área de tecnologia da informação, infraestrutura, além das deficiências de analistas técnicos especializados nas diversas áreas, tais como na Vara da Infância e Juventude, Vara Especializada na Violência Contra a Mulher, dentre outras. Portanto, aumentar o número de servidores será outro desafio que irá garantir agilidade na justiça.

Aumentar o número de municípios com comarcas instaladas também será outra iniciativa que buscará facilitar o acesso à justiça.

No mesmo sentido, será essencial assumir o desafio de promover meios de solução consensual de conflitos, implementando unidades de conciliação e viabilizando as estruturas necessárias para a promoção da mediação e da conciliação como retorno efetivo às demandas da sociedade.

Com essas iniciativas, o resultado esperado será a diminuição na taxa de congestionamento e melhoria na acessibilidade à justiça com reflexo direto na prestação de serviços aos jurisdicionados.

Na área da tecnologia da informação, o desafio será ter 100% das Unidades Judiciárias com velocidade mínima de 2048 kbps até 2015 e Link mínimo 50 Mbps para acesso à Internet e intranet. 100% das unidades judiciárias dotada de Aceleradores de Redes WAN, 100% do parque tecnológico dotado de solução de segurança de rede e 90% do parque tecnológico de servidores e serviços consolidados, seguros, com alta performance.

Os desafios do Poder judiciário para os próximos anos não são poucos, e as transformações exigem cada vez mais uma justiça célere, segura e eficaz. Para superar esses desafios é indispensável dotar a Justiça Estadual de mecanismos à busca contínua da qualidade dos serviços prestados, de forma que ela esteja apta a promover sua efetiva jurisdição.

Programa Temático II: Modernização Tecnológica de Infraestrutura e Gestão de Recursos

A infraestrutura física predial do Poder Judiciário vem apresentando relevante melhoria.

Em 2010, das 42 sedes de comarcas, 9 eram locadas, 10 cedidas e 23 são próprias, conforme representa o gráfico a seguir:

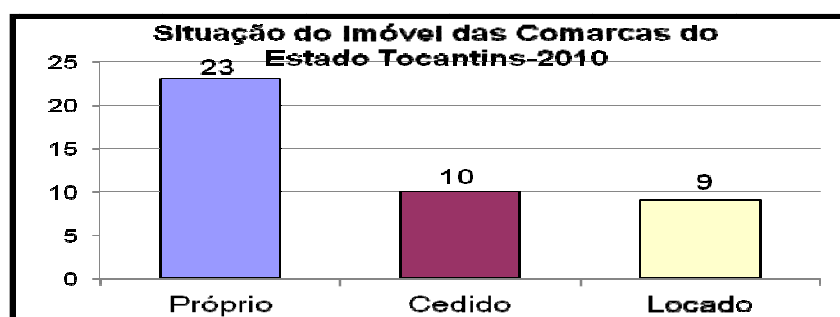


Gráfico 5.0 – Situação dos imóveis das Comarcas. Fonte: Base de dados do TJTO

Em 2010 foram reformados e/ou construídos 14 sedes de Comarcas (fóruns) e em 2011 existem 11 construções em andamento.

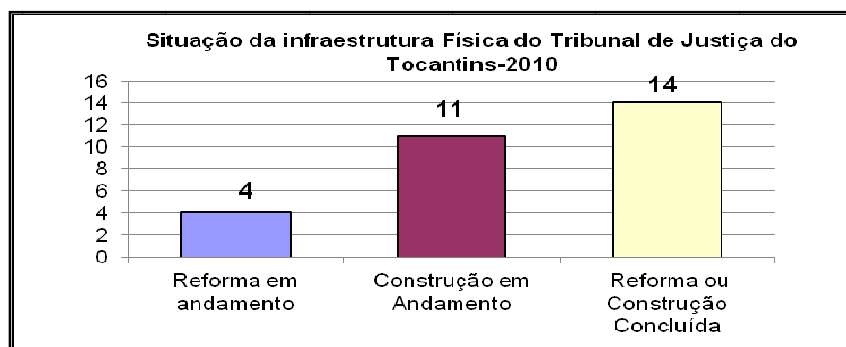


Gráfico 6.0 – Situação da infraestrutura física. Fonte: Base de dados do TJTO

O prédio do Tribunal de Justiça vem passando por reforma, cuja previsão de conclusão é para fevereiro de 2012. Com relação aos anexos do Tribunal de Justiça, temos a seguinte situação: a Corregedoria, a Escola da Magistratura e o depósito central estão em prédios locados. Nessa mesma situação encontram-se os Juizados Especiais, que em sua maioria são locados.

O parque tecnológico do Poder Judiciário está em fase de modernização, em termos de acesso aos sistemas de informação, internet, intranet e toda a tecnologia básica para acesso, incluindo as estações de trabalho (computadores, impressoras, nobreak, scanner) que são necessários ao desenvolvimento das tarefas.

No entanto, com a implantação do processo eletrônico, a estrutura sofrerá remodelações nas estações de trabalho, aquisição de novos equipamentos e demais atitudes necessária para essa nova realidade.

Também com vistas à modernização dos seus serviços, o Poder Judiciário do Tocantins implantou o sistema de Malote Digital, ação que garantiu agilidade, segurança e redução de custos na comunicação dos atos processuais entre seus órgãos.

Com o Malote Digital não é mais necessário o transporte físico dos documentos entre o Tribunal e as unidades do Judiciário. Os documentos tramitam através de um sistema informatizado, recebendo um selo digital de autenticidade que garante caráter oficial ao documento.

Outro avanço importante foi a real efetivação do Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Judiciário do Tocantins (Funjuris), sistema que possibilitou uma redução na burocracia para a arrecadação de custas e taxas judiciais.

O Poder Judiciário desenvolveu um sistema integrado de rede de dados, feito em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que possibilitou as realizações de videoconferências.

A fim de elevar o aprendizado organizacional, o Judiciário Tocantinense conta com o apoio e infraestrutura da ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Desde sua implantação em 2003, a ESMAT vem sendo instrumento estratégico na preparação, formação e aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional, sendo reconhecida pela sua excelência e profissionalismo na realização de suas atividades.

A ESMAT se consolidou como uma instituição de ensino corporativa, que atende a Magistrados e Servidores vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com vistas ao alcance da excelência técnica e ética dos serviços prestados pela Justiça Estadual. Através da ESMAT, no ano de 2010, com a implantação do ensino a distância (EAD), foram capacitados 1.310 servidores em competências estratégicas.

Apresentada a situação atual do Judiciário Tocantinense, o desafio é continuar o avanço na busca de melhorias constantes que venham colaborar na busca **da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz.**

Para tal, uma das prioridades do Poder Judiciário será desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes de seus magistrados e servidores.

O Capital Intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma organização, o que lhe proporciona vantagens competitivas. É a capacidade mental coletiva e a capacidade de criar continuamente e proporcionar valor de qualidade superior.

“...Organizações que aprendem as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre, e onde as pessoas estão constantemente aprendendo a aprender coletivamente” (SENGE, 1999, p. 21).

Assim, o Poder Judiciário coloca em seu PPA o objetivo de desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores, que deverá ser executado pela ESMAT. Para tal, recursos estão sendo direcionados que propiciem o cumprimento desse compromisso.

Para o Poder Judiciário realizar sua missão adequadamente será também necessário democratizar as relações de trabalho e aperfeiçoar a gestão de pessoas, ações indispensáveis para a valorização dos servidores e a prestação de serviços com qualidade. A consolidação do PCCR (Plano de Cargos Carreiras e Remunerações) será uma atitude que irá proporcionar satisfação nos servidores e a motivação necessária para agilidade nos serviços realizados.

A segurança será foco da gestão. Para tal a implantação dos serviços integrados de segurança patrimonial por meio de vigilância eletrônica e/ou armada para o Poder Judiciário será primordial para o alcance desse objetivo.

Para garantir infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais o desafio é manter os prédios em bom estado de uso e construir sedes próprias para os fóruns, juizados e anexos que hoje são cedidos ou locados.

O Poder Judiciário tem realizado e executado o planejamento referente a sua infraestrutura física, atitude esta que será continuada com a execução de projetos de construção, ampliação ou aquisição de sedes próprias, construção de anexos, reformas, aparelhamento e reaparelhamento de sedes próprias de comarcas e anexos.

Na área de tecnologia da informação, será modernizado o parque tecnológico com a aquisição de novas estações de trabalho, consolidação do parque de servidores através da aquisição de solução de virtualização de servidores, arquivamento, armazenamento e retenção de dados, bem como interligar o Fórum de Palmas a sede do Tribunal de Justiça através de fibra ótica.

Na área administrativa, a renovação e ampliação da frota de veículos propiciará atendimento mais ágil nas atividades necessárias à solução de alguns casos judiciais, tais como visitas realizadas pelos psicólogos e assistentes sociais. Há ainda o atendimento às locomoções da Corregedoria, Diretoria de Infraestrutura, bem como otimizará a distribuição de materiais, malotes e, na área judicial, a realização de mutirões e serviços diversos necessários à boa condução das atividades que propiciarão um bom atendimento aos jurisdicionados.

Com a implantação das diversas propostas, o resultado esperado será uma infraestrutura modernizada, novas tecnologias implantadas, servidores capacitados, frota renovada e ampliada.

Na área da tecnologia da informação, o desafio será aumentar para 100% o índice de disponibilização de equipamentos de tecnologia necessários para implementação plena dos Processos Virtuais Judiciais e Administrativos.

Estes objetivos, no conjunto, buscarão uma prestação jurisdicional continuada, mais dinâmica e moderna.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O acesso efetivo à Justiça é posto como pressuposto do exercício de todos os demais direitos e garantias, a ordem jurídica justa pode ser posta como o legitimador da busca de maior acesso à Justiça.

Neste sentido, a Constituição da República de 1988, criou um modelo de Estado Democrático de Direito, onde o Ministério Público tinha um novo papel a ser cumprido, pois, com prerrogativas de chefe de poder e autonomia funcional e financeira, passaria a exercer, privativamente, a ação civil pública e outros instrumentos para promover a defesa dos interesses difusos e coletivos.

Dentro das diversas funções a serem exercidas pelo Ministério Público, coube a ele também buscar formas de preservar a democracia dentro do Estado Democrático de Direito, atuando, conforme ensinamento de Lenio Luis Streck, como um verdadeiro órgão de "defesa social".

Dessa forma, diversas tarefas foram incumbidas ao Ministério Público, ampliando as atribuições dos Promotores de Justiça, para atuarem, não mais somente no âmbito penal, mas na proteção do meio ambiente, do patrimônio

cultural, do consumidor, do controle dos casos de improbidade de governantes, dos idosos, bem como outras diversas tarefas.

Nesta perspectiva, a atuação Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) consiste na execução de atividades que visam a Defesa dos Direitos Transindividuais: Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo e a Ação Civil Pública. Sabe-se que Ministério Público é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, nos termos do art. 127 caput, da Constituição Federal/88. Com o surgimento da Lei no 7.347/85, Lei da Ação Civil Pública, inaugurou-se no nosso ordenamento jurídico a tutela coletiva, consolidando-se com o art. 81, do Código de Defesa do Consumidor.

Para realizar as ações que a sociedade necessita, o Ministério Público se baseia em seu Mapa Estratégico, principal instrumento balizador de sua atuação.

Segundo esse instrumento, as principais causas dos problemas sociais foram criadas com as deficiências na gestão e na implementação das políticas públicas, assim, é necessário observar o precário sistema de justiça criminal e de segurança pública no tratamento da violência e suas repercussões; o desrespeito aos direitos dos consumidores e das normas de proteção ao meio ambiente; a corrupção e a improbidade administrativa.

Também foram identificadas as áreas de atuação do Ministério Público que apresentam ainda aspectos críticos e demandam maior empenho institucional para manter a defesa dos direitos sociais e individuais indispensáveis, da ordem jurídica e do regime democrático.

Portanto, resta demonstrado que ao Ministério Público foi atribuído um papel que, por vezes, não tem conseguido cumprir, tanto por falta de recursos e infraestrutura suficiente quanto pela falta de atuação conjunta dos órgãos de execução no enfrentamento de problemas comuns.

Todavia, mesmo com as dificuldades apresentadas, a instituição tem ampliado o rol de suas funções, surgindo “reformulada” e fundamental na defesa dos interesses difusos, ampliando os serviços com o objetivo de cumprir sua missão constitucional, com garantia de uma atuação mais eficaz e maior urbanidade no contexto social.

DEFENSORIA PÚBLICA

Os direitos fundamentais foram consagrados com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, conseqüentemente, a consolidação das instituições democráticas, dentre elas a Defensoria Pública, cujo objetivo é a materialização de tais preceitos constitucionais.

A garantia do acesso à justiça, positivada como está na Constituição Federal, representa um direito fundamental (artigo 5º, LXXIV), cuja definição sofreu, no decorrer da história, importante transformação. Com isso, a Constituição Federal estabelece que toda pessoa, brasileira ou estrangeira,

possui o direito fundamental de acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras de pagar um advogado particular. Nesse caso, o Estado Brasileiro tem o dever de garantir assistência jurídica gratuita por meio da Defensoria Pública, o que faz da Instituição essencial à justiça, conforme rege o artigo 134 da Carta Magna.

No Tocantins, a Defensoria Pública atua desde 1989 e, ao longo da recente história do Estado, esteve vinculada a diversos órgãos do poder executivo, dentre eles a Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJSP, a Procuradoria Geral do Estado – PGE, a Secretaria do Interior e Justiça – SIJ, ultimando com a Secretaria da Cidadania e Justiça – SECIJU.

A autonomia institucional, prevista no § 2º do artigo 134, da Constituição Federal, teve início com a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 2004, a qual foi revogada pela Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009, que consolidou essa autonomia e organizou a Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Vale ressaltar que essa Lei também cria a Ouvidoria-Geral e a Central de Relacionamento com o Cidadão – CRC, cujo objetivo é aproximar a Instituição da sociedade, bem como viabilizar a efetiva participação social na gestão da Instituição.

Com dez Núcleos Regionais, localizados nas cidades de Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso, Porto Nacional, Tocantinópolis e no Distrito Federal, a Instituição conta com Defensores Públicos em todas as 42 Comarcas, que atuam nas diversas áreas da justiça. Além do atendimento nas Comarcas, e com o intuito de alcançar o maior número possível de assistidos, são realizados os atendimentos Itinerantes em Distritos Judiciários, ou seja, em cidades que não são sedes de Comarcas.

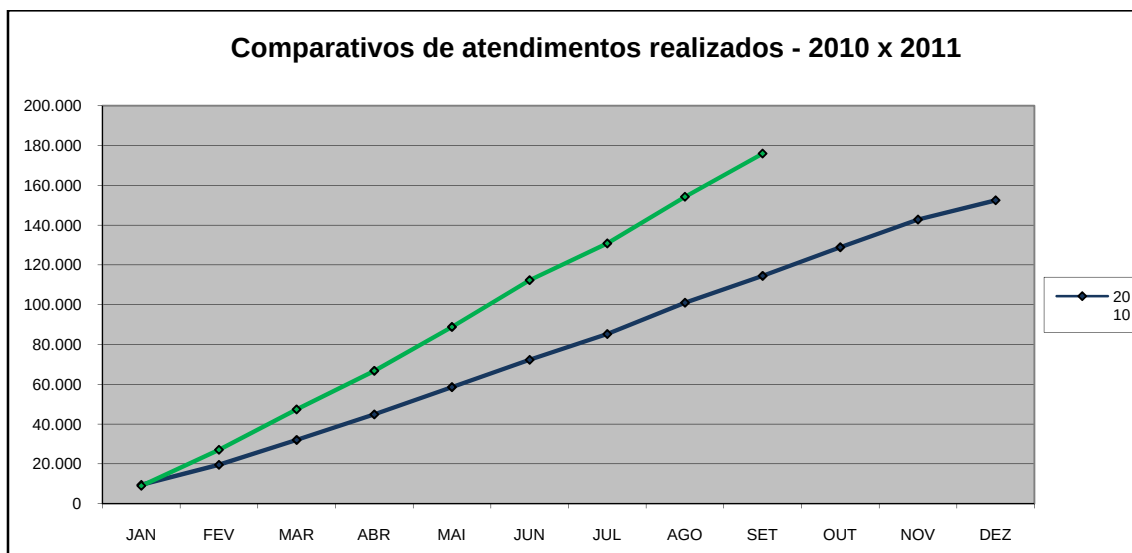


Gráfico Atividades de Atendimento Realizadas. Fonte: Setor de Estatística da Defensoria Pública

Nota: Entre os meses de janeiro a setembro de 2011 foram realizadas 175.930 atividades de atendimentos. Em 2010 foram 114.461 no mesmo período, o que representa um aumento de 53,70%.

[illegible]

113

aos diversos segmentos da sociedade, a saber: Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos; Núcleo da Infância e Juventude; Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM; Núcleo de Assistência e Defesa ao Preso – NADEP; Núcleo Especializado de Atendimento à Pessoa Idosa – NEAPI; Núcleo de Proteção e Defesa do Consumidor – NPDC; Núcleo Especializado de Conciliação – NUCON; e Núcleo de Ações Coletivas. Locais que não possuem Núcleos Especializados, o atendimento é feito por Defensor Público de forma direcionada àquele segmento demandante, ou seja, sempre há no âmbito da Defensoria Pública atendimento especializado.

No rol desses atendimentos especializados, vale destacar uma das funções institucionais da Defensoria Pública que é promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses. Os procedimentos de Conciliação ajudam os assistidos a resolver seus problemas com maior agilidade e têm como objetivo buscar o consenso entre as partes envolvidas, evitando que os conflitos sejam levados ao Judiciário, cuja alta demanda tem se configurado um dos grandes problemas daquele Poder.

Em relação aos homens e mulheres apenados com privação da liberdade, a Defensoria Pública através do Projeto “Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Presos e Familiares” conta com o Núcleo de Assistência e Defesa ao Preso – NADEP, cuja missão é fortalecer a Instituição nas políticas de atendimento e defesa aos presos visando assegurar o exercício dos direitos e garantias individuais. O Núcleo coordena também o Projeto “Força Estadual Permanente de Assistência e Defesa ao Preso” que tem o objetivo de diagnosticar a situação prisional e processual dos presos no Tocantins, bem como criar e estimular a Rede Permanente de Assistência e Defesa ao Preso. O resultado deste trabalho contribui efetivamente para a elaboração de políticas públicas direcionadas ao sistema penitenciário tocantinense, que, segundo dados de 2009, contava com uma população carcerária de 1.876 pessoas. Estima-se que, no Brasil, 90% dos presos sejam atendidos por Defensores Públicos.

Nos atendimentos aos segmentos vulneráveis, como mulheres e idosos vítimas de violência, crianças com os direitos violados e adolescentes em conflito com a lei, a Defensoria Pública disponibiliza acompanhamento multidisciplinar aos assistidos.

Para tanto, a Instituição, através do setor de Projetos, busca constantemente junto às esferas públicas parcerias para captação de recursos de modo a fomentar esses serviços específicos que contribuem de forma significativa à missão institucional.

Tabela: Convênios

DefendECA: tem o objetivo de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o papel da Defensoria Pública na garantia e defesa dos direitos infanto-juvenis de todas as crianças e adolescentes do Estado.
Defendendo a Cidadania Infanto-Juvenil: tem a finalidade de promover a garantia de direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes através da defesa integral e gratuita. O Projeto é desenvolvido nos Núcleos de Atendimento a Criança e ao Adolescente que atendem especificamente este público-alvo quando seus direitos forem violados e, ainda, aos adolescentes em conflito com a lei, promovendo a sua defesa técnica.
Projeto Pacificar: prevê a implementação de um Núcleo de Mediação visando facilitar o acesso à justiça pela população carente e oferecer ao público meios alternativos de resolução de conflitos.
Projeto Justiça Comunitária: tem como objetivos estimular a comunidade do Bairro a construir e a escolher seus próprios caminhos para a realização da justiça, de maneira pacífica e solidária; promover a resolução de conflitos familiares e de outras naturezas através da mediação comunitária; conscientizar os cidadãos de seus direitos; e prestar atendimento psicológico, assistencial e jurídico.
Justiça ao Alcance de Todos: visa aproximar o cidadão tocaninense do atendimento jurídico gratuito e de qualidade.
Tecendo a Cidadania: visa promover o acesso da mulher, em situação de violência, aos serviços de assistência jurídica, judicial e extrajudicial integral e gratuita; proporcionando a garantia da sua integridade física, psicológica e mental.
Projeto Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Presos e Familiares: Propiciar assistência jurídica gratuita, ágil e de qualidade a homens e mulheres em situação de prisão, bem como a orientação e atendimento às famílias de presos e egressos.

Atualmente, a Defensoria Pública do Tocantins vive um período importante para a consolidação de sua missão, que é ***“assegurar o acesso à justiça, integral e gratuito, aos necessitados, garantindo-lhes cidadania e um atendimento de qualidade”***.

Após importantes conquistas – como o aumento do número de Defensores Públicos e a valorização da classe com tratamento igual ao conferido aos membros das demais carreiras jurídicas; a construção da sede (em fase de conclusão); a estruturação física, com aquisição de mobiliário, aumento da frota e investimentos em informatização – a Defensoria Pública busca incessantemente **a excelência no atendimento aos cidadãos usuários** e, para isso, se faz necessária a manutenção dessas conquistas e o incremento em áreas estratégicas, como: investimento em construção de Unidades de atendimento; a realização de concursos públicos para a ampliação do número de membros e a consolidação do quadro de servidores auxiliares efetivos; a qualificação profissional desses membros e servidores auxiliares; a modernização da gestão; a comunicação efetiva e transparente com a sociedade; dentre outras.

Ressalta-se, ainda, a importância de investimentos em produção de dados e informações. É notório que a carência de estudos e pesquisas, sobretudo, aqueles que auxiliariam as instituições que atuam no desenvolvimento de políticas sociais, tem se configurado um dos “gargalos” para uma melhor elaboração e adequação dos recursos públicos destinados a essas políticas. Contudo, a Defensoria Pública tem se preocupado em formular dados sobre os serviços prestados. Atualmente, todo trabalho de atendimento é cadastrado no Sistema de Atendimento – SISAT, que é tabulado e transformado em relatórios pelo setor de Estatística, vinculado a Corregedoria. Entretanto, a expansão desses dados, bem como o incremento das informações, constitui-se em necessidades primordiais para melhor definição das estratégias institucionais.